



*Autoridade Bancária e de Pagamentos
de Timor-Leste*

Banking and Payments Authority of Timor-Leste

*Relatório Anual
Annual Report*

Ano Financeiro
Jul/2009 – Jun/2010

Financial Year

Dili, Timor-Leste

2010

Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste

Autoridade Bankaria no Pagamentu Timor-Leste Nian

Relatório Anual

Annual Report

Ano Financeiro 2009/2010

(1/Jul/2009 – 30/Jun/2010)

Dili
2010

Índice

	<i>pg</i>	<i>i</i>
<i>Apresentação</i>		
<i>Cap 1 - O quadro económico de fundo</i>		
<i>Enquadramento internacional</i>		<i>1</i>
<i>Evolução recente da economia nacional</i>		<i>9</i>
<i>Produção</i>		<i>9</i>
<i>Preços.....</i>		<i>12</i>
<i>Comércio internacional</i>		<i>15</i>
<i>Balança de Pagamentos</i>		<i>21</i>
<i>Taxas de Câmbio</i>		<i>22</i>
<i>Finanças públicas</i>		<i>23</i>
<i>Moeda, crédito e taxas de juro</i>		<i>27</i>
<i>Cap 2 - Organização, governação e actividades da ABP</i>		<i>33</i>
<i>Mandatos, organização e governação da ABP</i>		<i>33</i>
<i>Actividades</i>		<i>36</i>
<i>Principais iniciativas</i>		<i>37</i>
<i>Sistema financeiro e serviços bancários</i>		<i>37</i>
<i>Gestão do Fundo Petrolífero</i>		<i>39</i>
<i>Recursos humanos e programa de formação</i>		<i>39</i>
<i>Relações externas</i>		<i>41</i>
<i>Quadro: A estrutura organizativa da ABP em 30/JUN/2010</i>		<i>42</i>
<i>Estatísticas monetárias: ano financeiro 2009-10</i>		<i>43</i>
<i>Balança de Pagamentos: 2007-2009</i>		<i>44</i>
<i>Visão global sobre o sistema bancário de Timor-Leste</i>		<i>45</i>
<i>A ABP em fotos – a ABP ao longo dos tempos</i>		<i>51</i>
<i>Informações financeiras sobre o exercício 2009-2010</i>		<i>63</i>
<i>Relatório dos Auditores independentes</i>		<i>93</i>
<i>Quem é quem na ABP; contactos</i>		<i>95</i>

Apresentação

É com todo o prazer que através desta curta nota introdutória apresento à vossa apreciação o Relatório Anual de actividades levadas a cabo pela Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste durante o Ano Financeiro de 2009/10.

Depois de em Setembro de 2008 se ter desencadeado bruscamente um significativo agravamento da situação económica e financeira internacional, a economia internacional conheceu, no período correspondente ao ano financeiro de 2009-10 em análise neste relatório, uma lenta e ainda algum titubeante melhoria, particularmente nos países de economias mais avançadas.

A melhoria verificada ficou a dever-se, em boa parte, às fortes intervenções dos Estados e dos bancos centrais dos vários países mais afectados, o custou àqueles um aumento importante dos seus défices orçamentais e consequente agravamento dos níveis das suas dívidas soberanas.

O ritmo mais acelerado que o esperado da recuperação económica é bem traduzido no aumento da previsão do FMI para a taxa de crescimento do produto mundial em 2010 no período de seis meses que distam entre a publicação das duas edições anuais (Abril e Outubro) do seu *World Economic Outlook*. De facto, enquanto em Abril a previsão era de que aquela taxa seria de 4%, em Outubro estimava-se que seria de 4,8%. Este aumento deve-se a um crescimento de 7,1% (2,5% em 2009) dos países em desenvolvimento e de um crescimento de 2,7% (-3,2% em 2009) das economias mais desenvolvidas.

A rápida recuperação das principais economias da Ásia em desenvolvimento, particularmente a China e a Índia, foi a principal responsável pelo crescimento do conjunto dos países em desenvolvimento mas a ASEAN, especialmente importante para Timor Leste, também contribuiu com a sua parte ao crescer 6,6% em 2010 contra 1,7% em 2009.

Quanto ao crescimento do produto interno bruto do nosso país, vários documentos e declarações ao longo do ano apontaram para taxas de crescimento bem diferentes umas das outras, dando uma imagem da dificuldade que existe na determinação, com exactidão, das contas nacionais do país. No entanto, as estatísticas mais recentes divulgadas pelo Ministério das Finanças através da sua Divisão de Macroeconomia apontam para um crescimento de cerca de 12,7% em 2009. O FMI, no entanto, refere (edição de Outubro/2010 do *World Economic Outlook*) que as taxas de crescimento do PIB de Timor-Leste terão sido de cerca de 11% em 2008 e de 11,6% em 2009 (1,1 pontos percentuais abaixo do valor divulgado pelo Governo). A diferença entre este valor e o divulgado pelo Governo deve-se a pequenas diferenças de metodologia.

Quanto à actividade da ABP, ela continuou a centrar-se na edificação de um sistema financeiro, em geral, e bancário, em particular, fortes, estáveis e a coberto das fraquezas que caracterizaram nos últimos anos vários sistemas financeiros e que conduziram à crise financeira e económica que dura desde 2007 e se agravou em 2008. A mesma preocupação de consolidação e fortalecimento existiu na organização do sistema de pagamentos do país.

Em relação à gestão do Fundo Petrolífero, durante o ano aqui analisado a ABP continuou a trabalhar de perto e em articulação com o Ministério das Finanças bem como com o Comité de Assessoria para o Investimento na discussão sobre a estratégia de investimentos e o tipo de afectação dos recursos entre vários tipos de activos financeiros bem como sobre a escolha de um gestor externo para os investimentos em acções de empresas internacionais.

O principal projecto levado a cabo durante o ano financeiro de 2009-10 foi o da implementação de um sistema integrado de gestão dos recursos humanos da ABP. Durante o mês de Junho/2010 foi também avaliado o projecto-piloto de indicadores de desempenho do pessoal da ABP.

Graças ao convite que lhe foi endereçado, a ABP participou numa audição pública da Comissão “C” (Economia, Finanças e Anti-Corrupção) do Parlamento Nacional quando ela discutiu a proposta de Lei do Banco Central de Timor-Leste.

Finalmente, gostaria de expressar aqui, publicamente, os meus agradecimentos a todo o pessoal da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste pela forma como desempenharam ao longo do período as suas tarefas do dia-a-dia e que ajudaram a que ela desempenhasse cabalmente as suas funções e atingisse os seus objectivos.

Estes mesmos agradecimentos e pelas mesmas razões são estendidos aos meus colegas da administração da ABP bem como a todos os nossos parceiros de desenvolvimento e às instituições públicas timorenses com quem a ABP colaborou ao longo do tempo.

Dili, 26 de Outubro de 2010



Abraão de Vasconcelos
Director-Geral

Nota: este relatório foi escrito utilizando as normas do novo acordo ortográfico da língua portuguesa subscrito por vários países de língua oficial portuguesa



Apesar de tantos manuais sobre economia internacional e do enorme manancial de informação disponível, o que continua a caracterizar a economia mundial é a grande incerteza sobre a sua evolução no futuro próximo devido, principalmente, aos problemas sentidos pelo sistema financeiro internacional

1 – O quadro económico de fundo

1.1 - Enquadramento internacional

No início deste mesmo ponto no relatório da ABP do ano passado dizíamos:

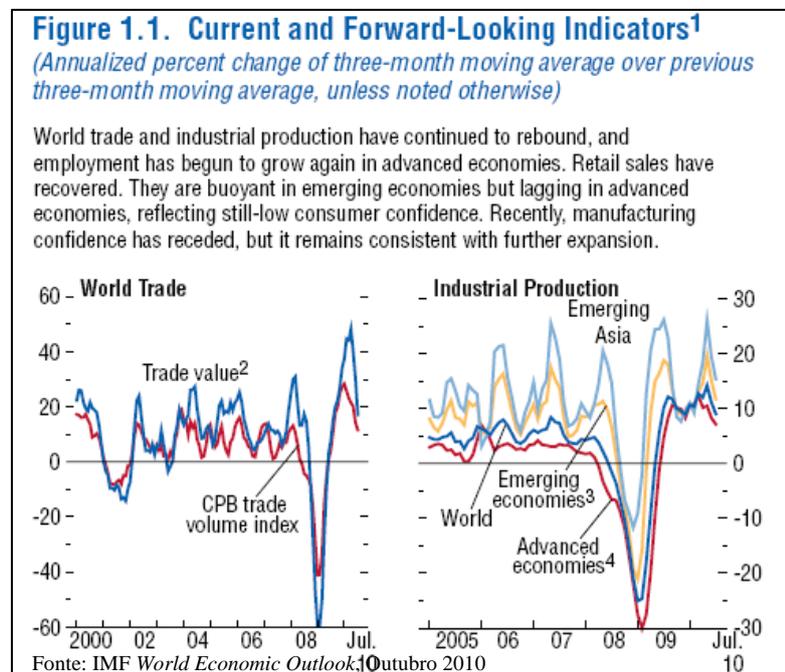
“O ponto mais saliente da situação económica internacional durante o ano financeiro em análise (1 de Julho de 2008 a 30 de Junho de 2009) é a profunda crise que se estabeleceu na sequência dos problemas que afetaram, primeiro, o sistema financeiro americano e, depois, o de vários outros países, principalmente os das chamadas ‘economias avançadas’.”

Considerando a evolução entretanto verificada é evidente que o pior da referida crise financeira e económica parece ter passado, anunciando-se uma recuperação da economia mundial para taxas de crescimento positivas mas relativamente baixas, particularmente em algumas das economias avançadas.

Esta recuperação é acompanhada por uma evidente falta de confiança da maioria dos agentes económicos na solidez da mesma, podendo afirmar-se, parafraseando o que se disse no ano passado, que

agora os pontos mais salientes da situação económica durante o ano financeiro em análise (1 de Julho de 2009 a 30 de Junho de 2010) foram a lenta recuperação dos ritmos de produção e a profunda incerteza que se estabeleceu nos mercados financeiros internacionais devido, nomeadamente, ao aumento significativo das despesas e das dívidas públicas de vários países ao tentarem lutar contra a crise económica.

Fig. 1.1.1 - Indicadores actuais e de evolução futura



Isto mesmo é salientado na edição de Outono do seu *World Economic Outlook* publicada no início de Outubro passado pelo Fundo Monetário Internacional, em que se salienta que o crescimento da economia mundial deverá ser, em 2010, de 4,8%, contra os 4% previstos em Abril depois de ter previsto em Julho que o crescimento seria de 4,5%.

Este ritmo é suportado principalmente pelo crescimento das economias emergentes e dos países em desenvolvimento (7,1% em 2010 contra 2,5% em 2009) já que as economias avançadas terão em 2010

um crescimento de 2,7% contra os -3,2% de 2009.

A rapidez da retoma económica das economias emergentes da Ásia --- China (9,1% em 2009 e 10,5% em 2010) e Índia (5,7% e 9,7%, respetivamente) --- é a responsável pela rápida retoma do conjunto dos países em desenvolvimento e emergentes mas a recuperação económica dos países da ASEAN, especialmente importantes para o nosso país, é também digna de ser sublinhada: 1,7% em 2009 e 6,6% em 2010 depois de em 2008 ter sido de 4,7%.

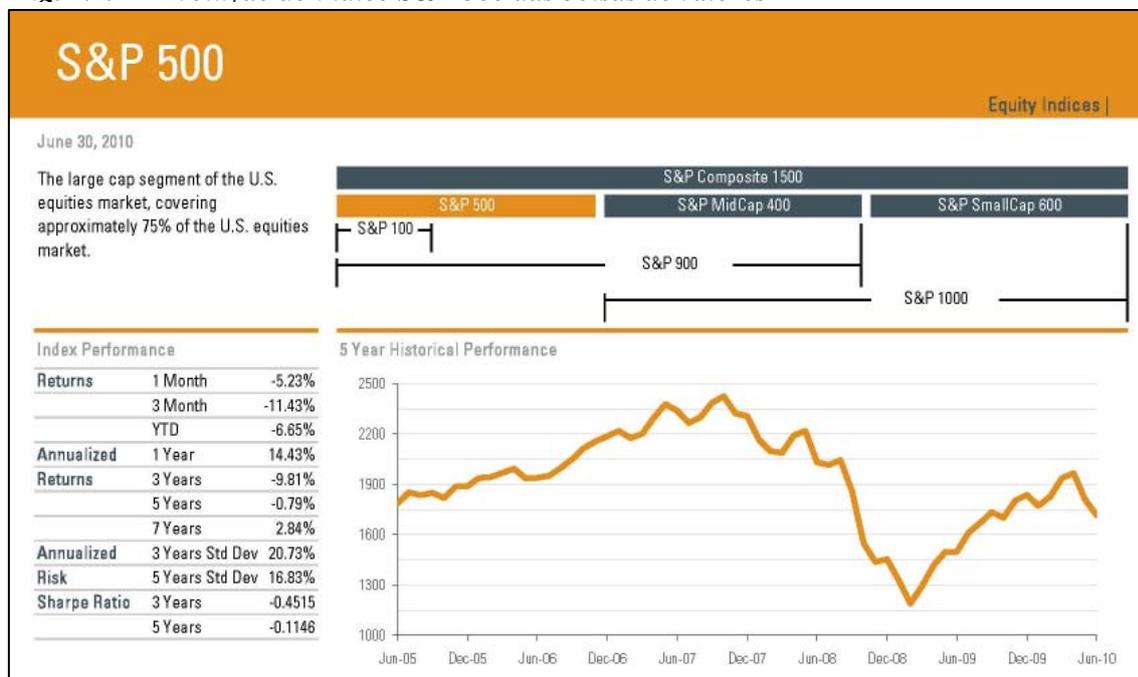
Quadro 1.1.1 - Taxas de variação da produção mundial (%)				
	2008	2009	2010	2011
Abril 2007				
Julho 2007	5,2			
Outubro 2007	4,8			
Janeiro 2008	4,2	4,4		
Abril 2008	3,7	3,8		
Outubro 2008	3,9	3,0		
Abril 2009	3,2	-1,3		
Julho 2009	3,1	-1,4	2,5	
Outubro 2009	3,0	-1,1	3,1	
Abril 2010	3,0	-0,6	4,2	
Julho 2010	3,0	-0,6	4,6	4,3
Outubro 2010	2,8	-0,6	4,8	4,2

A melhoria do indicador do produto a nível mundial para o ano de 2010 não impede, porém, que o Fundo, tentando “ler” a evolução futura e enfatizando nela a reação negativa dos mercados às dificuldades

de retoma económica de alguns países --- associadas às dificuldades em alguns deles fazerem face aos custos cada vez mais elevados das suas crescente dívidas externas ---, antevê uma queda do ritmo de crescimento do produto mundial na segunda metade de 2010 e em 2011, levando a que o crescimento no próximo ano se situe nos 4,2% devido ao abrandamento do crescimento do produto nas economias mais avançadas (a taxa de crescimento destas deve baixar dos 2,7% de 2010 para 2,2% em 2011) e consequente transmissão de efeito, por via da redução das suas importações, aos países em desenvolvimento, particularmente a China, que verá a sua taxa de crescimento reduzir-se em 0,9 pontos percentuais (i.e, baixando dos 10,5% em 2010 para os 9,6 em 2011).

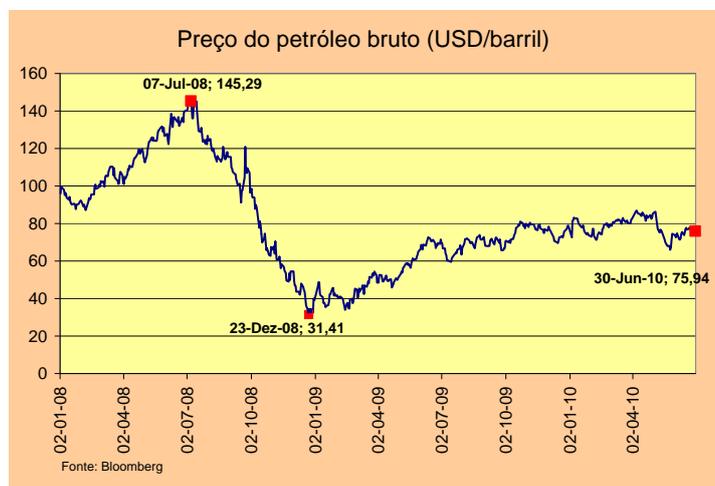
A instabilidade mencionada bem como a evolução nos últimos cinco anos de um dos principais índices de comportamento das bolsas de valores, o S&P500 (Standard & Poors 500), estão bem patentes no gráfico abaixo, retirado de uma publicação da firma ¹.

Fig. 1.1.2 – Evolução do índice S&P 500 das bolsas de valores



Fonte:

O período em análise (2º semestre de 2009 e primeiro de 2010) foi também caracterizado por alguma instabilidade, com tendência ao crescimento, primeiro, e a alguma estabilidade, depois, do preço do petróleo bruto em torno dos cerca de 75-80 USD/barril, valor bem inferior à média do ano de 2008 (cerca de 91 USD/barril) e aos valores atingidos em meados desse ano mas



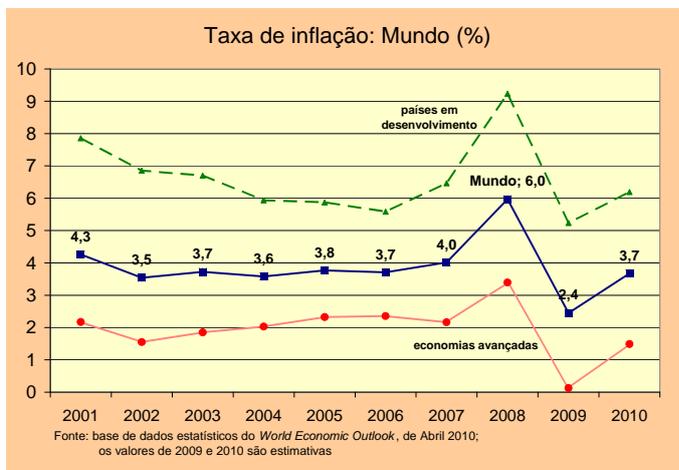
¹ Por curiosidade, note-se que o índice conheceu um retorno ligeiramente negativo nos 5 anos correspondentes, grosso modo, ao período de vida do Fundo Petrolífero

muito mais elevados que os cerca de 31 USD/barril do fim de 2008.

Note-se que o intervalo de valores em que se moveu o preço do petróleo durante o período em análise é bem superior ao estimado aquando da elaboração do Orçamento Geral do Estado para 2010: 62 USD/barril. Isto resultou, como veremos adiante, numa “sobre-receita” que foi invocada pelo Governo de Timor-Leste para rever em alta o referido orçamento na já habitual (mas para alguns desaconselhável) revisão intermédia do OGE2010.

A queda significativa do preço médio do petróleo entre 2008 e 2009 (o FMI estima que se terá verificado uma queda dos quase 100 USD/barril em 2008 para os 61,8 USD/barril em 2009) e a própria crise de produção que se verificou a nível mundial foram as principais responsáveis pela queda significativa do comércio internacional, que o FMI avalia em -11% em 2009, depois de ter crescido 2,9% em 2008. As estimativas para 2010 são de que ele venha a crescer 11,4% face ao ano anterior, baixando a taxa de crescimento para 7% em 2011 devido, nomeadamente, a uma queda para quase metade da taxa de crescimento das importações das economias avançadas provocada pela baixa do ritmo de crescimento económico já acima referido.

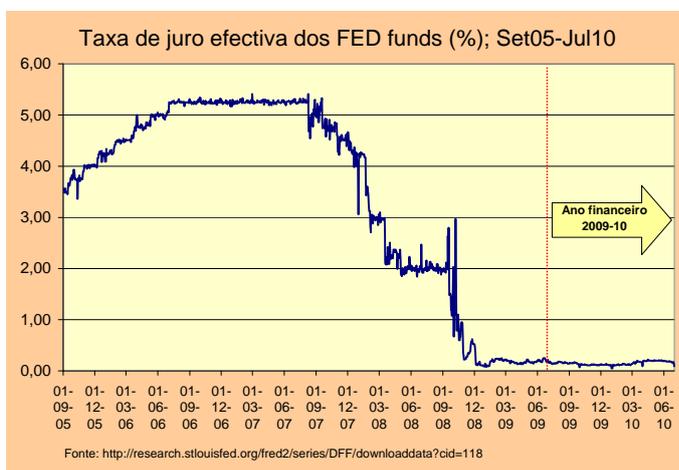
De notar que no relatório de Abril de 2009 a estimativa do FMI eram de que o comércio mundial aumentasse em 2010 relativamente a 2009 apenas 0,6%, o que dava bem a imagem da lentidão da recuperação da economia mundial que então se antevia. Pelo contrário, a actual (Outubro 2010) previsão de que ele aumente 11,4% este ano retrata o facto de a reanimação da economia (e do comércio) mundial ter sido mais rápida do que inicialmente previsto --- pelo menos durante o primeiro semestre deste ano.



Entretanto, como resultado da crise internacional e da queda dos preços de várias matérias primas --- principalmente o petróleo ---, a taxa de inflação mundial desceu significativamente, situando-se em 2009 nos 2,4%.

Esta média “esconde” realidades diferentes em relação aos níveis de taxa de inflação de vários grupos de países. Assim por exemplo, as chamadas “economias avançadas” conheceram em 2009 uma taxa de inflação de apenas 0,1% enquanto o conjunto dos países em desenvolvimento, incluindo as economias emergentes, tiveram uma taxa de 5,2%.

A estimativa é que a taxa de inflação suba em 2010 para níveis apenas ligeiramente abaixo do que era a tendência antes da crise iniciada em 2008, i.e., para valores (mundiais) de cerca de 3,7-4%. A disponibilidade de capacidade produtiva não utilizada, manifestada pelos elevados níveis de desemprego, fazem com que nas economias mais avançadas a taxa de inflação suba dos 0,1% do ano passado ---- taxa excepcionalmente baixa devido à queda do

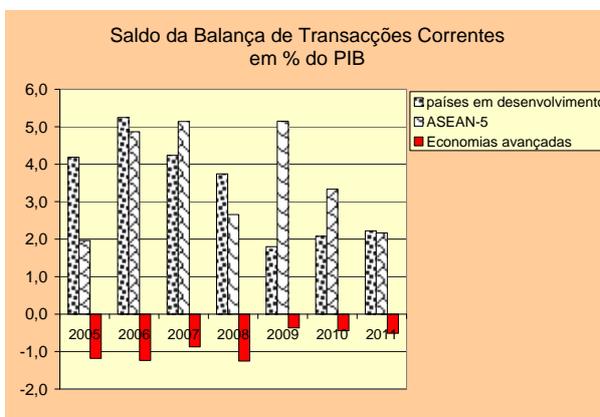
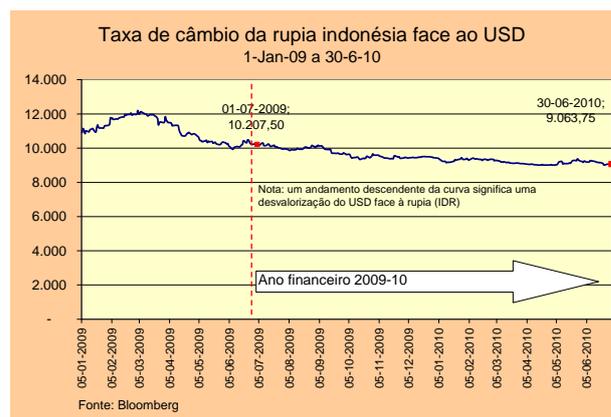
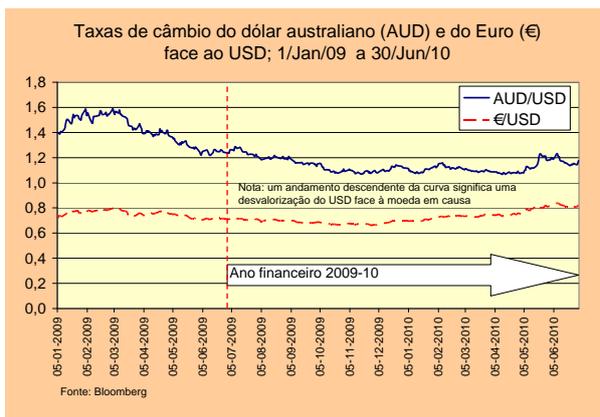


preço da energia --- para 1,4% em 2010 e 1,3% em 2011. Nas economias em desenvolvimento a taxa de inflação tenderá a subir um ponto percentual, para os 6,2% em 2010.

A crise económica e a necessidade de lutar contra o desemprego obrigou os bancos centrais a recorrerem aos principais instrumentos da política monetária, nomeadamente a taxa de juro, para tentarem reanimar a economia. O gráfico ao lado ilustra o que se passou no caso dos Estados Unidos, em que o Sistema de Reserva Federal fez baixar muito significativamente a taxa efetiva paga pelos *FED Funds*.

Propositadamente o gráfico mostra a evolução desta taxa durante todo o período de vida do Fundo Petrolífero de Timor Leste, i.e., desde Setembro de 2005 (quando se situava nos cerca de 3,5%) até ao final do ano financeiro em análise. Nele se pode ver a significativa queda da taxa de juro que se verificou desde os finais de 2007 (cerca de 5,3%) até ao fim de 2008 e a estabilidade a um nível muito baixo (cerca de 0,2%) desde então até ao presente.

Ao contrário da instabilidade que se verificou nos mercados cambiais em 2008-09, no ano financeiro em análise verificou-se uma relativa estabilidade dos mesmos, apenas desmentida no seu final, particularmente em relação à taxa de câmbio do euro face ao USD, com este último a valorizar-se significativamente face à moeda comum a vários países europeus. No final do período também se verificou uma apreciação do USD face ao dólar australiano mas a rupia indonésia (IDR) tem-se valorizado quase constantemente.

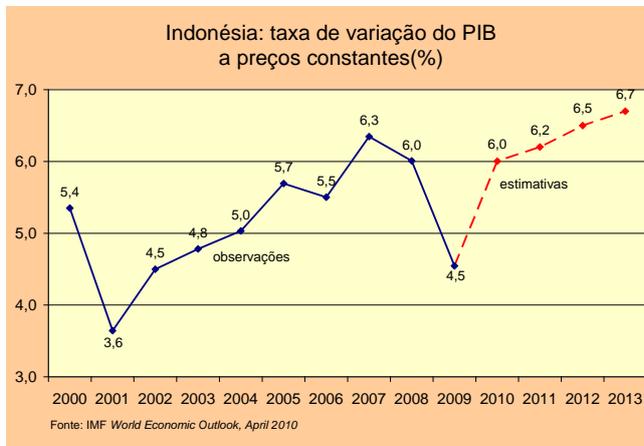


A crise económica em curso teve como consequência uma redução das importações das economias mais avançadas e isso refletiu-se, por sua vez, nos saldos da balança de transações correntes do conjunto destas economias. A melhoria verificada, traduzida por diminuição dos saldos negativos que historicamente se têm registado, resultou também da importante redução da fatura petrolífera devido à queda dos preços do petróleo.

Os países em desenvolvimento e emergentes, devido à forte redução do valor das suas exportações para as economias mais avançadas (quer de bens industriais quer de petróleo), viram reduzido significativamente o saldo positivo da sua balança de transações correntes quer em 2008 quer em 2009. O retomar de taxas de crescimento mais altas das economias avançadas em 2010 relativamente a 2009 e o consequente aumento das suas importações deverá traduzir-se, segundo as estimativas do FMI, num

progressivo aumento dos saldos (positivos) externos dos países em desenvolvimento graças ao aumento das suas exportações e um lento retomar do agravamento dos saldos negativos das economias avançadas.

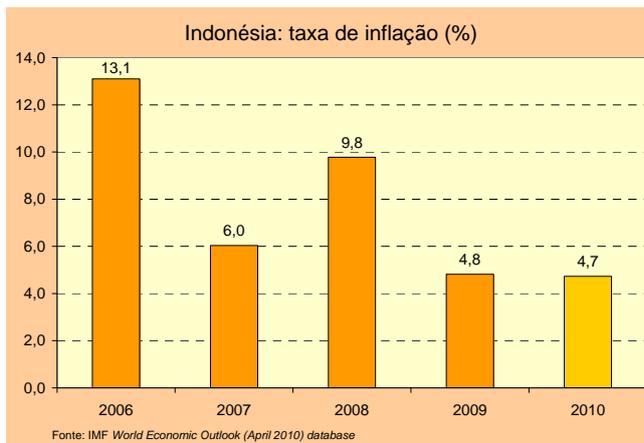
A economia da Indonésia



A configuração da curva representativa da evolução das taxas de crescimento do PIB da Indonésia é o exemplo perfeito das chamadas “crises em V”: depois de uma queda significativa dos ritmos de produção entre 2007 (6,3%) e 2009 (4,5%), estima-se que em 2010 a taxa de crescimento regresse ao nível de 2008 (6%, como 6,2% para 2011).

Esta recuperação do ritmo de crescimento deve-se em parte à subida dos preços do petróleo (de que o país é um dos principais produtores no Sudeste Asiático) e ao aumento das exportações

devido à retoma económica nos seus principais clientes (China, Europa e Estados Unidos) mas também, principalmente, ao aumento do consumo interno sustentado por um aumento do consumo público (+15,7% que em 2008) que visou compensar a queda das exportações e do investimento com a subida da produção para o mercado interno.



A evolução da produção foi acompanhada por uma queda significativa dos preços, com a taxa de inflação a baixar 5 pontos percentuais entre 2008 e 2009 (de 9,8% para 4,8%) devido, principalmente, à queda do preço dos produtos petrolíferos e à boa colheita agrícola. Para 2010 espera-se que a taxa de inflação se mantenha sensivelmente ao nível do ano anterior ou que registre uma ligeira subida (o FMI prevê agora uma taxa de 5,1% em 2011) devido, por exemplo, ao aumento dos preços do arroz, componente essencial da dieta alimentar do país,

quer devido ao aumento dos preços no mercado internacional quer à limitação de importações que o Governo impôs de modo a proteger os produtores nacionais.

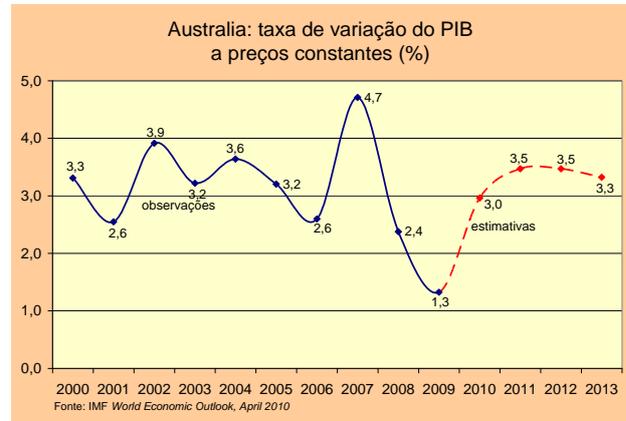
A recuperação das exportações (preços e quantidades) permitiu uma melhoria das contas externas, tendo o saldo da conta corrente, que em 2007 tinha sido de 10.495 mil milhões de USD e em 2008 de apenas 0,126 mil milhões, aumentado para 10.581 mil milhões de USD em 2009.

A política cambial, depois de em 2008, devido à elevada taxa de inflação, se ter caracterizado por uma desvalorização da rupia (IDR) para não deixar degradar demasiado a competitividade externa da economia, caracterizou-se, desde o segundo trimestre de 2009, por uma lenta valorização face ao USD que levou a taxa de câmbio das cerca de 10.200 às cerca de 9.300 IDR por USD ao longo do ano financeiro em análise. Esta valorização significa, naturalmente, que os custos das importações timorenses provenientes da Indonésia (42,5% do total em 2008 e 32,6% em 2009) são agora mais altos (cerca de +10%), o que terá certamente provocado parte da taxa de inflação de Timor Leste.

A economia da Austrália

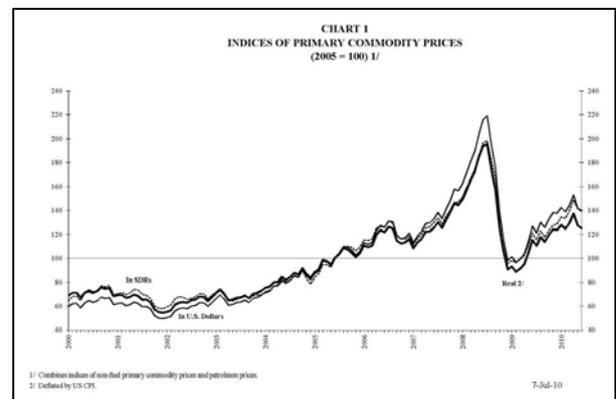
Tal como as demais economias mais avançadas, a Austrália conheceu também os resultados da crise económica que se desencadeou em 2007 e agravou em 2008.

Grande produtora de matérias-primas (incluindo petróleo), o ritmo do crescimento da sua produção baixou significativamente em 2008 e 2009 devido à queda dos preços destas --- ilustrada abaixo pelo índice médio de preços do conjunto das matérias-primas primárias calculado pelo FMI --- prevendo-se para 2010, tal como para as demais economias avançadas, um retomar das taxas “tradicionais” de crescimento (cerca de 3% segundo os últimos dados publicados pelo FMI no seu *WEO* de Outubro/10).

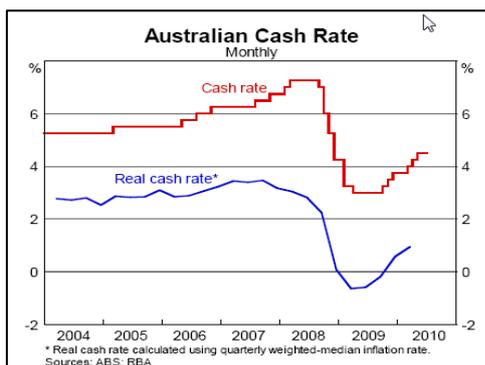
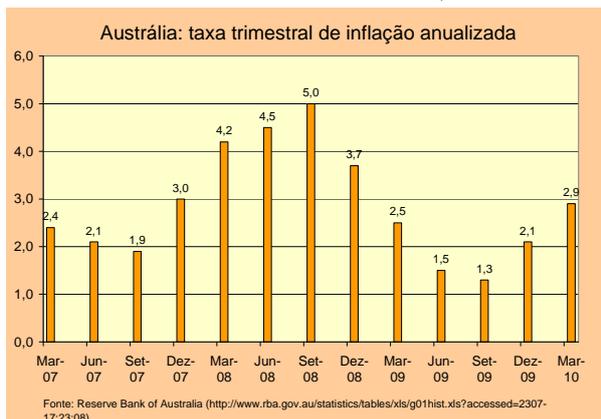


Em consequência da crise actual, a pressão sobre os preços diminuiu, tendo-se registado um abrandamento da taxa de inflação. Pelo gráfico respetivo (pg seguinte) pode verificar-se que de um máximo de 5% (taxa anualizada) verificada no terceiro trimestre de 2008 ela baixou até aos 1,3% um ano depois. Desde então tem vindo a aumentar acompanhando e refletindo a retoma da atividade económica.

sobre os preços diminuiu, tendo-se registado um



Por outro lado, acompanhando uma tendência geral verificada desde 2008, o dólar australiano conheceu durante a maior parte do período do ano financeiro de Timor-Leste aqui analisado (1 de Julho de 2009 a 30 de Junho de 2010) uma desvalorização significativa face ao dólar americano.



Esta evolução, favorável aos interesses do nosso país por tornar mais baratas as importações provenientes de “down under”, veio a ser invertida parcialmente na parte final do período.

A política monetária do banco central da Austrália, o *Australia Reserve Bank*, esteve de acordo com o praticado usualmente em situações conjunturais como as que se tem

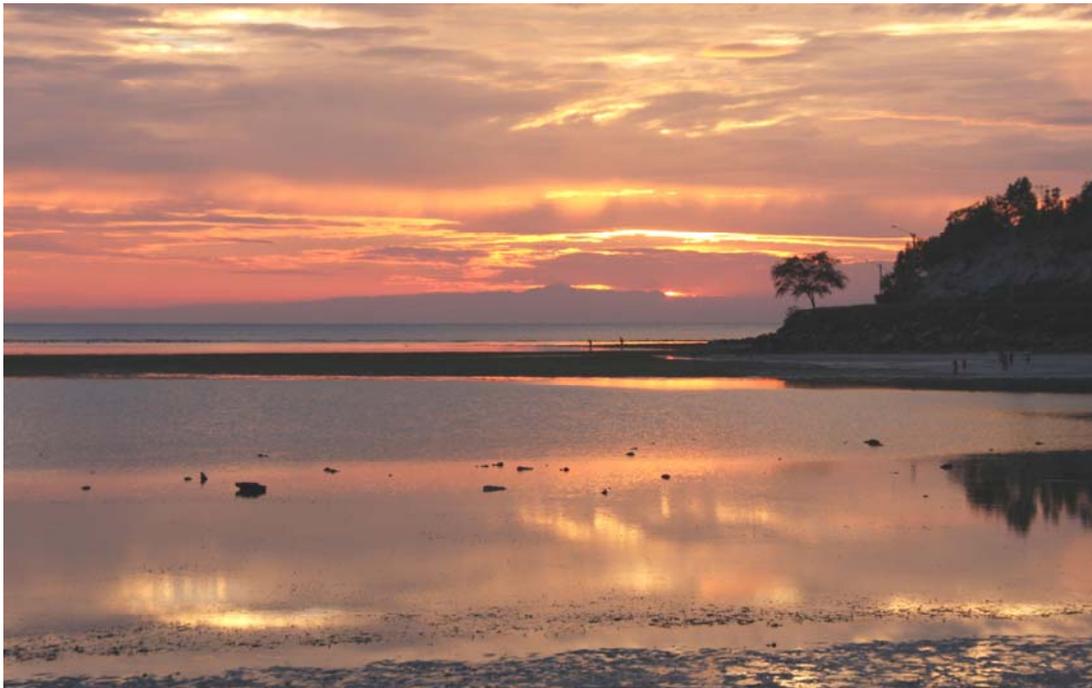
vivido nos últimos dois anos: a taxa de juro de referência baixou significativamente e dos 7,25% em meados de 2008 foi baixando até aos 3% um ano depois. Esta taxa, tendo em consideração a taxa de inflação verificada, correspondeu a uma taxa real de juro negativa que se tornou positiva no início de 2010.

Conclusão

A economia internacional conheceu o ponto mais baixo da crise que atravessou desde meados de 2008 durante o último trimestre de 2008. A partir de então começou uma recuperação da produção que se previa lenta mas que acabou por ser um pouco mais rápida do que inicialmente previsto.

Se a produção recomeçou o seu crescimento, a situação financeira internacional continuou a ser instável. Para esta instabilidade acabou por vir a contribuir o enorme custo financeiro que os Estados de algumas das economias mais avançadas tiveram de suportar para apoiar a produção e evitar que os custos sociais fossem incontroláveis.

Aos problemas sentidos pelos sistemas financeiros dos países vieram a somar-se subidas significativas dos níveis de dívida externa soberana de muitos países que, adicionados aos problemas dos respetivos sistemas financeiros --- banca privada --- acabaram por gerar uma situação de grande incerteza nos mercados financeiros mundiais. Esta está na base da grande incerteza que hoje se verifica quanto à evolução futura próxima da economia mundial e que se traduz numa perspectiva de abrandamento do crescimento no futuro próximo com progressiva melhoria a partir de meados de 2011.



*O turismo é uma das atividades económicas com maior futuro em Timor-Leste
Pôr-do-sol na praia da Areia Branca, em Díli (Foto: A. M. de Almeida Serra)*

1.2 - A evolução recente da economia nacional

Introdução

Como referido no relatório anual de 2008-09, o facto de a Autoridade Bancária e de Pagamentos continuar a usar o antigo ano fiscal --- 1 de Julho a 30 de Junho --- tem como consequência o facto de uma parte dos dados estatísticos usualmente utilizados para caracterizar a evolução de uma economia se “desdobrarem” ao longo de dois anos civis, a base do cálculo da maior parte das estatísticas nacionais.

Se por vezes é possível ultrapassar esta dificuldade “partindo” os anos civis em duas metades correspondentes ao ano “financeiro”, nem sempre tal é possível. Por isso usaremos aqui, para caracterizar a economia nacional, os dados de (pelo menos) dois anos: 2008 e 2009 e, sempre que possível, a parte relevante (primeiro semestre) de 2010.

Produção

Talvez um dos indicadores sobre a economia nacional --- para alguns o mais importante --- onde, devido a diversos factores, existe maior incerteza sobre o seu comportamento efetivo seja a taxa de variação da produção, vulgarmente denominada “taxa de crescimento do PIB”.

De facto, desde valores da ordem dos 16% (para 2009) até valores de cerca dos 7% e mesmo menos, tem havido de tudo um pouco nas publicações que normalmente se debruçam sobre a economia nacional ou nas declarações de responsáveis económicos e/ou políticos. Mais recentemente o Ministério das Finanças, através da sua Direcção de Macroeconomia, estimou que o crescimento em 2009 tenha sido da ordem dos 12,7%, 0,5 pontos percentuais acima da taxa verificada no ano anterior.

Mas vejamos, em primeiro lugar, a evolução do PIB (excluindo a ONU) a preços constantes de 2000. O agregado inclui a produção normalmente incluídas no Produto Interno Bruto de um país mas retira-lhe os gastos efetuados pela ONU no país.

O Fundo Monetário Internacional publicou em Abril deste ano (2010), conjuntamente com a edição desse mês do seu *World Economic Outlook*, uma base de dados com informações económicas de quase todos os países do mundo. Esses valores constam do quadro abaixo.

Na edição de Outubro/10 os valores --- para todos os anos --- aparecem significativamente revistos no sentido da baixa. Quase todos os anos “perderam” cerca de 9% de produção, afetando, naturalmente, o PIB *per capita*. Esta revisão, de que não se conhece publicação que a explique cabalmente, terá ocorrido no quadro de um trabalho conjunto com as autoridades estatísticas de Timor-Leste de que se desconhecem pormenores. Esta redução ficou a dever-se principalmente a revisões em baixa, em diferentes percentagens, da produção agrícola (cerca de -10%), industrial e de serviços do país (cerca de -15%). O nível de correção introduzido é mais um alerta para o cuidado com que é necessário olhar para os números da produção enquanto não for possível utilizar métodos mais precisos do seu cálculo.

Os valores do PIB para 2008 e 2009 e as taxas de crescimento em cada um destes dois anos divergem das calculadas pelo Ministério das Finanças por usarem um diferente índice de preços do conjunto da economia (deflator) do PIB, maior no caso dos números publicados pelo FMI.

Quadro 1.2.1 - PIB não-petrolífero a preços constantes de 2000, excluindo a ONU (milhões de USD)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
WEO Abril/10	284	284	296	314	296	321	362	389
WEO Out/10	258	257	269	286	269	294	326	364
<i>Taxa de crescimento (Out/10)</i>	2,1	-0,1	4,4	6,5	-5,9	9,1	11,0 (12,2)*	11,6 (12,7)*

Fonte: IMF *World Economic Outlook*, base de dados das edições de Abril e de Outubro
 * Taxas de crescimento divulgadas pela Direcção de Macroeconomia do Ministério da Finanças que justifica a diferença pelo uso, pelo FMI, de um deflator do PIB mais elevado. “A Direcção de Macroeconomia usa um deflator mais baixo porque baseia a taxa de inflação dos salários no setor privado em dados recolhidos num inquérito piloto sobre a inflação salarial em Díli”

<i>Quadro 1.2.2 - PIB a preços constantes (milhões USD)</i>	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB não-petrolífero; preços constantes de 2000, excluindo NU	268,5	286,1	269,1	293,7	329,6	371,4
<i>Incluindo as NU</i>	296,5	303,1	292,9	346,2	386,6	420,8
Agricultura, florestas e pesca	89,3	95	94,9	89,8	102,2	113,7
Indústria e serviços	91,8	94,2	80,5	92,8	103,2	114,7
Setor Público	115,4	113,8	117,6	163,7	181,2	192,3
Nações Unidas (NU)	28	17	23,8	52,5	56,9	49,5

Fonte: Unidade de Macroeconomia do Ministério das Finanças

Em Março deste ano² a Direcção de Macroeconomia do Ministério das Finanças dava conta que cálculos provisórios --- sublinhamos o aspeto assumidamente provisório do valor divulgado --- sobre as contas nacionais de 2009 permitiam antever que a taxa de crescimento do produto teria sido em 2009 de aproximadamente 16%. A metodologia que se anunciava como tendo sido utilizada corresponde a um dos métodos possíveis de cálculo do PIB e da sua taxa de variação: a chamada ótica da despesa nacional. Nela considera-se o somatório das aplicações da produção em consumo das famílias (C), investimento das empresas (I), gastos do Estado (G) e o saldo entre as exportações (X) e as importações (M). Ou, como equação, $Y=D$ com $Y = \text{produção/rendimento nacional}$ e $D = C + I + G + X - M$.

Porém e pelo menos aparentemente, a utilização do método terá sido feita de uma forma muito rudimentar, dando origem a uma estimativa que nenhuma outra publicação/observador admitiu como aproximando-se da realidade.

Por outro lado, em declarações da representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Timor-Leste, foi referido em certa ocasião que a taxa de crescimento do produto teria sido, também em 2009, de 12,2%³.

No relatório elaborado pela missão do FMI que visitou o nosso país no ano passado para estudar a situação da economia nacional refere-se como projeção para o crescimento do PIB (*non-oil* e *non-UN*) em 2009 a taxa de 7,4%. Desde então não houve correções a este valor em documentos sobre Timor Leste mas na base de dados estatísticos sobre vários países publicada (início de Outubro de 2010) conjuntamente com o *World Economic Outlook* o FMI estima que a taxa de crescimento terá sido, em 2009, de 11,6%, uma revisão em alta muito significativa que se fica a dever, certamente, ao uso de informação estatística mais atualizada, particularmente em relação aos Gastos do Estado e à produção agrícola.

O banco australiano ANZ, na sua publicação *Pacific Quarterly* (em que inclui Timor-Leste) de Maio de 2010 refere que a taxa de crescimento do PIB terá sido, em 2009, de 7,7%, não esclarecendo de que agregado se trata; admite-se que se refiram ao valor da taxa de crescimento *non-oil* e *non-UN* e que a taxa divulgada tenha sido muito influenciada pela então disponível nas publicações do FMI.

A estimativa mais baixa para a taxa de crescimento do PIB “*nonpetroleum, non-United Nations*” é de 5% e foi publicada pelo Banco Asiático de Desenvolvimento no seu *Asian Economic Outlook* de 2010 (pg 246). Este valor parece-nos manifestamente desfasado da realidade.

No seu último relatório sobre Timor-Leste, publicado a meio de 2009, o FMI publicou o quadro abaixo sobre a evolução da produção no país.

² Vd jornal *Suara Timor Lorosae* de 9 de Março de 2010

³ Comunicado de Imprensa relativo ao discurso da Sr^a Ameerah Haq no segundo encontro trimestral de parceiros de desenvolvimento de Timor-Leste, em 15 de Julho de 2010: “*the country has achieved an impressive economic growth of 12,2% in 2009 while maintaining low inflation in the midst of the global downturn. There is always a ‘however’, which is that the trends in the non-oil GDP are not as encouraging.*”

	2005	2006	2007	2008prel.	2009proj.
PIB-Produto Interno Bruto não-petrolífero (milhões USD; preços correntes) (inclui gastos da ONU)	332	327	398	499	590
<i>Idem, taxa de crescimento %</i>	2,3	-3,4	16,8	12,2	7,4
PNB-Produto Nacional Bruto [inclui rendimentos petrolíferos] a preços correntes (milhões de USD)	695	972	1728	2915	2198
Rácio PNB/PIB	2,1	3,0	4,3	5,8	3,7

Fonte: IMF Country Report nº 9/219, July 2009, pg 26 (Table 2)

Nota: a taxa de crescimento é calculada sobre os valores do PIB a preços constantes e não sobre os valores a preços correntes que figuram na primeira linha do quadro

Utilizar o PNB e as suas taxas de variação como indicadores do crescimento económico do país é enganador pois os rendimentos da exploração petrolífera só entram em Timor-Leste por via das contribuições do Fundo Petrolífero para o financiamento do Orçamento Geral do Estado e só devem ser consideradas parte da produção nacional no momento em que este gasta efetivamente esses recursos.

Considerar o PNB *per capita* ou a taxa de variação do PNB em vez do PIB *per capita* e a taxa de variação do PIB “inflacionam” significativamente os respetivos valores sem que isso se reflita na situação económica do dia-a-dia dos timorenses. Uma ordem de grandeza dessa “inflação” dos valores se for usado o PNB em vez do PIB pode ser vista na última linha do quadro acima. Em 2008, por exemplo, quando o grande aumento dos preços do petróleo no mercado internacional fez aumentar significativamente os rendimentos do país, o PNB foi 5,8 vezes maior do que o PIB.

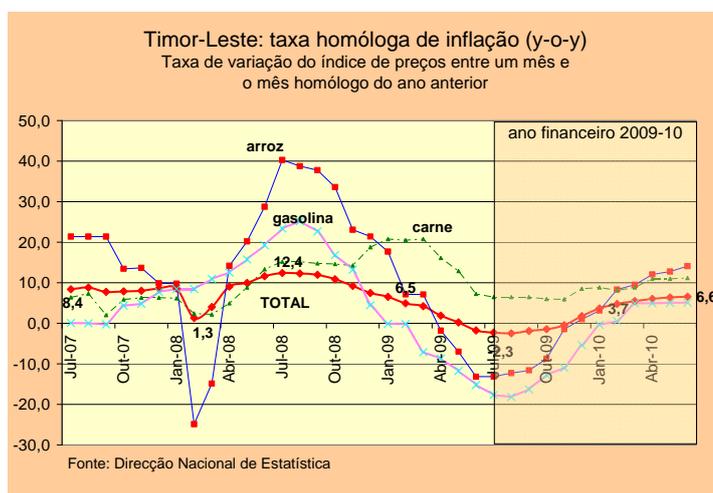
Mais recentemente foi possível ter acesso aos dados sobre o PIB (e sua taxa de crescimento) calculados pela Direção de Macroeconomia do Ministério das Finanças. Nos quadros abaixo constam os valores do PIB em milhões de USD e a estrutura do mesmo por setores.

Dos valores do PIB e sua evolução resultam taxas de crescimento de 12,2% em 2008 e de 12,7% em 2009. Por outro lado, repare-se no peso aproximadamente igual dos setores da “agricultura, florestas e pesca” e da “indústria e serviços” e o peso, bem mais importante, do setor público (incluindo a ONU).

	2007	2008	2009
PIB não-petrolífero; preços constantes de 2000, excluindo NU	100,0	100,0	100,0
<i>Incluindo as NU</i>	117,9	117,3	113,3
Agricultura, florestas e pesca	30,6	31,0	30,6
Indústria e serviços	31,6	31,3	30,9
Setor Público	55,7	55,0	51,8
Nações Unidas (NU)	17,9	17,3	13,3

Preços; inflação

Exatamente ao invés do que aconteceu no ano financeiro de 2008-09, a taxa homóloga de inflação foi subindo sempre ao longo dos 12 meses do ano financeiro de 2009-10, tendo terminado o mês de Junho/10 com uma taxa de 6,6%. Isto é, em Junho deste ano os preços



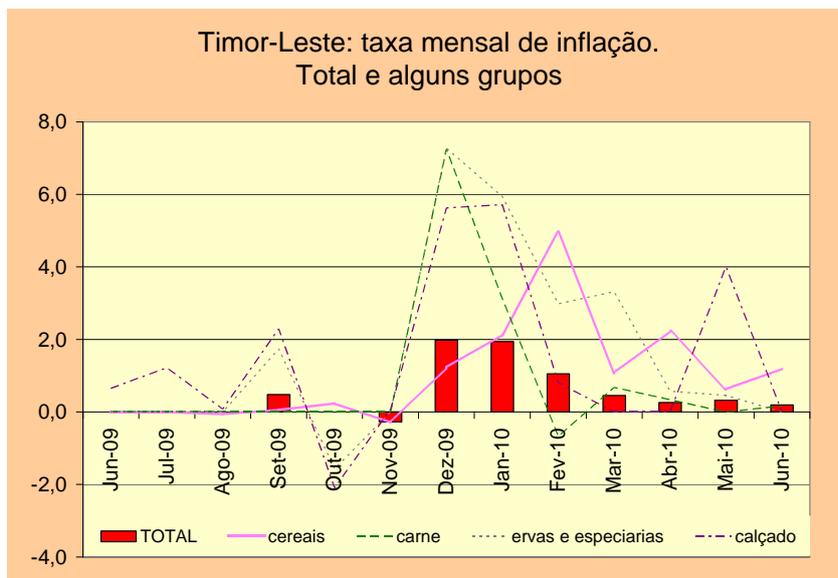
foram, em média, 6,6% mais altos que no mesmo mês de 2009.

Esta subida da taxa global foi o resultado de aumentos significativos nas taxas homólogas de alguns produtos. É o caso dos “cereais [maioritariamente o arroz], raízes e derivados” e da “carne e seus derivados”, com taxas homólogas de 14 e de 11%, respetivamente --- os seus pesos relativos na taxa global de inflação são 13,1 e 7,5%. Os grupos de produtos que conheceram um maior aumento de preço (+22,3%) terão sido o das “Ervas e especiarias” e o “calçado e adereços pessoais” (+18,9%), cujos pesos relativos no “cabaz de compras” que serve de base ao cálculo da taxa de inflação são 4% e 3,5%, respetivamente.

Devido à sua importância relativa no cabaz de produtos utilizado para cálculo do Índice de preços vale a pena fazer uma referência explícita ao “arroz do Governo”, comercializado através do MTCI-Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (arroz importado do Vietname, com 15% do grão partido). É sabido que o Governo o vendia às empresas distribuidoras a 10 USD a saca de 35kg para que elas o vendessem no mercado a um máximo de 12 USD/saca mas que parte dele era vendido nos mercados a preços que chegavam aos 14 e aos 15 USD/saca.

Isso levou o Governo a alterar a política de distribuição do arroz mas a verdade é que isso parece não ter modificado significativamente o preço nos mercados do arroz importado e distribuído pelo Governo.

Como os preços deste são recolhidos nos mercados tradicionais (nomeadamente da cidade de Díli), isso pode ter influenciado a taxa de variação do preço deste e, conseqüentemente, a taxa de inflação, empurrando-a para valores mais altos.



Os “transportes” (peso: 3,2%), que incluem a “gasolina” e outros produtos relacionados com os transportes públicos e privados, conheceram uma taxa homóloga de inflação de 5,1%

entre Junho de 2009 e o mesmo mês deste ano.

Nos vários grupos de produtos citados incluem-se quer produtos nacionais quer importados não sendo fácil, à partida, atribuir maior responsabilidade da subida dos preços a um ou outro tipo de produtos sem se saber exatamente os preços absolutos dos vários produtos.

Pelo gráfico ao lado se percebe que o momento crucial para o desencadear do actual nível de inflação foi o final de 2009 e início de 2010: em cada um dos meses de Dezembro/09 e Janeiro/10 ter-se-á verificado uma taxa mensal de inflação de cerca de 2%.

Trata-se de uma época com uma dupla característica: (i) usualmente é a de maior escassez de produção agrícola, agravada este ano pelas rigorosas condições climáticas que se verificaram; (ii) inclui o período das festas natalícias, onde o aumento da procura é normalmente maior em vários produtos, incluindo alimentares.

Simultaneamente e em 2009 o período final do ano viu subirem rapidamente os preços dos materiais de construção, em boa parte como resultado de uma pressão da procura devido à aprovação, pelo Governo,

do chamado “pacote do referendo”, um conjunto de obras públicas no valor de cerca de 70 milhões de USD batizado para comemorar o referendo de 1999.

Admite-se que o aumento de rendimentos dos funcionários públicos verificado em 2009, o aumento do salário mínimo e maiores despesas públicas tenham colocado em circulação recursos/rendimentos que levaram a um aumento da procura sem que se tivesse verificado um aumento correspondente da oferta nacional, nomeadamente de produtos alimentares como os referidos anteriormente por terem sido os que mais aumentaram de preço. Infelizmente, porém, com as informações estatísticas disponíveis não é possível quantificar realisticamente o nível do impacto destes aumentos das despesas públicas e dos rendimentos privados na inflação. Porém, a existência de tal relação, sendo teoricamente indesmentível, parece ser também evidente no caso de Timor-Leste.

Voltaremos às determinantes internas da taxa de inflação no nosso país e terminamos por agora lembrando algo já referido aquando da abordagem da economia da Indonésia: dado que Timor-Leste compra a maior parte das suas importações ao “vizinho do lado”, é natural que a valorização da rupia indonésia (IDR) então detetada tenha influenciado negativamente a nossa taxa de inflação, provocando um seu aumento. Considerando que durante o ano financeiro em análise a valorização da rupia face ao USD terá sido de cerca de 10%, está encontrada (pelo menos) uma parte da explicação do aumento da taxa de inflação entre nós.

Quadro 1.2.5 - Índice de preços no consumidor e taxa de inflação na cidade de Dili												
2007	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Índice	126,8	138,0	135,1	131,4	132,5	133,1	132,9	133,3	133,5	134,3	134,6	136,4
Varição mensal	1,0	8,8	-2,1	-2,7	0,8	0,5	-0,2	0,3	0,2	0,6	0,2	1,3
Taxa homóloga	8,4	17,9	15,0	11,8	12,3	9,5	8,4	8,8	7,7	7,9	8,0	8,6
2008	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Índice	137,7	139,8	140,5	143,3	145,7	148,6	149,4	149,7	149,5	148,9	147,0	146,6
Varição mensal	1,0	1,5	0,5	2,0	1,7	2,0	0,5	0,2	-0,1	-0,4	-1,3	-0,3
Taxa homóloga	8,6	1,3	4,0	9,1	10,0	11,6	12,4	12,3	12,0	10,9	9,2	7,5
2009	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Índice	146,8	146,8	146,4	146,0	146	146	146	146	146,7	146,7	146,3	149,2
Varição mensal	0,1	0,0	-0,3	-0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	-0,3	2,0
Taxa homóloga	6,6	5,0	4,2	1,9	0,2	-1,7	-2,3	-2,5	-1,9	-1,5	-0,5	1,8
2010	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Índice	152,1	153,7	154,4	154,8	155,3	155,6	156,6	157,1				
Varição mensal	1,9	1,1	0,5	0,3	0,3	0,2	0,6	0,3				
Taxa homóloga	3,7	4,8	5,5	6,0	6,4	6,6	7,3	7,6				

Nota: o FMI estimou no seu relatório de 2009 para a taxa de inflação em 2010 o valor de 4%. a

Fonte: Direcção Nacional de Estatística

Esta evolução de aumento da inflação deu-se na ausência de uma política monetária levada a cabo pelo banco central, a ABP, que possa utilizar para prosseguir aquele que é o principal objectivo de todos os bancos centrais: a manutenção da taxa de inflação a níveis moderados (cerca de 2%). Note-se que o mesmo tinha sucedido no ano passado mas então de sentido inverso: a descida da taxa de inflação que se verificou foi independente da (in-)existência de política monetária. A ocorrência destas duas situações em dois anos seguidos --- isto é descida e subida da taxa de inflação num contexto de inexistência de política monetária --- parece indicar que esta não será um fator determinante da evolução dos preços --- o que não quer dizer que seja totalmente irrelevante ---, encontrando-se as causas principais desta noutros factores.

Três deles já foram referidos, ainda que seja dificilmente quantificável a respetiva importância relativa:

- (i) as condições climáticas, que favorecem uma certa sazonalidade da evolução da taxa de inflação;

- (ii) a taxa de câmbio do USD face às moedas dos principais fornecedores do país (Indonésia e Austrália), e
- (iii) o ritmo de variação das despesas públicas.

Se em relação aos dois primeiros factores o país é o que se poderia designar como um “*price taker*”, sem capacidade de influenciar esses factores, já relativamente ao último não é assim. Mas isso coloca a ênfase de uma política anti-inflacionista mais no campo da política orçamental que no da política monetária. Parece, no entanto, que pelo menos até agora não tem havido grande preocupação das autoridades orçamentais com as consequências (potencialmente) inflacionistas das suas decisões.

A política monetária, devido às limitações que resultariam à sua utilização mesmo que existisse moeda nacional --- devido às limitações que resultariam da necessidade de ter uma política cambial credível, o que exigiria um regime cambial pouco flexível ---, seria forçosamente “rígida”, diminuindo significativamente a sua (eventual) eficácia. Por isso o ónus da política de controlo da inflação tenderá sempre a recair sobre a política orçamental, mais que sobre a política monetária.

Comércio internacional

A reconhecida escassez da produção interna nos mais variados setores --- com as honrosas exceções do café e dos produtos alimentares frescos --- associada à disponibilidade de significativos recursos financeiros são as duas causas principais de se ter desenvolvido entre nós uma economia altamente aberta às importações, com um défice comercial quase “esmagador” tal a pequenez das exportações (2009: 8,5 milhões) face às importações (2009: 282,6 milhões USD). Mais, este défice conheceu um agravamento entre 2008 (-246 milhões USD) e 2009 (-274 milhões USD).

Este enorme desequilíbrio da balança comercial, que aparentemente se baseia mais num significativo volume de importação de bens de consumo (incluindo os de consumo duradouro) do que de bens de produção/investimento, é provavelmente a pior característica da economia nacional juntamente com o elevado nível de desemprego que afeta principalmente as camadas mais jovens da população urbana do país e, o que é uma outra face de uma mesma moeda, o baixo nível de produção que se possa considerar como verdadeiramente industrial --- virtualmente inexistente.

Este baixo nível de produção industrial é uma (pesada) herança dos dois colonialismos que sofremos mas no caso do mais recente a integração num espaço económico mais alargado e próximo terá contribuído para retirar ênfase à necessidade de desenvolvimento (industrial) autónomo já que a então “27ª província” estava integrada nos circuitos de produção e distribuição de produtos então “nacionais” mas agora internacionais.

A fase de construção da economia nacional em que nos encontramos é, pois, especialmente exigente neste domínio pois que se tem de começar do zero --- senão mesmo “abaixo dele”, sendo tal situação correspondente à natural tendência a, face às dificuldades e a evidentes problemas de escala e de competitividade da produção, satisfazer parte da procura interna com produção do país vizinho, já conhecida dos consumidores timorenses.

Exportações

As exportações de Timor-Leste são quase exclusivamente de café. De facto e segundo as estatísticas divulgadas pela Direcção Nacional de Estatística só cerca de 200 mil USD dos pouco menos de 8,5

milhões de USD exportados em 2009 é que não foram desta bebida. Em 2008 o total das exportações fora de 12,6 milhões de USD graças a uma colheita de café especialmente boa e a preços internacionais também relativamente elevados.

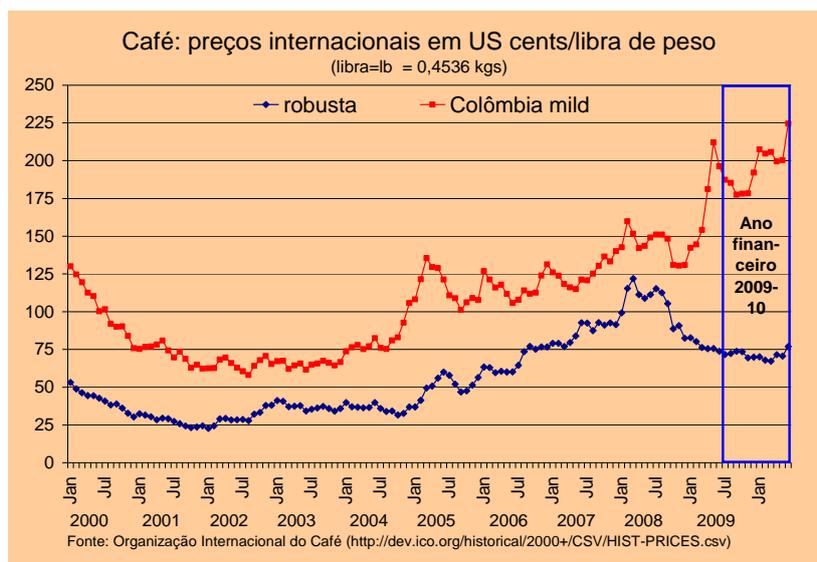
Note-se que o volume de re-exportações pelo país é bem mais elevado que o das exportações comerciais normais. Tais re-exportações, porém, correspondem essencialmente à saída do país de equipamentos e outro material ligado à presença (nomeadamente militar) da ONU entre nós e não representam uma atividade comercial normal. Por isso elas não são relevantes. Em 2008 essas re-exportações terão sido de 36,3 milhões de USD (comparar com os 12,9 milhões das exportações “comerciais”) e em 2009 elas atingiram 26 milhões, contra os 8,5 das exportações comerciais.

Como as exportações são quase exclusivamente de café e este tem um ciclo de apanha-tratamento-exportação muito “datado” no tempo, concentrando-se essencialmente a exportação no segundo semestre de cada ano, as exportações totais são altamente sazonais, concentrando-se normalmente no segundo semestre.

Por exemplo, enquanto, em 2009, as exportações foram de 1,9 milhões no primeiro semestre, elas totalizaram 6,6 milhões no segundo. Em 2008 as exportações do segundo semestre foram de 11,4 milhões de USD enquanto as do primeiro semestre se ficaram pelos 1,4 milhões.

Um dos objectivos económicos a prosseguir deveria ser o aumento e diversificação da produção exportada, o que exige uma profunda remodelação da estrutura económica do país.

Mesmo o sector cafeeiro pode, cremos, melhorar o seu desempenho se for possível, num programa de médio-longo prazo a desenvolver com cooperação internacional adequada, proceder a uma renovação significativa das plantas em produção por outras mais produtivas e aumentar a incorporação de valor na cadeia de produção através da transformação industrial desta.



Importações

Como referimos, uma das características principais da economia do nosso país é a sua grande dependência de importações, as quais atingiram uma média de cerca de 21,2 milhões de contos mensais em 2009-10 contra 27,8 no mesmo período (o ano financeiro) em 2008-09:

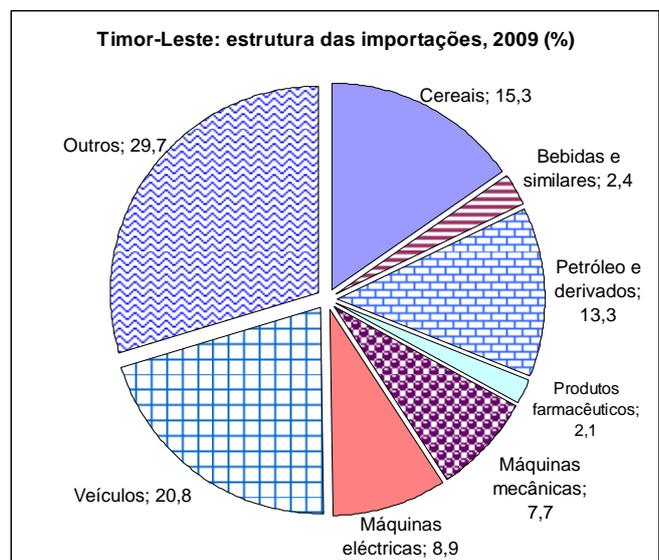
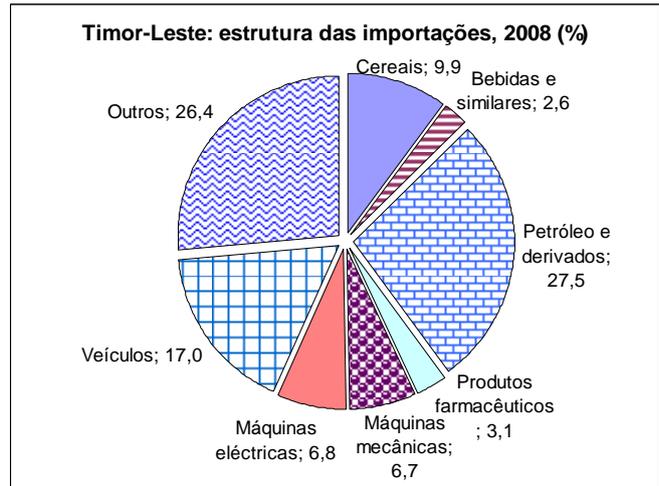
Quadro 1.2.6 - Timor-Leste: peso das importações no PIB		2008prel.	2009proj.
1	PIB (<i>non-oil</i>) em milhões USD, preços correntes (Artº IV, 2009; FMI)	499	590
2	Importações comerciais em milhões USD, preços correntes (idem)	353	440
3	Importações comerciais em milhões USD, preços correntes (DNE)	258,4	282,6
4=2/1; %	Parte das importações no PIB não-petrolífero	70	75
5=3/1; %	Parte das importações no PIB não-petrolífero	52	48

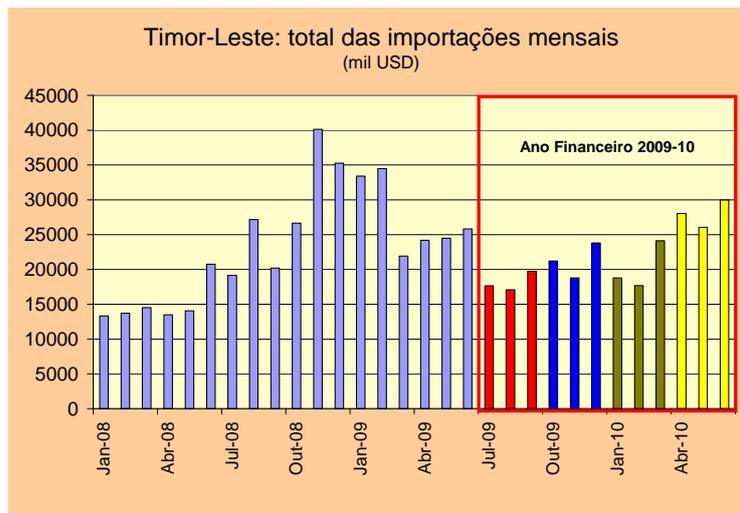
O quadro acima dá uma ideia dessa dependência, mais evidente no caso de se adotarem como bons os valores das importações divulgados pelo FMI em vez dos calculados pela Direcção Nacional de Estatística.

Os principais produtos importados figuram nos gráficos ao lado e abaixo (anos de 2008 e 2009). Por eles se pode verificar que os dois principais tipos de produtos importados são o petróleo e derivados, por um lado, e os veículos, por outro. Os primeiros representaram em 2008 uma percentagem especialmente elevada devido ao preço que atingiram no mercado internacional. Em 2009 as percentagens dos dois tipos de produtos, que poderemos classificar como de consumo (imediate num caso, mais duradouro no dos veículos), foram, respectivamente, de 13,3% e 20,8%, numa soma de cerca de 1/3 das importações totais.

Uma análise mais fina dos produtos importados permitiria concluir que o padrão da maioria deles se repete: são principalmente bens de consumo. Isto demonstra, com os dados do comércio internacional do país, que ainda não foi possível estabelecer um padrão de crescimento que assegure um futuro, significativo e sustentado aumento da produção nacional.

As razões para este facto são múltiplas e delas farão parte, entre outras, factores como a herança colonial herdada do passado com cujas características não é fácil romper, a falta de um verdadeiro empresariado nacional --- o que existe parece, no que será também parte da herança colonial, mais propenso à obtenção de “rendas” (nomeadamente com origem no Estado) do que de “lucros” ---, as (naturais) dificuldades de um Estado ainda em formação encontrar os caminhos apropriados para o desenvolvimento económico quer quanto à definição das políticas mais adequadas quer quanto à sua implementação, erros da própria ajuda internacional que o país tem recebido, etc., etc., etc..





A relativa concentração que se pode ver nos tipos de produtos importados repete-se, em parte, na dos países fornecedores. A Indonésia é, desde sempre, a principal fornecedora do país (33% das importações de Timor-Leste em 2009), numa como que “integração” económica que é herdeira quer da geografia quer do passado em comum e que diverge da “des-integração” política verificada a partir de fins de 1999.

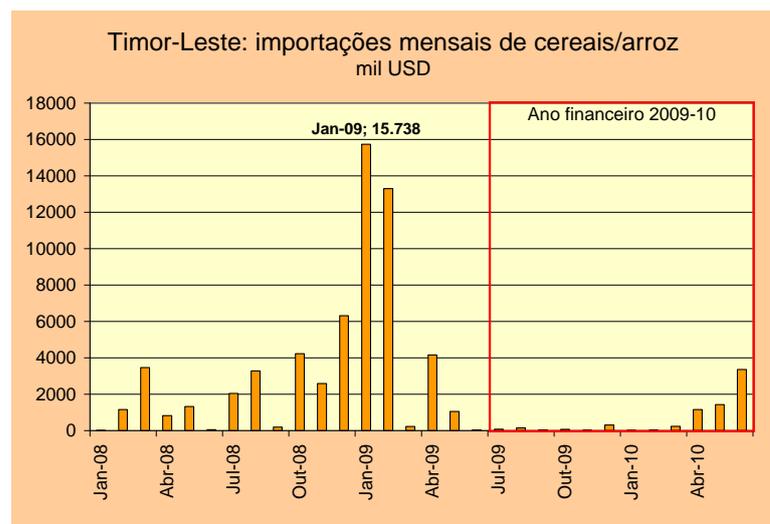
À Indonésia seguem-se (2009) como fornecedores, Singapura --- devido à sua posição de entreposto de abastecimento do todo o Sudeste Asiático e origem de muitos dos veículos em circulação no país --- com os seus 19% em 2009, a Austrália (17%) devido, em boa parte, à presença de muitos internacionais no país que consomem produtos de melhor qualidade com origem naquele país, e o Vietname, com 12% quase exclusivamente constituídos pelo arroz importado por conta do Governo de Timor-Leste. Estes quatro países foram responsáveis, em 2009, por 70% das importações do país. Com um dígito, à República Popular da China com 4,% segue-se Portugal com 3,4%.

A posição relativa dos vários países durante o primeiro semestre de 2010 não se alterou muito.

As importações do país merecem uma análise mais “fina”.

Os “cereais” --- na prática essencialmente o arroz --- representaram cerca de 15,3% do total das importações em 2009, logo depois dos “veículos”. A maior parte deste arroz foi, no período em análise, importado para alimentar a venda subsidiada do cereal em todo o país e sem discriminação de qualquer espécie (segundo o nível de rendimento, por exemplo).

Note-se no quadro ao lado o “*timing*” das importações: depois de um volume muito significativo



concentrado nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2009 seguiu-se um longo período de quase um ano e meio sem que se tivessem voltado a fazer importações significativas. Isto coloca a hipótese de nos primeiros meses de 2009 e mesmo depois se ter verificado um nível de acumulação de reservas de arroz (importado e nacional) que excedeu em muito as necessidades previsíveis.

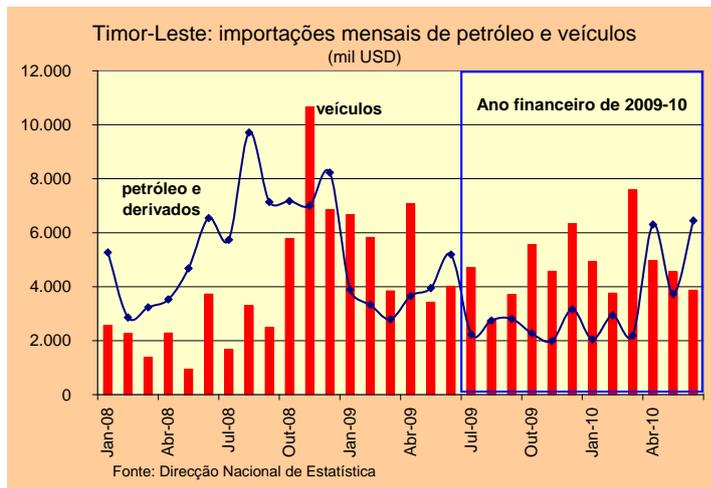
A (aparentemente muito) boa produção nacional (segundo as estimativas do Ministério da Agricultura terá sido de 72 mil tons em 2009 --- valor que alguns consideram otimista --- contra 48 mil em

2008 e 36 mil em 2007) comparada com as necessidades dos consumidores (que rondarão as cerca de 110-120 mil toneladas/ano para uma média de consumo de cerca de 90-100 kgs/pessoa/ano) parece confirmar que o volume de compras no início de 2009 terá sido maior do que o efetivamente necessário naquela época --- se se considerar correta a estimativa da produção interna, o que alguns duvidam.

Parte da justificação da importação (aparentemente) excessiva passa, segundo informações que foi possível recolher, pela necessidade de constituir uma reserva estratégica de cerca de 30 mil toneladas (cerca de 3 meses de consumo) que possa servir de *buffer* de abastecimento do mercado em caso de necessidade.

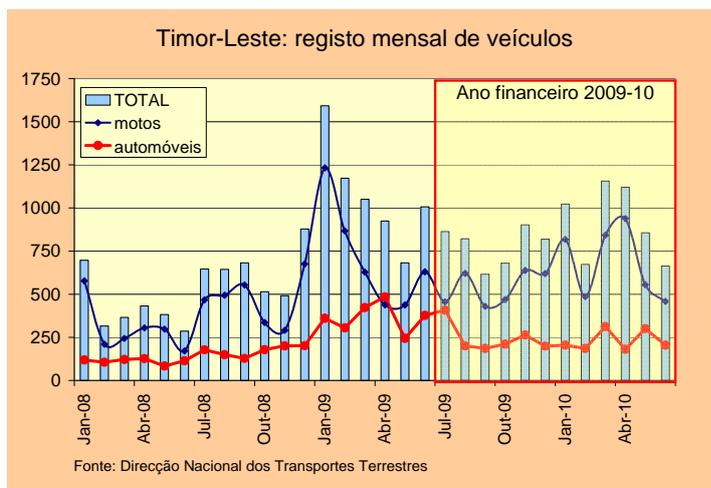
O arroz anteriormente importado por empresas comerciais quase deixou de estar disponível no mercado, sendo, durante o período em análise, este repartido entre o “arroz do Governo” (cujo preço estava fixado em 12 USD/saca de 35 kgs) e o “arroz local”, produzido em várias zonas do país.

Este tem sido historicamente vendido a preços superiores ao do arroz importado --- mesmo quando este o era por empresas comerciais e não por conta do Governo --- desde há algum tempo a um preço cerca de 25% acima do preço do arroz importado. Na verdade, esta situação parece ser de difícil explicação se olharmos para os mecanismos normais de funcionamento do mercado. As justificações para este comportamento são um interessante tema de análise do funcionamento dos mercados no país.



Quanto às importações de petróleo, atingiram no ano financeiro de 2009-10 uma média mensal de cerca de 3 milhões de USD, quase metade da média de 5,6 milhões no ano financeiro anterior, quando os preços do petróleo no mercado internacional atingiram máximos históricos mas também cotações muito baixas no último trimestre de 2008.

Na aquisição de veículos no exterior o país gastou, em 2009-10, uma média mensal de 4,9 milhões de USD --- cerca de 4,4 USD por pessoa e por mês --- contra os 5,1 milhões do ano financeiro anterior.

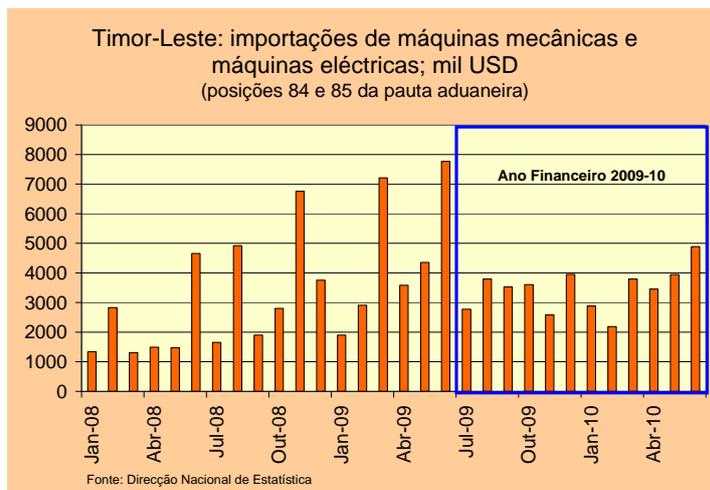


Um dado complementar sobre o grande aumento do número de veículos importados é o dos registos de motorizadas e de automóveis efetuados pelos serviços competentes.

Notem-se, finalmente, as importações de máquinas mecânicas e elétricas. É neste tipo de máquinas que se inclui a maior parte dos equipamentos industriais e por isso o valor das importações deste grupo de mercadorias pode dar algumas

indicações sobre o esforço de industrialização e de crescimento económico do país. Porém, neles inclui-se também a grande maioria dos bens de consumo duradouro e por isso é necessário proceder a uma análise ainda mais “fina” do conteúdo destes grupos. Infelizmente as estatísticas disponíveis não permitem fazer

tal análise. Informação avulsa parece apontar para o facto de a parte mais importante destes grupos ser constituída por importações de bens de consumo duradouro e não por equipamentos de natureza industrial.



Quadro 1.2.7 - TIMOR - LESTE: sumário das estatísticas do comércio externo

Mês / Ano	Importações			Exportações			Saldo	Saldo
	Comerciais	Não-comerciais	TOTAL	Exportações	Re-export.	TOTAL	TOTAL	"comercial"
	(US\$000)	(US\$000)	(US\$000)	(US\$000)	(US\$000)	(US\$000)		(Export-ImportComerc.)
Jul-08	19.144	525	19.669	2.231	5.032	7.263	-12.406	-16.913
Aug-08	27.161	498	27.659	2.128	3.509	5.637	-22.022	-25.033
Sep-08	20.206	630	20.836	1.945	4.306	6.251	-14.585	-18.261
Outubro/08	26.650	838	27.488	2.515	4.677	7.192	-20.296	-24.135
Novembro/08	40.122	3.635	43.757	1.050	1.510	2.560	-41.197	-39.072
Decembro/08	35.277	1.055	36.332	0.533	967	1.500	-34.832	-34.744
2º Semestre 2008	168.560	7.181	175.741	10.402	20.001	30.403	-145.338	-158.158
2008 (TOTAL)	258.429	10.155	268.584	11.849	35.919	47.768	-220.815	-246.580
Janeiro/09	33.398	2.428	35.826	629	2.405	3.034	-32.792	-32.769
Fevereiro/09	34.497	760	35.257	410	463	873	-34.384	-34.087
Março/09	21.935	209	22.144	312	2.795	3.107	-19.037	-21.623
Abril/09	24.190	956	25.146	321	9.522	9.843	-15.303	-23.869
Mai/09	24.500	925	25.425	98	734	832	-24.593	-24.402
Junho/09	25.809	829	26.838	135	1.154	1.289	-25.349	-25.674
1º Semestre 2009	164.329	6.107	170.436	1.905	17.073	18.978	-151.458	-162.424
Jul-09	17.646	1.437	19.083	821	1.590	2.411	-16.972	-16.825
Ago-09	17088	1.610	18.698	982	1.056	2.038	-16.660	-16.106
Set-09	19.748	758	20.506	1.111	773	1.884	-18.622	-18.637
Out-09	21.208	846	22.054	2.282	1.591	3.873	-18.181	-18.926
Nov-09	18.787	860	19.647	624	711	1.335	-18.312	-18.163
Dez-09	23.787	883	24.670	766	3.226	3.992	-20.678	-23.021
2º Semestre 2009	118.264	6.394	124.658	6.586	8.947	15.533	-109.125	-111.678
2009 (TOTAL)	282.593	12.501	295.094	8.491	26.020	34.511	-260.583	-274.102
Jan-10	18.787	449	19.236	176	1.000	1.176	-18.060	-18.611
Fev-10	17.683	751	18.434	23	644	667	-17.767	-17.660
Mar-10	24.117	1.061	25.178	252	1.792	2.044	-23.134	-23.865
Abr-10	28.035	199	28.235	224	1.867	2.091	-26.144	-27.812
Mai-10	26.039	1.313	27.352	9	2.358	2.358	-24.994	-26.030
Jun-10	29.954	934	30.888	959	4.942	5.901	-24.987	-28.995
1º Semestre 2010	144.616	4.707	149.323	1.643	12.594	14.237	-135.086	-142.973

Balança de Pagamentos

A Balança de Pagamentos de um país é o documento em que se registam todos os fluxos internacionais de dinheiro de uma determinada economia. Assim e por exemplo, na rubrica “exportações, fob” são registadas as entradas de receitas no nosso país em pagamento das exportações feitas “free on board”, isto é, colocadas dentro do navio que as há-de levar ao seu destino. Os custos do frete de transporte e dos seguros a pagar são por conta do comprador e não estão incluídos nas verbas “fob”.

A Balança de Pagamentos regista também, a débito, o que o nosso país (os seus agentes económicos) tem de pagar para obter os bens/mercadorias importados. Mais uma vez, estes valores são “fob” no porto de embarque --- por exemplo, em Singapura ou Surabaya. Os custos dos transportes e seguros são contabilizados noutra rubrica da balança (importações de serviços).

Depois desta pequena explicação introdutória, vale a pena olhar para os dados da nossa balança de pagamentos nos dois anos anteriores (2008 e 2009).

Quadro 1.2.8 – Balança de Pagamentos de Timor-Leste		
BALANÇA DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE		
MILHARES DE DÓLARES US (USD)		
	2008	2009
1 Balança de Transacções Correntes	2.023.224,24	1.363.175,33
A. Bens e Serviços	-740.509,63	-881.159,53
Mercadorias, fob	-296.877,16	-375.710,78
Exportações, fob	14.061,18	9.226,77
Importações, fob	-310.938,35	-384.937,55
Serviços	-443.632,46	-505.448,75
Exportações	44.166,25	46.693,94
Importações (incl. govt services, n.i.e)	-487.798,72	-552.142,69
B. Rendimento	2.407.197,09	1.845.730,92
1. Remunerações de empregados	10.507,42	17.684,53
Crédito	12.420,38	18.016,98
Débito	-1.912,96	-332,45
2. Investimento & outros rendimentos primários	2.396.689,67	1.828.046,39
Crédito *	2.404.315,67	1.843.934,02
Débito	-7.626,00	-15.887,63
3. <i>Royalties</i> e impostos da exploração petrolífera		
Rendimento proveniente da ZEPC/JPDA *	2.284.205,00	1.660.188,00
C. Transferências correntes	356.536,78	398.603,94
Crédito	370.635,00	412.297,52
Débito	-14.098,22	-13.693,58
2 Balança de Capital e Financeira, excl. reservas	-2.040.839,98	-1.263.154,91
A. Conta de Capital	17.231,16	27.333,99
B. Conta Financeira	-2.058.071,14	-1.290.488,90
1. Investimento Directo	39.482,44	30.444,65
1.1 Do país no estrangeiro	0,00	0,00
1.2 Do estrangeiro no país	39.482,44	30.444,65
2. Investimento em <i>Portfolio</i>	-2.003.124,00	-1.325.146,00
2.1 Activos **	-2.003.124,00	-1.325.146,00
2.2 Responsabilidades/passivos	0,00	0,00
3. Outro investimento	-94.429,58	4.212,45
3.1 Activos **	-100.310,10	1.579,17
3.2 Responsabilidades	5.880,52	2.633,28
<i>Erros e omissões</i>	<i>-2.235,31</i>	<i>-60.524,82</i>
<i>(como % do comércio total)</i>	<i>-0,01</i>	<i>-0,15</i>
Saldo da BP	19.851,04	-39.495,60

Dois números chamam desde logo a atenção: os da primeira e os da última linha.

Note-se desde logo a grande descida do valor da Balança de Transacções Correntes de 2008 para 2009, quando “perdeu” cerca de 700 milhões USD. Procurada uma explicação nas rubricas que a compõem nota-se que a quebra está essencial mas não exclusivamente relacionada com a queda do valor do “rendimento [petrolífero] proveniente da ZEPC/JPDA”, o Mar de Timor.

Mas é nítida também a subida de quase 25% das importações realizadas num contexto em que as exportações são muitíssimo menores e diminuíram de valor.

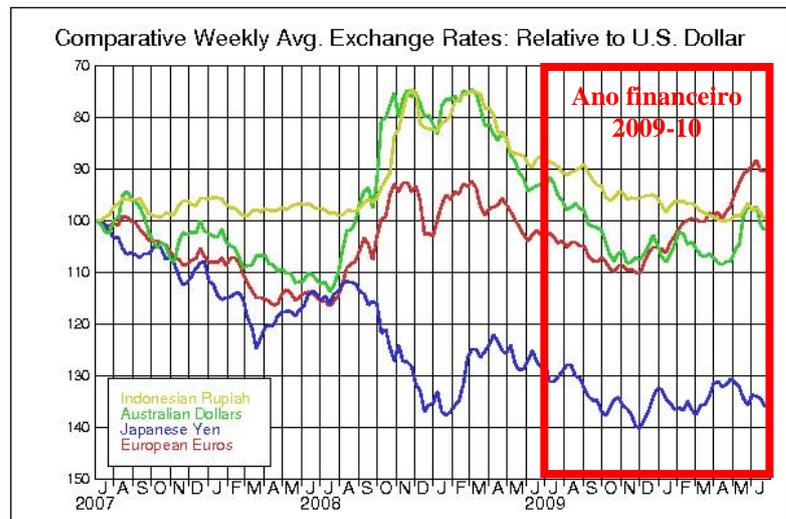
Realcem-se também os importantes valores dos créditos das transferências correntes, correspondentes no essencial a donativos dos nossos parceiros de desenvolvimento.

Por fim e porque não se pretende ser exaustivo, realcem-se dois valores: o do “investimento direto do estrangeiro no país”, com os seus escassos 30,5 milhões de dólares; e o dos “ativos” do “investimento em *portfolio*”, correspondentes aos valores investidos no ano de 2009 pelo Fundo Petrolífero em títulos do Tesouro Americano e, desde meados do ano, noutros títulos geridos pelo Banco de Pagamentos Internacionais --- na sua sigla em inglês *BIS-Bank of International settlements*.

Taxas de câmbio

O comércio internacional e, em geral, os movimentos registados na Balança de Pagamentos são, no nosso caso, registados em dólares americanos por ser essa a moeda nacional. Porém, muitas operações são efetivamente efetuadas noutras moedas. A taxa de conversão dessas moedas na moeda nacional (ou vice versa) é a “taxa de câmbio” e o facto de o seu valor ser mais alto ou mais baixo influencia os fluxos já que, por exemplo, com um USD desvalorizado os produtos adquiridos nos nossos fornecedores são mais caros. É o que acontece, por exemplo, com as importações provenientes da Indonésia quando o dólar se desvaloriza perante a rupia --- tal como tem acontecido ultimamente e está ilustrado no gráfico abaixo com a curva descendente da taxa de câmbio do par rupia(IDR)/dólar(USD) durante o ano financeiro de 2009-10.

Também as importações provenientes da Austrália foram encarecendo ao longo de uma parte do ano devido à desvalorização do USD. Depois, o sentido da evolução da taxa de câmbio inverteu-se. Porém, a taxa de câmbio do final do ano financeiro era mais desfavorável do que no início, tudo se saldando por um encarecimento relativo dos produtos “made in Austrália” entre nós --- a que há que juntar uma evolução no mesmo sentido da rupia indonésia, tal como referido atrás.



© 2010 by Prof. Werner Antweiler, University of British Columbia, Vancouver BC, Canada

Ambos os movimentos podem ter desempenhado algum papel no aumento da taxa de inflação entre nós durante o passado ano civil.

Finanças Públicas

São pelo menos duas as principais características das finanças públicas de Timor-Leste que vale a pena salientar: a rapidez do seu crescimento nos últimos anos e o facto de as receitas serem principalmente (85% em 2009) provenientes de transferências do Fundo Petrolífero.

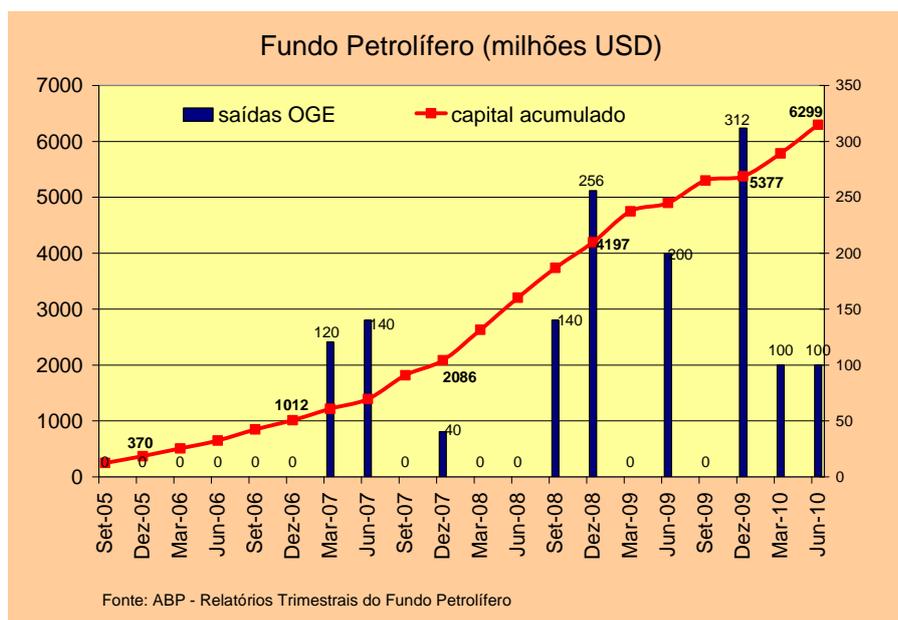
Quadro nº 1.2.9 - Despesas Públicas			
Anos	2008 (Gasto)	2009 (gasto)	2010 (OGE rev.)
Valor (milhões de USD)	480	605	838
variação		+26%	+38,5%

Os valores de 2008 e 2009 correspondem ao efetivamente gasto segundo as informações do Tesouro enquanto o valor de 2010 é o que consta do Orçamento Retificado. Se a este valor aplicarmos a taxa de execução orçamental de 2009 (89%) a despesa total efetiva rondará os 750 milhões de USD.

As despesas de 2008 foram financiadas em 82,5% pelo Fundo Petrolífero, sendo o restante proveniente das receitas domésticas já que o país não se tem financiado com recurso ao crédito (interno ou externo). Em 2009 a dependência em relação ao financiamento proveniente do Fundo aumentou ligeiramente, para 84,6%. Para 2010 está previsto que o Governo solicite a transferência de 811 milhões de USD do Fundo Petrolífero mas porque haverá receitas domésticas no valor de 74 milhões de USD, supõe-se que parte da verba a solicitar em 2010 se destinará a ser acumulada para uso nos primeiros meses de 2011.

Quadro 1.2.10 – Síntese da evolução do Fundo Petrolífero			
	2008	2009	2010 (OGE rectf)
	Valor em milhões USD		
Balanco de abertura	2086	4197	5377
Receitas petrolíferas	2284	1660	1694
Transferências para o Governo	396	512	811
Balanco final	4197	5377	6407

Ministério das Finanças de TL Relatório Anual de 2008 e OGE 2010 Retificado

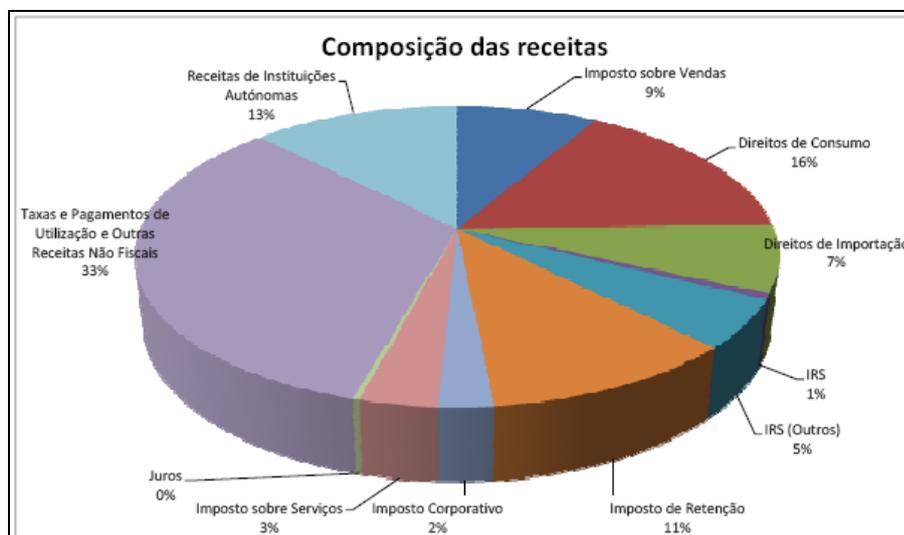


O Estado orçamentou para despesar em 2009 uma verba de 680 milhões de USD, dos quais veio a gastar 605 milhões, quase 90%.

Esta questão da taxa de execução do orçamento tem sido uma das mais controversas da análise das despesas públicas pois além de a execução financeira (pagamentos) ser inferior ao desejável, parece haver também alguma divergência, variável de Ministério para Ministério, entre esta e a execução física, com esta inferior à primeira.

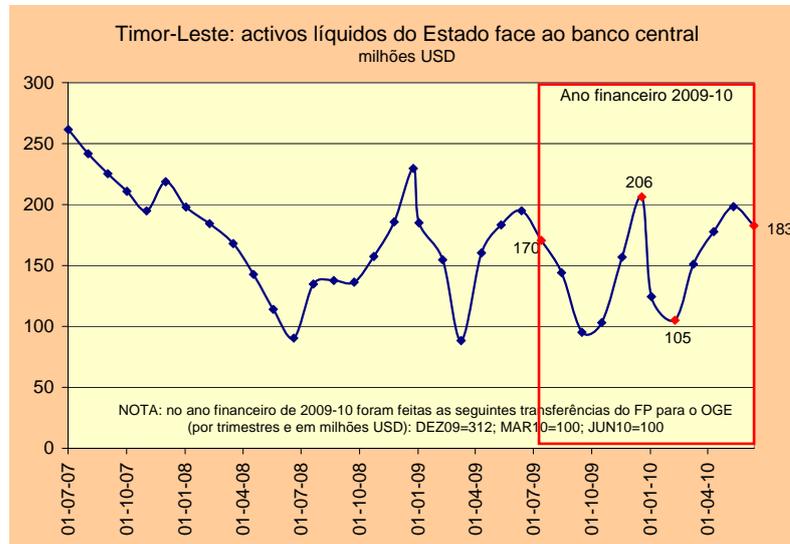
Quadro 1.2.11 - ORÇAMENTO DE 2009 E SUA EXECUÇÃO (milhões USD)			
	OGE	Executado (recebido/pago)	Executado - OGE
RECEITAS			
Receita doméstica	91,2	86,2	-5,0
Transferência do Fundo Petrolífero	589,0	512,0	-77
TOTAL	680,2	598,2	-82
DESPESAS			
Correntes	474,8	433,6 (91%)	-41,1
Salários e ordenados	96,2	87,4	-8,8
Bens e serviços	239,2	212,3	-26,9
Capital menor	42,7	38,7	-4,0
Transferências	96,4	94,2	-2,2
Capital de desenvolvimento	206,4	171,7 (83%)	-34,7
TOTAL	680,9	605,3 (89%)	-75,5
EXCEDENTE/DÉFICE FISCAL	-589,7	-519,1	

A composição das receitas domésticas é a que se ilustra abaixo, num total de menos de 15% das receitas totais, sendo o resto financiado por transferências do Fundo Petrolífero (85%). Um dos aspetos que, nomeadamente por iniciativa da Comissão “C” do Parlamento Nacional no âmbito da discussão do OGE retificado, se debateu durante o ano financeiro findo foi a possibilidade e, mesmo, a conveniência, de financiar determinados investimentos (despesas, por natureza, de longo prazo) com financiamentos concessionais de organizações multilaterais. Essa discussão não teve ainda reflexos nos orçamentos entretanto aprovados (retificado de 2009 e normal e retificado de 2010).



Quadro 1.2.12 – Despesas do Governo				Mil USD e % A vírgula aqui indica milhares			
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE Expenditure by Items - Whole of Government Fiscal Year 2009							
Category / Item	Original Budget	Current Budget	Virements	Cash Expense	Commitment/Obligations	Total Expense	% of Total to Current Budget
Salaries and Wages	93,822	96,161	2,339	87,411	-	87,411	91%
Salaries	88,728	90,589	1,861	82,663	-	82,663	91%
Overtime	876	1,409	533	1,054	-	1,054	75%
Allowances	4,218	4,163	(55)	3,695	-	3,695	89%
Goods and Services	247,262	239,345	(7,917)	212,313	-	212,313	89%
Local Travel	3,366	3,071	(295)	2,682	-	2,682	87%
Overseas Travel	5,175	6,837	1,662	6,348	-	6,348	93%
Training & Workshops	10,085	9,401	(684)	8,836	-	8,836	94%
Utilities	5,147	4,026	(1,121)	3,647	-	3,647	91%
Rental of Property	1,375	1,114	(261)	1,072	-	1,072	96%
Vehicle Operation Fuel	8,262	8,188	(74)	7,855	-	7,855	96%
Vehicle Maintenance	6,465	6,844	379	6,352	-	6,352	93%
Insurance, Rental & Services	518	582	64	503	-	503	86%
Office Stationery & Supplies	3,695	3,769	74	3,417	-	3,417	91%
Oprrnl. Consum. Materials & Supplies	63,479	62,318	(1,161)	49,245	-	49,245	79%
Fuel for Generators	33,819	43,077	9,258	41,776	-	41,776	97%
Maintenance of Equipment & Buildings	8,128	9,827	1,699	8,918	-	8,918	91%
Other Expenses	13,380	11,617	(1,763)	10,677	-	10,677	92%
Professional Services	23,925	22,108	(1,817)	20,930	-	20,930	95%
Translation Services	1,058	350	(708)	243	-	243	70%
Other Misc. Services	58,582	45,593	(12,989)	39,313	-	39,313	86%
Payment of Memberships	803	625	(178)	519.11	-	519	83%
Prior period adjustment account	-	-	-	(571)	-	(571)	-
<i>Cash Advances</i>							
<i>Petty Cash Advance for Ministries</i>				25	-	25	
<i>Extraordinary Cash Advance</i>				408	-	408	
<i>Advances for Embassies</i>				108	-	108	
<i>Advances for Districts</i>				12	-	12	
				-	-	-	
Minor Capital	38,053	42,670	4,617	38,667	-	38,667	91%
Security Equipment	1,023	908	(115)	856	-	856	94%
EDP Equipment	2,426	2,984	558	1,945	-	1,945	65%
Communication Equipment	1,805	1,370	(435)	1,218	-	1,218	89%
Generators	351	524	173	336	-	336	64%
Water Equipment	576	552	(24)	545	-	545	99%
Office Equipment	1,032	887	(145)	818	-	818	92%
Other Misc. Equipment	6,869	7,230	361	5,997	-	5,997	83%
Furniture and Fittings	4,345	3,988	(357)	3,462	-	3,462	87%
Acquisition of Vehicles	19,626	24,228	4,602	23,313	-	23,313	96%
<i>Cash Advances</i>							
<i>Advances for Embassies</i>				177	-	177	
				-	-	-	
Capital and Development	205,371	206,380	1,009	171,692	-	171,692	83%
Acquisition of Buildings	38,765	34,741	(4,024)	17,830	-	17,830	51%
Infrastructural Assets	136,359	140,383	4,024	124,479	-	124,479	89%
Injection of Capital	2,000	2,000	-	709	-	709	35%
Major Capital Equipment	28,247	29,255	1,008	28,674	-	28,674	98%
<i>Cash Advances</i>							
<i>Advances for Embassies</i>				0	-	0	
Transfers	96,365	96,417	52	94,256	-	94,256	98%
Personal Benefit Payments	38,151	38,197	46	37,639	-	37,639	99%
Public Grants	58,214	58,219	5	56,617	-	56,617	97%
Total	680,873	680,973	100	605,261	-	605,261	89%

Finalmente e ainda em relação às finanças públicas refira-se a evolução das disponibilidades do Governo Central junto da Autoridade Bancária e de Pagamentos, o banqueiro do Estado. Os “picos” da série representada abaixo coincidem com os momentos de transferência de valores do Fundo Petrolífero para a conta do OGE para financiamento deste.



Moeda, crédito e taxas de juro

É conhecido que a moeda de Timor-Leste é o dólar norte-americano desde que, a 24 de Janeiro de 2000, a administração da ONU (UNTAET) publicou o seu Regulamento 2000/7, decidindo que:

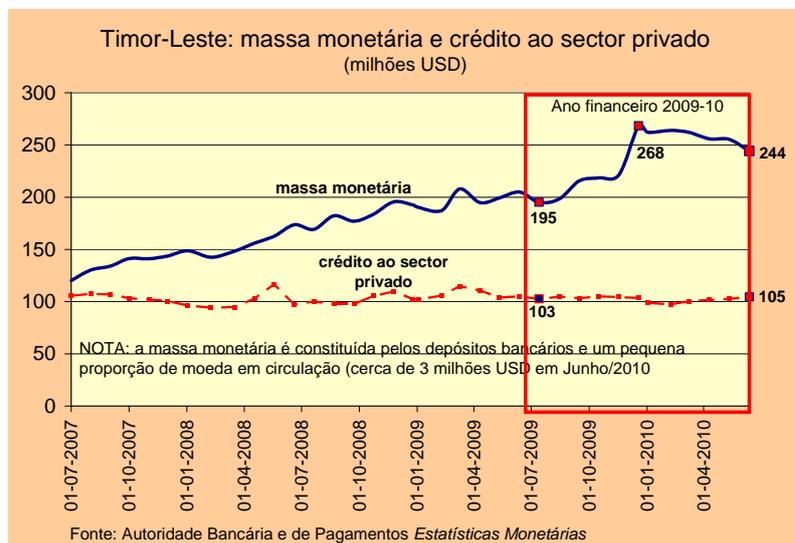
“Artigo 1º - **Moeda de circulação legal escolhida**

- 1.1 *A moeda oficial de Timor Leste será a moeda dos Estados Unidos da América, o dólar norteamericano.”*

Depois de um período em que chegou a haver algum debate, ainda que pouco aprofundado, sobre a questão da manutenção do uso do USD ou a criação de moeda nacional, o Governo, no sumário do Plano Estratégico de Desenvolvimento, deu por encerrado o assunto (pelo menos por agora) ao declarar que pretende “manter a estabilidade macroeconómica através de uma cuidadosa política orçamental e o compromisso, pelo menos para o futuro previsível, de manter a política de dolarização [da economia nacional].” [itálico nosso-ABP].

Um dos agregados fundamentais da política económica, particularmente da monetária, é a evolução da massa monetária (gráfico à direita).

Constituída essencialmente pelos depósitos bancários e pela moeda metálica em



circulação, no caso de Timor-Leste esta última era de apenas cerca de 3 milhões USD no final do ano financeiro em análise (2,6 milhões no início).

Note-se o rápido crescimento da massa monetária em fins de 2009 e depois a sua lenta diminuição até ao fim do ano financeiro. O que está “desalinhado” com a evolução tendencial parecer ser mais o valor do final do ano de 2009 do que os restantes valores, nomeadamente o do fim do período. Esta subida significativa da massa monetária estará relacionada com pagamentos efetuados pelo Estado, nomeadamente para execução do chamado “pacote do referendo”.

O gráfico anterior retrata também a evolução do crédito ao setor privado. Dois aspetos importantes há a salientar: primeiro, a quase constância do stock de crédito ao longo do tempo; segundo e na sua relação com os depósitos representados na massa monetária, a constante divergência entre ele e esta, com o rácio entre um e outra a passar de 0,53 em Julho/09 para 0,43 em Junho/10 depois de passar pelos 0,39 de Dezembro/09.

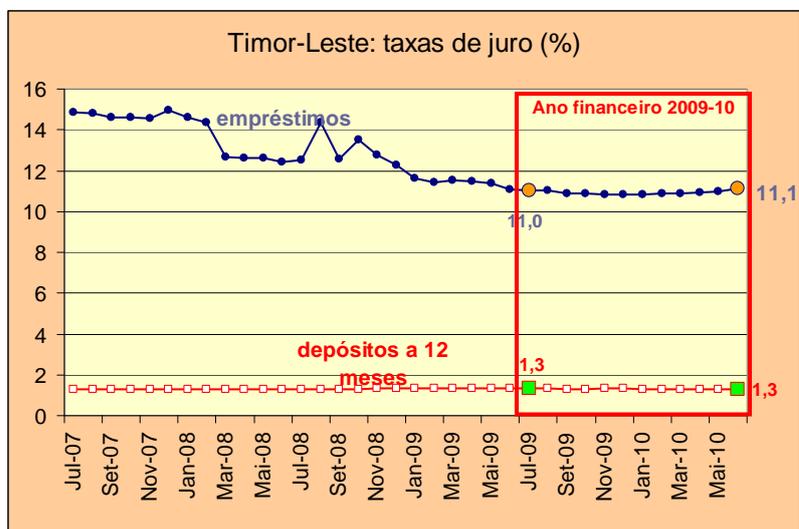
Estes valores significam que o sistema bancário timorense dispõe de muitos mais recursos do que os que utiliza, nomeadamente para empréstimos. Esta grande liquidez tornaria sempre difícil a adoção de uma política monetária eficaz pois os bancos não precisam do banco central para se financiarem.

A constância do stock de empréstimos é um sinal de que um ou mais de vários fenómenos estão a acontecer: dificuldades na concessão de crédito por razões de natureza estrutural/institucional --- por exemplo a falta de legislação apropriada que permita usar alguns ativos (terra) como garantia real de empréstimos ---, a falta de projetos devida à fraqueza estrutural do empresariado timorense, a falta de projetos de qualidade que suscitem o interesse dos bancos (devido às características do empresariado e/ou à falta de uma perspetiva clara sobre a evolução futura da economia nacional, etc). O banco central está atento a este fenómeno.

Uma causa desta estabilidade do stock de crédito pode ser também o comportamento da taxa e juro: um seu nível considerado pelo setor privado como relativamente alto pode levar os empresários a não pedirem empréstimos por as taxas de rentabilidades dos projetos não permitirem suportar os custos financeiros inerentes.

Esta pode ser parte da verdade mas não deixamos de constatar que, por um lado, se tem

verificado alguma descida da taxa média de juro paga pelos empréstimos sem que estes aumentem e, por outro lado, que segundo informações avulsas só confirmáveis com entrevistas aos empresários, as taxas de rentabilidade de muitos dos investimentos realizados no país no passado recente são relativamente elevadas, com um período de *payback* do investimento que, na maioria dos casos, não ultrapassará os 2-3 anos. Nestas circunstâncias, os custos financeiros não chegam a ser, verdadeiramente, um obstáculo à concretização de muitos empreendimentos já que eles são facilmente repercutidos no preço final dos bens/serviços financiados. Será o caso, por exemplo, dos muitos empreendimentos do tipo *aparthotel* que têm surgido para alojar funcionários “internacionais” trabalhando em Dili.



Registe-se por fim e relativamente à taxa de juro que se ao valor da taxa média de Junho retirarmos a taxa homóloga de inflação verificada naquele mês temos que o nível actual da taxa de juro real (nominal/11,1% – inflação/6,6%) é de “apenas” 4,5%, bem menor que o valor nominal.

Alguns observadores entenderão que, ainda assim, se trata de uma taxa real elevada em comparação com a dos Estados Unidos, país emitente do USD. Ali a taxa de juro “prime rate” ronda atualmente os 3,25% e a taxa de inflação os 1,1%. Considerando, porém, as enormes diferenças entre as características de ambas as economias e seus sistemas financeiros um julgamento sobre a comparação entre as taxas em Timor-Leste e nos Estados Unidos é quase impossível sem mais informação, nomeadamente sobre os riscos dos negócios e dos países.

Quadro 1.2.13 - Timor-Leste: crédito concedido por sectores produtivos

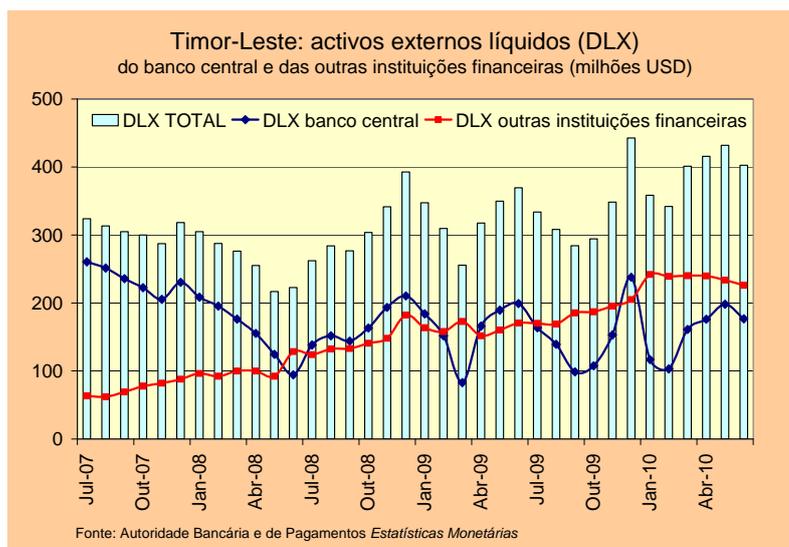
Milhões USD	Junho 2008	Junho 2009	Estrutura Junho/09 (%)	Junho 2010	Estrutura Junho/09 (%)
Agricultura, Pescas e Florestas	1.676	393	0,37	500	0,47
Indústria e manufaturas	2.303	1.919	1,83	1.607	1,50
Construção	29.507	12.480	11,91	20.963	19,52
Transportes e Comunicações	1.855	2.076	1,98	2.412	2,25
Comércio e Finanças	25.473	13.397	12,78	17.900	16,66
Turismo e serviços	7.934	14.812	14,13	7.128	6,64
Indivíduos	41.290	59.727	56,99	56902	52,98
TOTAL	110.668	104.804	100,0	107.412	100,0

O crédito concedido à economia distribui-se muito desigualmente pelos vários setores produtivos. A esmagadora maioria é concedido a título de crédito individual mas crê-se que parte importante deste se destina, efetivamente, à construção/reabilitação de residências. O segundo setor com mais crédito é o da construção, incluindo-se aqui fundamentalmente crédito a empresas do setor e não a indivíduos.

Facto importante a salientar e que diz bem da fraqueza da estrutura produtiva do país é a percentagem de crédito destinado ao setor das indústrias e manufaturas: apenas 1,5% do total.

Uma outra informação importante da área monetária e financeira é a relativa às reservas do país em moeda estrangeira, os chamados “ativos líquidos sobre o exterior” (também referidos na literatura por DLX) quer sejam detidos pelo banco central do país quer sejam do sistema financeiro privado.

Essa informação está representada graficamente ao lado e não inclui os recursos que constituem o “fundo soberano” do país, o Fundo Petrolífero.



O comportamento das disponibilidades líquidas do banco central é muito influenciado pelos momentos em que o Governo dá ordem para serem transferidas verbas do Fundo Petrolífero para a conta

do OGE, cujos valores se encontram depositados na ABP e que esta aplica no exterior a fim de obter uma remuneração mais elevada.

O comportamento das DLX do restante sistema financeiro, privado, está, por sua vez, muito dependente da evolução dos depósitos à sua guarda. Comparem-se, por isso, o perfil destas DLX com a dos depósitos nos bancos comerciais. Estes, dada a inexistência de suficiente absorção dos seus depósitos pelo mercado em Timor-Leste optam por colocar essas verbas em bancos estrangeiros que permitam obter uma taxa de rentabilidade mais elevada.

O sistema bancário de Timor-Leste está, como sabemos, pouco desenvolvido e é, por isso, pouco sofisticado quanto aos produtos que disponibiliza. No essencial ele limita-se a receber depósitos, efetuar pagamentos e conceder empréstimos numa percentagem bem inferior ao que, aparentemente, poderia conceder, de onde resulta a inexistência de um mercado monetário interbancário através do qual o banco central, se emitisse moeda própria, pudesse influenciar a oferta de moeda e, com ela, a taxa de câmbios e a de juros.

Torna-se, pois, essencial caminhar para um sistema bancário mais sofisticado e com capacidade para ser um verdadeiro parceiro do desenvolvimento do país.

Isto exige que a banca comercial tenha uma estrutura saudável. Os indicadores seguintes permitem-nos estudar melhor a solidez do sistema mas devemos chamar a atenção para o facto de que estamos perante um sistema bancário em que os principais elementos são agências de 3 grandes bancos internacionais e que por isso a sua solidez está desde logo assegurada pelas respetivas casas-mãe.

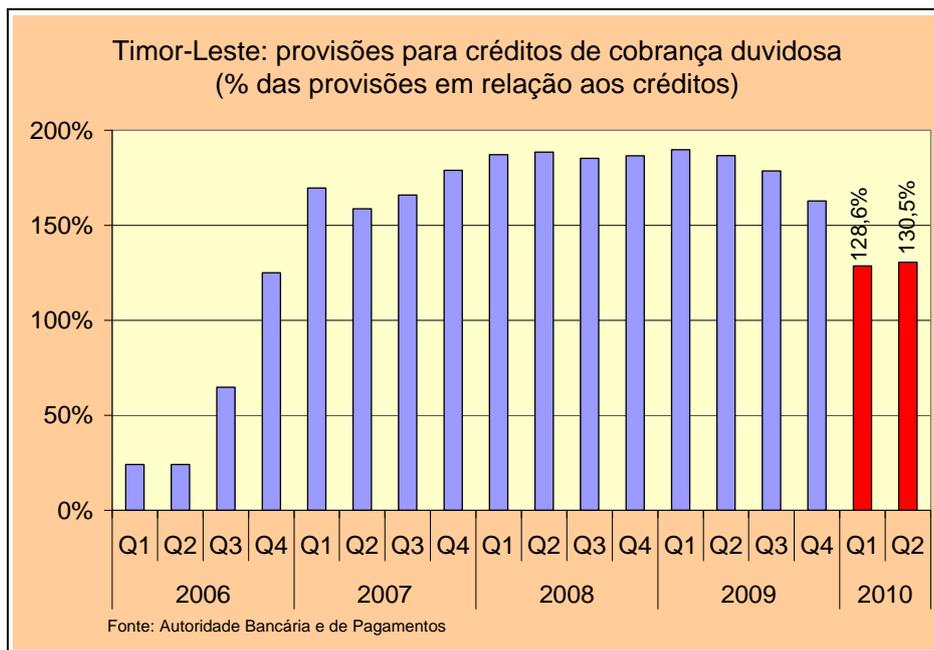
O gráfico abaixo informa-nos sobre a evolução do chamado “crédito mal parado”, o crédito que não está a seguir a programação prevista para a sua amortização (os “*non performing loans*” da literatura em inglês).

A situação não pode ser considerada boa mas a verdade é que ela resulta, em parte, de créditos “mal parados” há alguns tempos, particularmente desde a crise social e política de 2006.



A percentagem de crédito em incumprimento relativamente ao total do crédito concedido é, não há como negá-lo, significativa, até mesmo preocupante aos olhos de alguns menos familiarizados com as características do nosso sistema bancário e sua história. Percentagens da ordem dos 40% num outro qualquer sistema bancário seriam mesmo muito preocupantes, ameaçando a estabilidade do sistema e a confiança dos agentes económicos.

Entre nós tal não acontece porque, como dissemos, estamos perante agências de fortes bancos internacionais. Além disso, a política adotada pelas principais instituições creditícias foi a de, a partir do momento em que constataram a subida significativa do risco do crédito concedido, passar a fazer reservas de um montante igual ao do crédito por cada dólar emprestado. O resultado está ilustrado no gráfico abaixo, em que se constata que a taxa de cobertura dos empréstimos de cobrança duvidosa por reservas é atualmente de cerca de 130%.



Da conjugação dos factores referidos resulta que o sistema bancário do nosso país, ainda que apresentando alguns problemas relacionados com a sua juventude e as crises por que passou, é um sistema sólido e com capacidade para apoiar o desenvolvimento do país.

A intenção do governo da RDTL em promover a criação de um banco de desenvolvimento que contará com assistência técnica internacional será mais um passo para a complexificação do sistema bancário timorense.



Nascer do sol na Pousada de Baucau, um dos principais equipamentos turísticos da zona centro do país (Foto: A.M. de Almeida Serra)



Montes Matebian, os montes sagrados de Timor-Leste, perto de Baucau



2 – Organização, governação e atividades

Este capítulo dá uma panorâmica da estrutura de governação da ABP e dos mais importantes mandatos e atividades levadas a cabo durante o ano financeiro de 2009/10 nos domínios pelos quais a Autoridade é responsável em Timor-Leste e nos relacionados com o reforço e consolidação das suas próprias capacidades institucionais.

2.1. Mandatos, organização e governação da ABP

Principais mandatos e funções

A Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP) é uma entidade pública autónoma que presta contas ao Primeiro-Ministro da RDTL mas que goza de completa autonomia legal, operacional e administrativa e de autonomia financeira de qualquer outra entidade.

Os principais objetivos da ABP são alcançar e manter a estabilidade dos preços internos, assegurar a liquidez e solvência de um sistema bancário e financeiro orientado pelos princípios do mercado, executar a política cambial do país e promover um sistema de pagamentos seguro, forte e eficiente.

De modo a alcançar estes objetivos, a ABP desenvolve regularmente --- nomeadamente no ano financeiro findo --- as seguintes atividades:

- 1). Aconselha o governo nos assuntos monetários e bancários;
- 2). Assegura uma oferta adequada de notas de USD e de moedas de centavos;
- 3). Opera e supervisiona o sistema nacional de pagamentos;
- 4). É o banqueiro do Estado;
- 5). Licença, regula e supervisiona as instituições financeiras que operam no país, particularmente bancos, companhias de seguros e casas de câmbios;
- 6). Gere o Fundo Petrolífero de Timor-Leste;
- 7). Compila as estatísticas monetárias e financeiras bem como a balança de pagamentos;
- 8). Gere e opera o sistema de informações de crédito para os bancos e outros fornecedores de crédito;
- 9). Desenvolve estudos económicos de interesse para a economia de Timor-Leste

Organização e governação

O principal órgão de governação da ABP é o Conselho de Administração, o qual determina as estratégias e as políticas de atuação da instituição. O Diretor Geral é a principal autoridade executiva da instituição, sendo responsável pela gestão diária da ABP, e é apoiado por um Comité de Gestão --- composto pelos chefes dos vários departamentos --- no processo de tomada de decisões.

A composição do Conselho de Administração e do Comité de Gestão é indicada no final deste relatório.

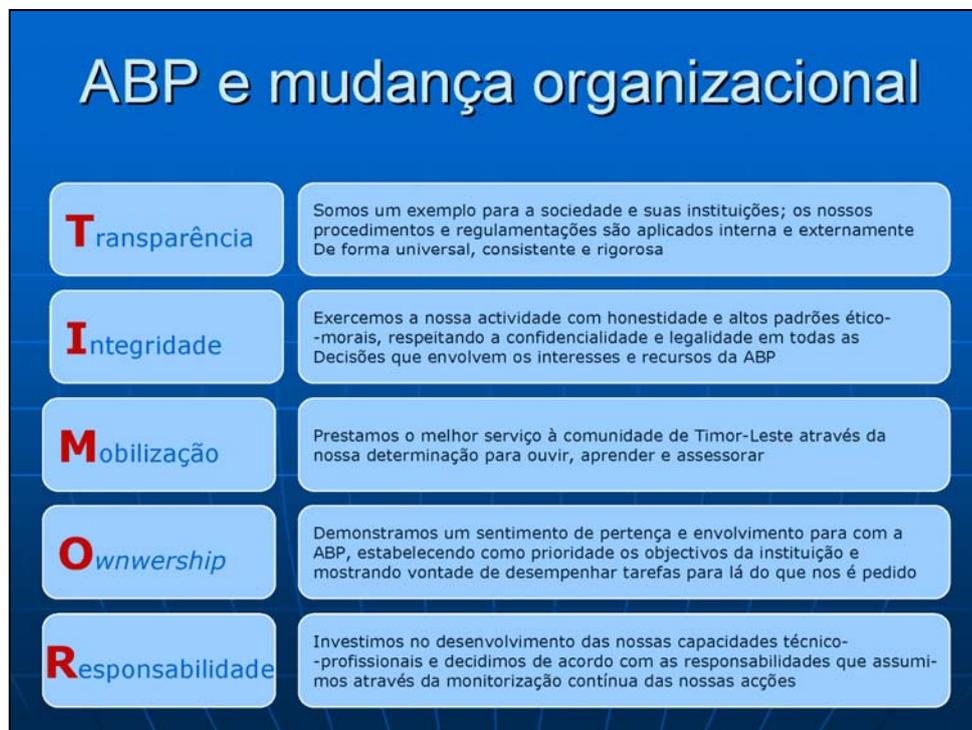
A ABP está atualmente organizada em quatro grandes departamentos de acordo com as várias atividades que desenvolve: os de Supervisão do Sistema Financeiro, o de Sistemas Bancário e de Pagamentos, o do Fundo Petrolífero e o de Administração. Para além disso existem ainda algumas unidades organizativas independentes destes departamentos e que reportam diretamente ao Diretor Geral. É o caso da Divisão de Orçamento e Contabilidade, a Divisão de Estudos Económicos e de Estatísticas e os Gabinetes Legal e do Auditor Interno.

A ABP desempenha ainda as funções de secretariado do Conselho Consultivo para o Investimento, coordenadas pelo Diretor Executivo do Departamento do Fundo Petrolífero.

Desde a sua fundação o Conselho de Administração e a administração da ABP disponibilizaram recursos significativos no reforço e na promoção da boa governação da instituição de modo a aumentar a sua credibilidade bem como assumir compromissos credíveis em todas as decisões tomadas.

Foi decidido que a visão da ABP sobre o que deve ser a sua ação principal é “*ser um líder credível na preservação da estabilidade dos preços e na promoção do desenvolvimento económico de Timor-Leste*”. De modo a concretizar esta visão da sua atividade, foi também decidido que a missão da ABP é “*tornar-se um banco central dotado de uma equipa de profissionais que procura melhorar continuamente a qualidade dos serviços prestados aos seus parceiros no sistema financeiro do país mantendo um sistema monetário sustentável e com baixa inflação; que assegura um sistema de pagamentos eficiente e eficaz; que promove um sistema credível e seguro de instituições financeiras; que comunica e fornece informações; que promove uma sólida investigação e análise económica; e que desenvolve as necessárias capacidades técnicas e organizacionais.*”

Como lema da atividade da Autoridade e dos seus funcionários foi estabelecido um conjunto de grandes princípios sintetizados sob a sigla “TIMOR” correspondente a Transparência, Integridade, Mobilização, “Ownership” e Responsabilidade.



Código de ética

A ABP decidiu aplicar o código de ética que se segue e que deve ser cumprido por todos os seus funcionários, incluindo os contratados apenas temporariamente.

- Desempenhar as nossas funções e comportarmo-nos apenas tendo em mente o interesse do público e da ABP; não devemos procurar nem receber instruções de ninguém, incluindo o Governo e seus organismos, instituições financeiras ou pessoas fora da ABP;
- Desempenhar as nossas funções e responsabilidades com honestidade e empenho;
- Atuar com lealdade em todos os assuntos que digam respeito à ABP e assegurar que todas as atividades propostas são legais e apropriadas;
- Abster de se envolver em atos ou atividades que possam resultar em dano para a reputação da ABP;
- Assegurar-se de que cumpre sistematicamente com as leis e regulamentos de Timor-Leste e as políticas adotadas pela ABP;
- Abster-se de entrar em qualquer atividade que possa entrar em conflito de interesses com as da ABP ou que possa prejudicar a nossa capacidade de desempenhar as nossas obrigações e responsabilidades;
- Evitar envolver-se em atividades que possam resultar em danos para outras pessoas;
- Assegurar-se de que o interesse do público é tomado em consideração na elaboração de quaisquer regulamentos, orientações ou procedimentos da ABP;
- Abster de aceitar prendas de valor de outro empregado, cliente, fornecedor ou de qualquer forma associado num negócio da ABP sem ser itens resultantes do normal desenvolvimento do negócio;

- Evitar a utilização de informação confidencial para daí obter vantagem que seja contrária à lei ou prejudicial ao bem-estar da própria ABP como instituição;
- Evitar envolver-se em práticas como sejam as apostas, o jogo e atividades especulativas na medida em que isso possa ser considerado imprudente ou possa ser considerado embaraçoso para a ABP;
- Relatar ao Auditor Interno qualquer suspeita de fraude ou contravenção das políticas definidas pela ABP no seu Plano de Controlo de Fraudes;
- Abster-se de levar computadores das instalações da ABP exceto quando explicitamente autorizado para tal;
- Seguir práticas de emprego equitativas através da promoção de iguais oportunidades de emprego ao prosseguir práticas não discriminatórias quando envolvido em atividades de recrutamento, avaliação e despedimento de empregados e abster-se de qualquer prática de assédio sexual.

2.2. Atividades da ABP

A ABP continuou a promover a estabilidade monetária e financeira do país através de várias atividades levadas a cabo durante o ano de financeiro de 2009/10. Apesar de se tratar de uma instituição relativamente jovem e com falta de alguns recursos, nomeadamente humanos, a ABP tem conseguido desempenhar cabalmente as funções que lhe estão confiadas e que se aproximam das de um qualquer outro banco central.

Nomeadamente, durante esse ano foram debatidas internamente e adotadas várias políticas visando o desenvolvimento do sistema financeiro nacional e de um sistema de pagamentos eficaz.

A gestão do Fundo Petrolífero continua a desenvolver-se de acordo com o mandato constante do acordo estabelecido com o Ministério das Finanças da RDTL e o determinado na própria Lei do Fundo Petrolífero. Em cooperação com uma empresa de consultoria financeira internacional a ABP continuou a desenvolver esforços para nomear o primeiro gestor externo com mandato para gerir uma carteira de ações.

Foram produzidas e publicadas duas das principais estatísticas normalmente a cargo dos bancos centrais como são as estatísticas monetárias e financeiras e a da balança de pagamentos de Timor-Leste. Com o apoio técnico do Fundo Monetário Internacional as estatísticas monetárias e financeiras são agora publicadas na página apropriada das *International Financial Statistics* (IFS), uma publicação do FMI.

O principal projeto implementado, com sucesso, durante o ano financeiro em análise foi o de um sistema integrado de gestão dos recursos humanos. O projeto, avaliado durante o mês de Junho de 2010, permitiu melhorar o desempenho das várias categorias de pessoal da ABP.

A Autoridade continua a investir fortemente no seu programa de formação de recursos humanos. Nesse contexto foram estabelecidos vários acordos de cooperação com instituições que permitirão ao pessoal da ABP frequentar programas de treino e fazer o *follow-up* dos mesmos. Vários membros do nosso pessoal participaram em programas organizados por várias entidades como sejam o Banco de Portugal, o *Bank Indonesia*, o *Bank Negara Malaysia*, o *Indonesian Banking Institute*, o SEACEN, *IMF Institute* de Singapura, etc.

2.2.1 Principais iniciativas

Durante o ano financeiro de 2009/10 a ABP continuou a trabalhar no sentido de introduzir políticas de suporte ao desenvolvimento do sistema bancário e assegurar um sistema de pagamentos eficaz e seguro. Foi igualmente introduzido um código de ética para o seu pessoal de modo a assegurar que o sistema funciona de forma apropriada.

Arranjos quanto à moeda

Para fazer face aos riscos derivados da eventual aceitação de notas que já não são emitidas pelo *Federal Reserve Bank of New York* (FRBNY) a ABP emitiu uma Lista de Notas dos Estados Unidos que não são mais recebidas pela instituição apesar de manterem o seu valor como moeda legal. A Lista surge na sequência da instrução da ABP nº 02/2004, datada de 7 de Maio de 2004, sobre o depósito e levantamento de notas e moedas pelos bancos comerciais, pontos 7.9 e 8.1).

A ABP também emitiu *Guidelines* sobre qualidade das moedas de dólar americanos e de moedas de centavos destinadas aos bancos comerciais e destinadas a assegurar a implementação da orientação de que apenas “dinheiro em bom estado de conservação” esteja em circulação. A Autoridade organizou também, com o mesmo objectivo e nomeadamente através de “Caixas Móveis”, ações de troca de notas e moedas em más condições por notas e moedas novas.

Importação e exportação de dinheiro

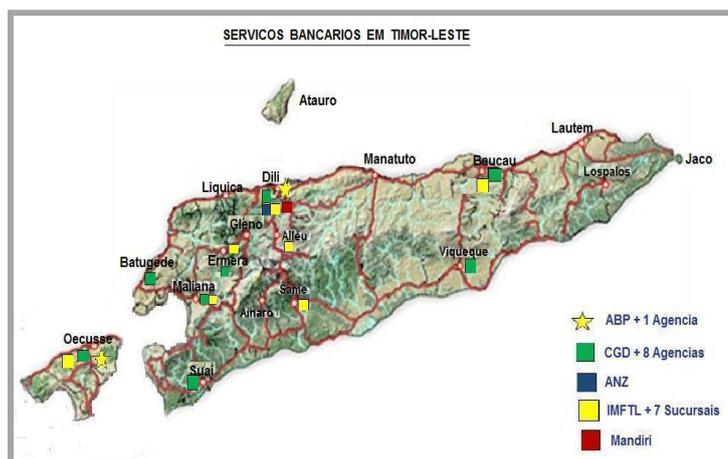
Durante o ano financeiro de 2009/10 a ABP adotou uma instrução pública sobre importação e exportação de moeda. O benefício desta instrução é combater a lavagem de dinheiro através do transporte físico de dinheiro para dentro e para fora do país. Ela destina-se a informar o público sobre os procedimentos a cumprir por qualquer pessoa que tenha uma necessidade legítima de importar ou de exportar dinheiro e a ter algum controlo sobre as entradas e saídas de dinheiro do país. À data da publicação deste relatório a Instrução aguardava publicação.

2.2.2 Sistema financeiro e serviços bancários

A maior parte dos indicadores sobre o sistema bancário de Timor-Leste continua a apontar para um desenvolvimento suplementar deste durante o ano financeiro 2009/10 apesar dos persistentes problemas que nele se verificam, como o dos créditos mal parados. O crédito mal parado é de cerca de 50,6% mas estão a ser desenvolvidos esforços para mudar a situação.

Note-se que devido à constituição de um volume significativo de reservas e porque as sedes dos bancos envolvidos assumirão, em última instância, os prejuízos para as suas agências da existência destes créditos, estes créditos não constituem qualquer risco para o sistema bancário nacional.

No que toca ao financiamento interno da economia através de crédito concedido pelo sistema bancário a



principal realidade a salientar é a sua quase estagnação já que a carteira daquele aumentou apenas 2,4% em relação ao ano passado.

Como a Fundação para a Redução da Pobreza transferiu a sua quota da Instituição de Micro-Finanças de Timor-Leste (IMFT-L) para o Governo do país, a ABP aprovou durante o ano financeiro em análise a referida transferência. A ABP também reviu as normas que regulavam os depósitos na instituição de modo a permitir que ela aceite depósitos de valor superior a um milhão de USD.

O sistema financeiro do país deu mais um salto em frente com a entrada nele de uma companhia de seguros. A primeira companhia de seguros gerais a ser licenciada foi a *Companhia Nacional de Seguros de Timor-Leste*. Os seguros gerais compreendem os de responsabilidade civil obrigatória para veículos motorizados, os relacionados com a construção civil (acidentes de trabalho), seguros de trabalho e de carga marítima.

Além disto, a ABP também concedeu uma licença provisória, preliminar, a mais uma companhia de seguros com a condição de preencher certas pré-condições antes de lhe ser passada uma licença definitiva de seguradora.

A ABP processa atualmente outros pedidos de licença para o exercício das atividades bancária e de seguros. Um pedido para companhia de seguros foi recusado porque não corresponder satisfatoriamente aos requisitos legais existentes.

Microfinanças

A ABP continua envolvida na monitorização das atividades do setor de microfinanças. Este é um setor crucial para países como Timor-Leste para levar as atividades financeiras básicas até áreas dificilmente alcançáveis por outras vias.

A ABP comprometeu-se a trabalhar de muito perto com parceiros chave para rever e formular uma política apropriada para promover o desenvolvimento do setor.

Esta política inclui a equiparação da Instituição de Microfinanças de Timor-Leste às demais instituições financeiras ao nível, por exemplo, das atividades que pode desenvolver e da sua consequente submissão a todas as regras de funcionamento, incluindo no domínio da supervisão bancária.

Serviços bancários

Ao longo dos últimos anos a ABP tem continuado a desempenhar um importante papel na educação da comunidade e das empresas no uso da moeda oficial. Foram realizados vários programas de educação pública utilizando vários meios audiovisuais que cobriram todo o território nacional. Durante o ano em análise a atenção centrou-se principalmente em ensinar o público a distinguir notas falsas, o que foi feito através de visitas do nosso pessoal aos distritos e subdistritos, de programas de TV e rádio, distribuição de brochuras e *posters* bem como de treinos específicos para algumas entidades tais como a Polícia Nacional de Timor-Leste, incluindo a sua unidade de investigação criminal.

Durante o ano a ABP, através dos bancos comerciais, abasteceu o mercado com um volume considerável de notas e moedas de modo a cumprir um dos seus principais mandatos: o de manter em circulação uma oferta suficiente de notas e moedas metálicas.

2.2.3 Gestão do Fundo Petrolífero

Durante o ano em análise a ABP continuou a trabalhar em estreita colaboração com o Ministério das Finanças bem como com o Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) na revisão da estratégia e gestão do Fundo Petrolífero. Esta revisão incluiu nomeadamente os seguintes pontos:

- Uma extensa discussão dos princípios de investimento do Fundo, que continua;
- Discussão, no seio do CAI, sobre a recomendação a fazer ao Ministério das Finanças quanto a alterações dos artigos 14 e 15 da Lei do Fundo Petrolífero;
- Envolvimento, em conjunto com uma empresa de consultoria financeira internacional, sobre a designação de gestores comerciais externos para títulos de rendimento fixo ou variável (ações). A proposta foi submetida ao Ministro das Finanças e está sendo discutida no seio do CAI;
- Na sequência destas discussões, a ABP veio a completar, durante o período em análise, negociações contratuais sobre as *guidelines* para o investimento; enquanto se aguarda a assinatura do contrato legal começou a preparar-se a fase de implementação;
- Foi afetada ao Banco de Pagamentos Internacionais uma percentagem de 20% do capital de base do Fundo para que este, como gestor externo, invista não mais de 10% do valor ao seu cuidado em títulos de rendimento fixo expressos em outras moedas que não o USD.

2.2.4 Reforço institucional

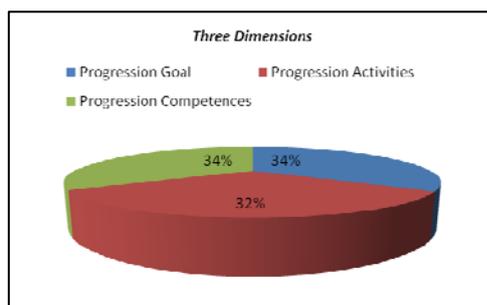
No quadro da assistência técnica fornecida pelo Fundo Monetário Internacional a ABP conseguiu completar com sucesso a compilação e publicação da primeira estatística da Balança de Pagamentos de Timor-Leste. Estas estatísticas deverão vir a ser publicadas proximamente nas *International Financial Statistics*, publicadas pelo FMI.

Ainda quanto a esta publicação do Fundo, note-se que Timor-Leste foi um dos países que seguiu o *Standard Report Forms*. A primeira publicação de estatísticas de Timor-Leste nas IFS ocorreu no número de Março de 2008, mantendo-se a sua publicação na página de Timor-Leste desde então.

2.2.5 Recursos Humanos e programa de formação

Recursos humanos

A ABP completou uma avaliação dos seus recursos humanos de forma a medir as suas necessidades de pessoal para os próximos cinco anos, incluindo a possibilidade de expandir as suas atividades.



Ao longo deste ano financeiro a ABP completou, com sucesso, a implementação do seu projeto-piloto sobre Melhoria do Desempenho. Foram avaliados quer o pessoal técnico quer o pessoal administrativo e de apoio.

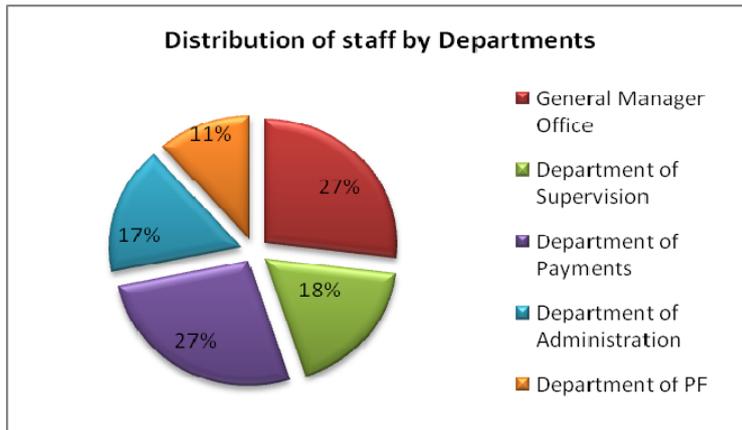
O sistema de avaliação baseia-se na análise do desempenho em três dimensões diferentes: objetivos (indicadores principais), competências/comportamentos e atividades/tarefas desempenhadas. Apenas o pessoal de carreira

é analisado nestas três categorias enquanto as outras duas o são apenas em duas dimensões: atividades e competências. Após um ano de implementação experimental, o sistema está agora na sua fase efetiva de implementação.

O diagrama acima mostra os resultados, em percentagem do total, das três dimensões usadas para avaliação do pessoal da ABP.

Atualmente a ABP emprega um total de 79 empregados (80 no final do ano financeiro anterior).

O gráfico abaixo representa a distribuição do pessoal pelos diferentes Departamentos da Autoridade.



O Gabinete do Director Geral surge, juntamente com o Departamento de Pagamentos, como o que emprega mais pessoal (21 cada) mas isso deve-se ao facto de incluir todas as unidades orgânicas não incluídas nos demais Departamentos. É o caso, por exemplo, da Direcção de Estudos Económicos e Estatísticas, a Direcção de Contabilidade e outras.

Quanto ao número de pessoal por género, não se alterou nada em relação ao ano anterior: cerca de 30% do pessoal são mulheres, sendo que 52% delas ocupam posições de execução na ABP.

Programa de formação

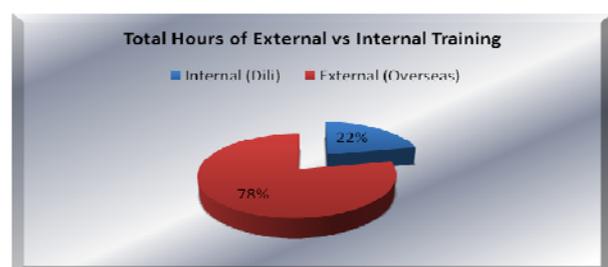
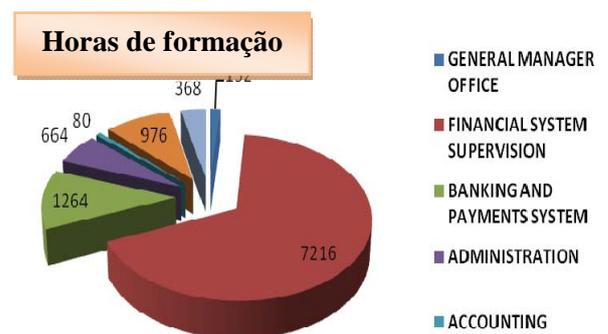
A ABP continua a investir fortemente no seu programa de formação de pessoal (*capacity building*). Nesse processo desempenha um papel fundamental a cooperação com outros bancos centrais e instituições que permitem ao *staff* da ABP frequentar programas de treino e realizar estágios.

Vários membros do nosso pessoal encontram-se a frequentar um programa de pós-graduação na Universidade de Gajah Mada (Indonésia) enquanto um dos funcionários beneficiou de um programa de bolsas de estudo do Japão-FMI e decorre numa universidade daquele país.

Vários funcionários participaram em programas de formação organizados por entidades como o Banco de Portugal, o Bank Indonesia, o Bank Negara Malaysia, Indonesian Banking Institute, SEACEN, IMF Institute (Singapura), etc.

O gráfico ao lado mostra o número de horas de formação efetuadas segundo o Departamento destinatário. Em relação ao ano financeiro anterior verificou-se uma ligeira e pouco significativa redução (3,8%).

As especialidades em que foram efetuadas as horas de formação realizadas na instituição foram as seguintes: Inglês: 67%; Investimento: 9%; Gestão de recursos humanos: 21%; Tecnologia da informação: 3%

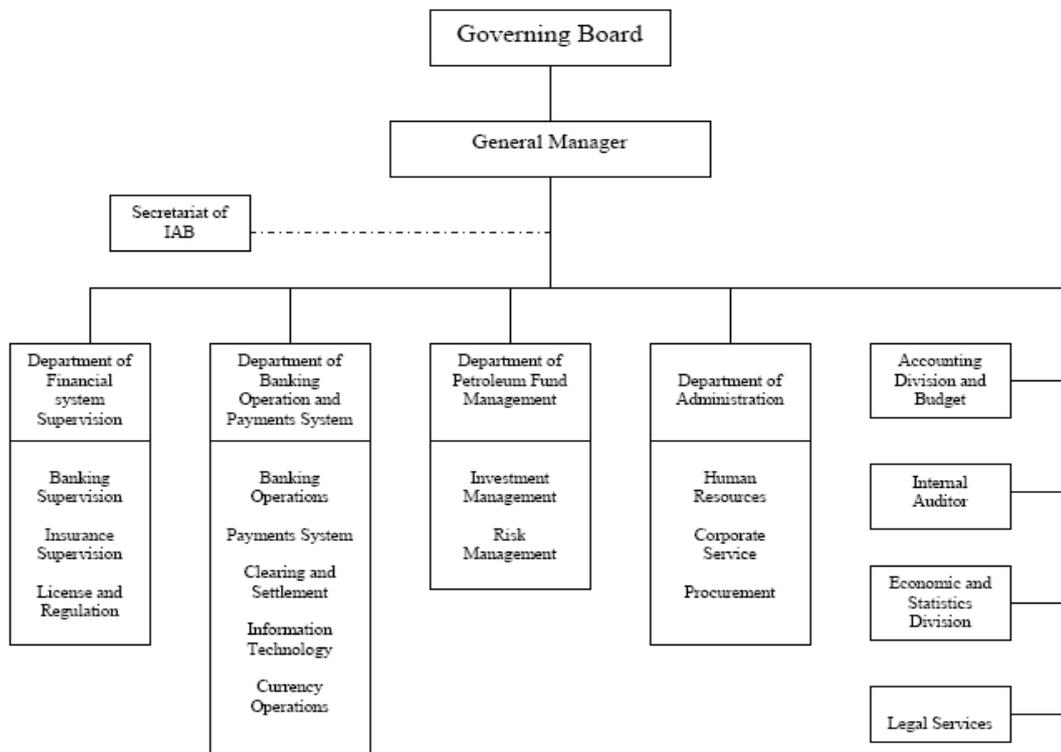


2.2.6 – Relações externas

A Administração da ABP continua a fazer um grande esforço na expansão de programas de cooperação com outras instituições, particularmente com outros bancos centrais. Um dos objetivos desta cooperação é que os seus funcionários possam beneficiar da formação resultante de programas apropriados organizados pelas instituições acima citadas bem como pelo Austrália Reserve Bank, o Bank of International Settlements (BIS) e outros.

Foram igualmente mantidas conversações com entidades como o JPMorgan, a Mercer, o BIS, a KPMG, a Deloitte e outros no sentido de permitirem que técnicos da Autoridade participem em programas de treino e estágios por eles organizados.

Organization of BPA as of 30 June 2010



Governing Board

Chairman
Abraão F. de Vasconcelos

Member
Maria José de Jesus Sarmiento

Member
Nur Aini Djafar Alkatiri

Senior Management

General Manager

Abraão F. de Vasconcelos

Deputy General Manager for Supervision

Maria José de Jesus Sarmiento

Deputy General Manager for Payments

Nur Aini Djafar Alkatiri

Chief Accountant

Fernando da Silva Carvalho

Director of Administration

Raquel Gonçalves da Costa

Executive Director of Petroleum Fund

Venancio Alves Maria

Estatísticas monetárias de Timor-Leste

Ano financeiro de Jul/2009 a Jun/2010

Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste

SÍNTESE DAS SOCIEDADES DE DEPÓSITO

<i>(Em milhões de US Dólares)</i>	Jul-09	Ago-09	Set-09	Out-09	Nov-09	Dez-09	Jan-10	Fev-10	Mar-10	Abr-10	Mai-10	Jun-10
ACTIVOS EXTERNOS LÍQUIDOS	333,7	308,2	284,1	294,5	348,2	442,7	358,4	342,1	401,2	415,8	431,9	402,5
Ativos face a não residentes	352,4	338,9	345,6	365,0	395,0	468,8	410,8	421,1	433,5	442,5	486,5	436,0
Passivos face a residentes	-18,7	-30,7	-61,5	-70,5	-46,8	-26,1	-52,4	-79,0	-32,3	-26,8	-54,6	-33,5
ACTIVOS INTERNOS	-67,8	-39,3	8,1	2,0	-52,5	-102,7	-25,7	-7,5	-50,5	-76,2	-95,5	-78,1
Ativos líquidos face à Administração Central	-170,4	-144,0	-95,2	-103,0	-156,8	-206,2	-124,4	-105,0	-151,0	-177,7	-198,2	-182,6
Ativos face à Administração Central	0,6	0,6	5,3	8,5	3,7	1,1	0,3	0,0	16,7	11,2	11,0	7,3
Passivos face à Administração Central	-171,1	-144,6	-100,5	-111,5	-160,5	-207,3	-124,7	-105,0	-167,7	-188,9	-209,3	-189,9
Ativos face a outros setores	102,7	104,7	103,2	105,0	104,3	103,5	98,8	97,5	100,4	101,5	102,7	104,6
- face a outras sociedades financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
- face às Administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
- face às sociedades não financeiras públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
- face ao setor privado (crédito ao setor privado)	102,7	104,7	103,2	105,0	104,3	103,5	98,8	97,5	100,4	101,5	102,7	104,6
MASSA MONETÁRIA	195,1	198,4	215,6	218,5	221,4	268,4	262,2	263,9	261,9	255,8	255,4	244,2
Moeda em circulação fora das sociedades de depósito	2,6	2,7	2,7	2,7	2,8	2,8	2,8	2,9	2,9	3,0	3,0	3,0
Depósitos transferíveis	90,7	93,3	107,3	105,4	111,1	154,6	143,3	140,5	124,6	123,2	127,4	120,8
Outros depósitos	101,8	102,4	105,6	110,4	107,6	110,9	116,0	120,5	134,4	129,6	124,9	120,4
DEPÓSITOS EXCLUÍDOS DA MASSA MONETÁRIA	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
RESERVAS TÉCNICAS DE SEGUROS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	15,0	15,4	15,9	14,9	14,6	15,5	15,6	15,6	16,2	16,8	16,8	15,6
OUTROS ITEMS (LÍQUIDOS)	55,8	55,2	60,7	63,1	59,6	56,1	54,9	55,0	72,5	66,9	64,2	64,6
<i>Por memória: Ativos do Fundo Petrolífero</i>	5001	5139	5302	5380	5464	5377	5599	5753	5787	5945	6086	6299

TIMOR-LESTE: BALANCE OF PAYMENTS STATISTICS

(In \$000)

	2006	2007	2008	2009 ^{1p}
I Current Account	540,954	1,177,204	2,023,141	1,363,175
Current Account Exclude Other primary income	-70,915	-81,289	-261,064	-297,013
A. Goods and Services	-289,383	-431,765	-740,593	-881,160
1. Goods, fob	-91,352	-169,017	-296,877	-375,711
Exports, fob	9,253	6,648	14,061	9,227
Imports, fob	-100,605	-175,665	-310,938	-384,938
2. Services	-198,031	-262,748	-443,716	-505,449
Exports	34,090	62,511	44,083	46,694
Transportation	252	243	439	501
Travel	20,309	26,236	13,990	17,952
Other services, including govt. services, n.i.e.	13,529	36,032	29,654	28,241
Imports	-232,121	-325,259	-487,799	-552,143
Transportation	-9,735	-20,393	-18,890	-21,027
Travel	-1,646	-2,599	-36,247	-39,837
Other services, including govt services, n.i.e.	-220,740	-302,268	-432,661	-491,279
B. Income	645,176	1,330,868	2,407,197	1,845,731
1. Compensation of employees	3,301	9,983	10,507	17,685
Credit	3,382	10,185	12,420	18,017
Debit	-82	-202	-1,913	-332
2. Investment income	30,007	62,392	112,485	167,858
Credit	32,264	67,591	120,111	183,746
Debit	-2,257	-5,199	-7,626	-15,888
3 Other primary income (income from JPDA), credit ^{1/}	611,869	1,258,493	2,284,205	1,660,188
C. Current transfers	185,160	278,101	356,537	398,604
Credit	185,603	281,222	370,635	412,298
Debit	-442	-3,121	-14,098	-13,694
II Capital and Financial Account, excl. reserves	-607,550	-1,021,739	-2,040,840	-1,263,155
A. Capital account	41,592	32,217	17,231	27,334
B. Financial account	-649,142	-1,053,956	-2,058,071	-1,290,489
1. Direct investment	8,478	8,695	39,482	30,445
1.1 Timor-Leste's direct investment abroad	0	0	0	0
1.2 Non-residents' direct investment in Timor-Leste	8,478	8,695	39,482	30,445
2. Portfolio investment	-636,678	-1,012,079	-2,003,124	-1,325,146
2.1 Assets ^{2/}	-636,678	-1,012,079	-2,003,124	-1,325,146
2.2 Liabilities	0	0	0	0
3. Other investment	-20,942	-50,573	-94,430	4,212
3.1 Assets ^{2/}	-5,630	-56,514	-100,310	1,579
3.2 Liabilities	-15,313	5,942	5,881	2,633
III Total (I + II)	-66,596	155,465	-17,699	100,020
IV Errors and omissions	-2,948	-8,948	-2,152	-60,525
(as % of total trade)	-2.68%	-4.91%	-0.66%	-15.36%
V Overall Balance (III + IV)	-69,545	146,517	-19,851	39,496
VI BOP Position ^{3/}	69,545	-146,517	19,851	-39,496

Memorandum Items:

a) Reserve assets position ^{4/}	83,755	230,272	210,422	249,916
b) Change in Reserve Assets + Net Portfolio Investment Asset Transactions from Sovereign Wealth Fund (Petroleum Fund)	567,133	1,158,596	1,983,273	1,364,642
c) Sovereign Wealth Fund (Petroleum Fund) Asset Position Value as of end-period	1,011,764	2,086,157	4,196,972	5,376,626

^{1p} - official preliminary estimates^{1/} - includes income (royalties & taxes) from the Joint Petroleum Development Area (JPDA), a joint territory of Timor-Leste and Australia. See also notes c and d below.^{2/} - a positive sign denotes a decrease in assets; a negative sign, an increase in assets based on Balance of Payments Manual, fifth edition (BPM5) convention^{3/} - equals change in reserve assets^{4/} - base on gross foreign asset concept (SRF)

Visão global sobre o sistema bancário de Timor-Leste

Em geral, as condições financeiras do sistema bancário de Timor-Leste durante o ano financeiro em análise são consideradas como saudáveis. O total dos ativos do sistema eram 310,7 milhões de USD em 30-JUN-10, o que representa um aumento de 15,7% em relação ao ano anterior. Este aumento deve-se principalmente aos depósitos em outros bancos e aos ativos fixos.

A composição dos ativos e das responsabilidades do sistema bancário é mostrada nos quadros e gráfico abaixo.

Estrutura do balanço do sistema bancário

Mil USD

Items	Jun-09	% dos activos totais	Jun-10	% dos activos totais
Caixa e saldos na ABP	29.447	11,0%	26.201	8,4%
Depósitos em outros bancos	176.924	65,9%	225.898	72,7%
Empréstimos	49.078	18,3%	48.669	15,7%
Activos fixos	3.362	1,3%	3.804	1,2%
Outros activos	9.761	3,6%	6.205	2,0%
Total	268.572	100,0%	310.777	100,0%

Composição dos ativos

O total dos ativos do sistema bancário em 30 de Junho de 2010 era de 310,7 milhões de USD, representando um aumento de 15,7% face aos 268,5 milhões do ano passado.

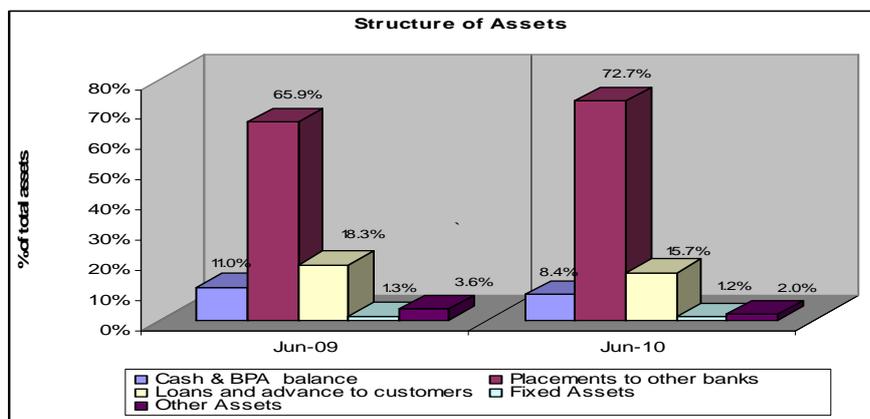
Os principais ativos são os depósitos em outros bancos, num total de 225,9 milhões de USD na data de referência. Este montante, que representava quase 73% dos ativos, registou um aumento de cerca de 28% face a Junho do ano anterior.

Os empréstimos e adiantamentos aos clientes representam quase 16% do total dos ativos enquanto no ano passado representavam 18,3%. Houve uma redução de 0,8%. Esta foi consequência da queda dos empréstimos, num movimento de redução de ativos com maior risco por outros com maior liquidez. No entanto, o montante total dos empréstimos aumentou de 2,4% relativamente a Junho de 2009. Em geral os bancos estão a crescer de acordo com as expectativas.

Os empréstimos foram principalmente de natureza pessoal ou dirigidos aos setores da construção civil, do comércio e das atividades financeiras.

Os empréstimos em incumprimento (*non-performing loans*) também aumentaram: 50,6% (em relação a Junho de 2009). Note-se, porém, que este aumento resulta essencialmente da reclassificação de muitos adiantamentos (que passaram a ser classificados como empréstimos). Note-se que as provisões para estes créditos atingiram os 60,2 milhões de USD, um aumento de 4,9% face ao ano anterior. Elas representam 56% do total do *portfolio* de empréstimos existentes.

Entretanto, os depósitos em outros bancos externos aumentaram quase 28%: de 177 milhões em 2009 para quase 226 em Junho de 2010. Eles representam 72,7% do total dos ativos.



Composição do passivo

Durante o período em análise o total das responsabilidades do sistema bancário aumentou até aos 318,4 milhões de USD e representou 102,5% do total dos ativos enquanto o capital atingiu os 7,6 milhões de USD. O total das responsabilidades subiu 14,9% relativamente a Junho de 2009. O aumento dos depósitos resultou, nomeadamente, da autorização dada pela ABP para que a instituição bancária que tem uma licença limitada para o exercício da atividade bancária recebesse mais depósitos.

As responsabilidades são provenientes de duas fontes principais: depósitos e colocações de outros bancos. Os depósitos, num montante de 288,9 milhões de USD, representaram 93% do total das responsabilidades e aumentaram 20% em relação a Junho de 2009. Desse aumento, 59,1% devem-se a depósitos à ordem, 34,9% a depósitos de poupança e 6% a depósitos a prazo. As colocações de outros bancos eram de 21,3 milhões de USD, representaram 6,9% do total das responsabilidades, tendo diminuído quase 28% relativamente ao ano financeiro anterior (terminado em 30/JUN/09).

Estrutura do Passivo e do Capital

Items	Jun-09	% do total das responsabilidades	Jun-10	% do total das responsabilidades
Devido à ABP	3.349	1,2%	3.724	1,2%
Colocações noutros bancos	29.625	11,0%	21.381	6,9%
Depositantes	240.658	89,6%	288.936	93,0%
Outros	3.480	1,3%	4.417	1,4%
Capital	- 8.540	-3,2%	- 7.680	-2,5%
Total	268.572	100,0%	310.778	100,0%

Rentabilidade

As principais fontes de rendimento do sistema bancário foram os juros cobrados, que somaram 4 milhões de USD no ano, representando 54% do rendimento operacional. Houve, no entanto, uma redução de 19,7% em relação a Junho/09. A proporção de rendimento obtido a partir dos empréstimos e adiantamentos aos clientes diminuiu 18,4%; eles representaram 39,7% do rendimento operacional dos bancos.

O rendimento não operacional registou 3,3 milhões de USD no fim de Junho de 2010, contra os 5,6 milhões registados no fim de Junho de 2009. Isto representa uma quebra de 43,7%. Como percentagem dos ativos representa apenas 1%. Entretanto, as despesas de juros no fim de Junho/10 tinham sido de 0,3 milhões, uma redução de 63,3% face ao ano anterior. Os juros pagos aos depósitos baixaram 50%.

Durante o período analisado o total dos lucros do sistema bancário foi de 2,2 milhões de USD, uma redução de 51% comparada com o ano financeiro anterior.

Síntese das operações da Câmara de Compensação de Díli

O quadro seguinte mostra o número de itens e o respetivo valor transacionados através da Câmara de Compensação de Díli durante o ano financeiro 2009/10. No total foram transacionados 17 mil cheques num valor global de 123,6 milhões USD, um aumento de 78% relativamente ao ano financeiro anterior. Entretanto, as notas de pagamento foram 15 mil e atingiram um valor de 220 milhões de USD, um aumento de 25% relativamente ao ano passado. Os cheques devolvidos foram apenas 252.

Month	Cheque				Credit Note				Return Cheque				Return Credit Note			
	No	Ave	Value	Average	No	Ave	Number	Average	No	Ave	Number	Average	No	Ave	Number	Average
July 2009	1,445	63	7,202,570	313,155	1,224	53	14,329,202	623,009	14	1	144,904	6,300	36	2	179,280	7,795
August 2009	1,306	65	6,649,137	332,457	1,123	56	15,005,345	750,267	18	1	81,379	4,069	22	1	122,891	6,145
September 2009	1,483	71	8,260,717	393,367	1,278	61	17,358,796	826,609	15	1	40,685	1,937	24	1	174,266	6,298
October 2009	1,505	68	7,740,308	351,832	1,464	67	23,892,143	1,086,007	23	1	362,479	16,476	26	1	131,894	5,995
November 2009	1,302	72	8,172,034	454,002	1,165	65	18,839,679	1,046,649	47	3	278,980	15,499	26	1	397,587	22,088
December 2009	1,807	90	18,079,088	903,954	1,525	76	30,892,565	1,544,628	30	2	98,336	4,917	41	2	485,130	24,257
January 2010	1,290	65	14,513,146	725,657	1,471	74	28,961,286	1,448,064	15	1	418,492	20,925	19	1	163,177	8,159
February 2010	1,433	72	10,811,428	540,571	869	43	9,189,178	459,459	23	1	927,230	46,361	24	1	182,107	9,105
March 2010	1,599	70	10,882,203	473,139	1,161	50	14,726,927	640,301	15	1	41,134	1,788	29	1	254,321	11,057
April 2010	1,303	69	10,586,247	557,171	1,179	62	17,653,714	929,143	13	1	731,609	38,506	18	1	112,348	5,913
May 2010	1,470	74	11,201,456	560,073	1,167	58	13,828,404	691,420	19	1	872,165	43,608	27	1	237,492	11,875
June 2010	1,512	72	9,499,079	452,337	1,375	65	15,235,063	725,479	20	1	112,004	5,334	44	2	323,476	15,404
Total	17,455	71	123,597,412	504,810	15,001	61	219,912,302	897,586	252	1	4,109,396	17,143	336	1	2,763,969	11,174

Note: No = Number of cheques and notes transacted
Ave = average number and value of cheques and notes transacted

Os pagamentos efetuados pela ABP no ano financeiro de 2009/10 nas transações em dinheiro, sem envolver dinheiro e transferências internacionais de fundos feitas através dos bancos comerciais podem ser vistos no quadro abaixo:

1. CASH TRANSACTIONS	1st Quarter		Dec-09	2nd Quarter		3rd Quarter		4th Quarter	
	Number	Value	Value	Number	Value	Number	Value	Number	Value
Counter cash deposits	72989	\$398,455,917	\$133,678,969	\$69,250	\$337,282,660	\$78,035	\$292,649,586	\$67,383	\$267,516,912
Counter cash withdrawals	96023	\$305,710,368	\$90,194,177	\$102,234	\$252,676,097	\$100,453	\$215,729,508	\$100,354	\$567,981,102
Number of Cheque accounts	286	n/a	n/a	\$279	n/a	\$515	n/a	\$477	n/a
Number of savings accounts	4709	n/a	n/a	\$19,553	n/a	\$40,074	n/a	\$3,018	n/a
Number of Time Deposit at	54	n/a	n/a	\$90	n/a	\$218	n/a	\$221	n/a
Number of other credit accounts	120	n/a	n/a	\$1,420	n/a	\$1,256	n/a	\$799	n/a
Number of ATMs	16	n/a	n/a	\$17	n/a	\$18	n/a	\$17	n/a
Number of ATM/POS card	575	n/a	n/a	\$1,896	n/a	\$1,968	n/a	\$1,791	n/a
ATM cash Withdrawals	120686	\$19,680,874	\$7,704,687	\$129,081	\$19,203,812	\$178,292	\$18,780,527	\$151,213	\$9,965,552
Number of POS terminals	40	n/a	n/a	\$45	n/a	\$45	n/a	\$43	n/a
Pos Transactions (EFTPOS Debit Card)	341	\$26,322	\$12,283	\$420	\$31,926	\$273	\$30,843	\$180	\$30,869
Pos Transactions (EFTPOS Credit Card)	2282	\$1,302,757	\$272,835	\$2,132	\$1,053,204	\$1,969	\$880,165	\$2,407	\$1,379,849
2. NON-CASH PAYMENT TRANSACTIONS									
Credit cards at 31 July	0	n/a	n/a	\$0	n/a	\$0	n/a	\$0	n/a
Credit cards transactions - local credit cards	0	\$0	\$0	\$0	\$0	\$0	\$0	\$0	\$0
Credit cards transactions - foreign credit cards	16219	\$4,376,640	\$1,397,932	\$15,089	\$2,885,937	\$57,968	\$4,265,376	\$15,936	\$4,683,110
Cheque transactions (on-us)	6640	\$82,120,334	\$65,728,752	\$12,025	\$170,035,801	\$14,001	\$112,735,745	\$15,857	\$185,600,620
Cheque transactions (received via clearing)	4434	\$22,341,092	\$17,794,436	\$4,770	\$34,268,472	\$4,487	\$35,893,592	\$4,269	\$31,614,890
Cheque transactions (received out of clearing)	0	\$0	\$0	\$0	\$0	\$0	\$0	\$0	\$0
Cheque transactions (sent via clearing)	4223	\$21,946,607	\$17,118,916	\$4,458	\$33,261,864	\$4,013	\$35,718,120	\$4,303	\$32,245,965
Cheque transactions (sent out of clearing)	0	\$0	\$0	\$4	\$1,360,000	\$0	\$0	\$0	\$0
Credit transfer transactions (on-us)	1177	\$26,822,759	\$10,350,405	\$1,405	\$31,047,967	\$1,296	\$33,291,061	\$1,423	\$41,938,342
Credit transfer transactions (received via clearing)	3543	\$45,675,282	\$31,484,034	\$4,077	\$76,315,395	\$3,570	\$51,827,847	\$3,745	\$47,499,194
Credit transfer transactions (received out clearing)	279	\$46,994,266	\$57,831,050	\$441	\$102,194,311	\$399	\$70,734,600	\$433	\$58,169,545
Credit transfer transaction (Sent via clearing)	570	\$14,146,060	\$5,569,605	\$597	\$15,755,650	\$589	\$16,155,944	\$623	\$15,857,310
Credit transfer transactions (sent out of clearing)	39	\$7,111,798	\$5,313,509	\$38	\$22,904,911	\$59	\$24,199,711	\$426	\$30,366,119
3. INTERNATIONAL FUNDS TRANSFERS									
Incoming transfers - SWIFT	3085	\$129,178,786	\$48,072,496	\$3,660	\$122,453,266	\$3,379	\$107,940,024	\$3,574	\$121,841,926
Incoming transfers - non SWIFT	90	\$854,472	\$868,329	\$108	\$1,345,765	\$95	\$7,059,824	\$96	\$2,468,260
Outgoing transfers - SWIFT	4505	\$134,154,891	\$56,164,815	\$4,916	\$138,077,540	\$4,854	\$147,886,613	\$4,614	\$129,317,961
Outgoing transfers - non SWIFT	2312	\$48,978,901	\$25,831,023	\$2,416	\$65,243,735	\$2,104	\$53,574,047	\$2,009	\$32,293,896

Arranjos quanto a moeda

De modo a assegurar o regular abastecimento do Mercado com moedas de centavos, a ABP mandou cunhar moedas suplementares de 5 e de 10 centavos. Foram cunhadas cerca de 750 mil novas moedas de 5 centavos e 600 mil de 10 centavos.

Durante o ano financeiro de 2009-10, a ABP organizou de uma forma consistente e permanente atividades de troca de moeda (incluindo notas) através de Caixas Móveis em todos os distritos de modo a assegurar que apenas "dinheiro limpo", com bom aspeto físico, circula no país. O objectivo é assegurar a circulação de moeda em boas condições de conservação e substituir a que não estava (particularmente notas) por outras, nomeadamente por moedas de centavos.

Particular atenção foi dada às formas de detetar notas falsas e sobre o que fazer no caso de elas serem detetadas. Para isso o público foi informado sobre as principais características de segurança das notas e moedas.

Devido a restrições orçamentais, a campanha de sensibilização do público para estes aspetos foi realizada apenas em 9 dos 13 distritos do país, sendo o trabalho nos outros distritos suspenso a 3 de Dezembro de 2009.

Os detalhes do programa incluíram:

- **Caixa Itinerante.** A ABP organizou “caixas itinerantes” para troca de moeda nos distritos abrangidos.
- **Troca de Moeda.** A ABP atribuiu a cada grupo dos seus funcionários que foram para os distritos um montante de 5000 USD para serem trocados por notas e moedas em más condições de conservação.
- **Visitas a Distritos e Subdistritos.** A ABP organizou equipas de funcionários que visitaram distritos e subdistritos ao longo do país dando a informação e educação do público nos aspetos principais do uso das moedas e notas, incluindo as características de segurança das mesmas.
- **Programa de TV.** A ABP encomendou à firma “Casa de Produções Audiovisuais” um programa sobre como reconhecer dinheiro falso bem como em mau estado e sobre como bem utilizar as notas e moedas em circulação. Este programa foi difundido na TV nacional durante um mês a partir de 27 de Março de 2010.
- **Brochuras e cartazes.** A ABP distribuiu brochuras e cartazes com informação sobre as características das moedas e das notas em circulação.
- **Programa de avaliação.** A ABP procurou avaliar os resultados deste programa através de um questionário de avaliação por ela preparada e para ser preenchido pelo público. Com esse questionário procurou-se obter dos respondentes sobre os seu conhecimento acerca das atividades da ABP e sobre as características das notas e moedas em circulação.

Transações de Moeda

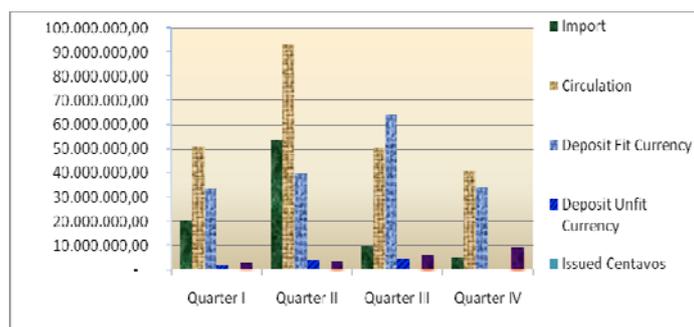
O quadro seguinte mostra as transações de moeda efetuadas pela ABP durante o ano financeiro de 2009/10.

Quarter	Import	Circulation Currency				Exportations / Repatriation Currency
		Circulation	Deposit Fit Currency	Deposit Unfit Currency	Issued Centavos	
Quarter I	20,288,000.00	51,104,232.00	33,829,082.00	2,114,000.00	60,000.00	2,678,000.00
Quarter II	54,064,000.00	93,483,244.00	39,751,454.00	4,206,000.00	103,500.00	3,760,000.00
Quarter III	10,048,000.00	50,234,537.50	64,386,087.50	4,492,029.00	168,000.00	5,856,000.00
Quarter IV	4,800,000.00	41,169,700.00	34,152,500.00	428,521.00	60,000.00	9,210,000.00
Total	89,200,000.00	235,991,713.50	172,119,123.50	11,240,550.00	391,500.00	21,504,000.00

Durante o ano financeiro a ABP importou notas novas de USD no montante de 89,2 milhões de USD do Federal Reserve Bank of New York (FRBNY), um aumento de 111,5% relativamente ao importado no ano anterior. O maior valor de notas importadas foi das de 20 USD, num total de 37,44 milhões de USD; o valor mais baixo foi o das notas de 1 USD, num total de 2,32 milhões. Da nota de valor mais elevado importada, a de 100 USD, foram importados 14,4 milhões de USD, mais 12,5% que no ano financeiro anterior.

Ao mesmo tempo, a ABP devolveu ao FRBNY um total de 21,5 milhões de USD de notas em más condições de conservação, um aumento de 110,8% relativamente ao período homólogo anterior. O maior valor repatriado foi das notas de 10 USD, num total de 8,48 milhões de USD (39,4% do total devolvido). Seguiu-se o valor das notas de 20 USD, num total de 5,76 milhões de dólares.

A nota que mais foi colocada em circulação foi a de 20 USD, num total de 106,7 milhões de USD enquanto que no ano passado foi a de 10 USD com 86,93 milhões, que este ano ocupou a segunda posição com 77,2 milhões. O montante total de moedas de centavos emitidas durante o período de um ano terminado em Junho/10 foi de 391,5 mil, com a maior denominação a ser circulada a de 50 centavos, num total de 240 mil. As notas falsas reportadas à ABP desceram 11% comparativamente ao ano anterior.



Serviços bancários

A realização de pagamentos pela ABP reduziu-se em 29,7% relativamente ao ano financeiro anterior devido, principalmente, ao fim das transferências para os “deslocados internos” e para os chamados “petitionários”. O mês de Junho/10 foi o que registou menor volume de transações, com 4,9 milhões de USD e o que registou o maior valor foi o de Outubro/2009, com 25,5 milhões. O quadro seguinte ilustra os pagamentos efetuados no ano financeiro de 2009/10.

Serviços de pagamentos

Durante este ano financeiro a ABP continuou a prestar serviços de pagamentos /settlements nos pagamentos interbancários quer para os internos quer externos por conta do Governo, dos pagamentos interbancários e da própria ABP. As transações referidas estão sintetizadas no quadro abaixo.

Month	Domestic Settlement				Foreign Settlement			
	Domestic LVTS (Large Value Interbank Transactions)		Domestic Retail Funds Transfer to Clearing House*		Outgoing Transfer (Foreign)*		Incoming Transfer (Foreign)	
	Number	Value	Number	Value	Number	Value	Number	Value
July 2009	104	\$14,868,702.40	1029	\$9,910,040.16	63	\$39,146,596.19	11	\$2,670,755.11
August 2009	98	\$13,347,182.65	974	\$9,940,647.40	61	\$30,546,684.45	8	\$2,803,777.08
September 2009	96	\$13,794,601.21	1118	\$12,917,709.72	108	\$38,180,911.75	9	\$2,967,584.64
October 2009	134	\$16,637,907.71	1289	\$19,163,557.79	87	\$42,906,287.43	5	\$33,935.89
November 2009	131	\$28,975,097.71	1013	\$14,638,210.06	49	\$42,625,950.92	1	\$5,875.00
December 2009	228	\$66,998,961.18	1319	\$25,747,940.47	68	\$60,420,675.74	6	\$21,998,891.74
January 2010	125	\$46,614,044.93	1310	\$24,097,038.82	79	\$137,179,219.23	3	\$18,392.50
February 2010	120	\$11,722,054.22	700	\$4,714,257.28	66	\$30,524,699.55	4	\$5,017,970.00
March 2010	166	\$12,754,354.74	918	\$9,412,840.75	68	\$34,279,316.96	10	\$159,632.66
April 2010	147	\$20,870,351.58	1031	\$12,383,517.30	77	\$44,286,373.11	4	\$1,060,809.00
May 2010	146	\$20,398,866.07	989	\$9,346,348.82	55	\$31,302,817.99	10	\$2,596,712.50
June 2010	128	\$15,619,483.57	1185	\$10,574,155.23	75	\$30,197,110.49	8	\$6,052,705.86
Total	1623	\$282,601,607.97	12875	\$162,846,263.80	856	\$561,596,643.81	79	\$45,387,041.98

A ABP EM FOTOS

Imagens de atividades da ABP ao longo dos tempos



Sede central / *Central Headquarters*



Agência de Oecusse / *Oecusse Agency*



Momentos felizes!

Happy moments!...30 de Novembro de 2002



4º aniversário da ABP: 30/Nov/2005



ABP trabalhando

BPA at work



Momentos tristes: 4 de Dezembro de 2002 e reunião da Administração durante a crise de 2006

Sad moments: Dec, 4th 2002 and Management meeting during 2006 crisis



Momento mais alto? O lançamento das moedas de *centavos*!
The highest moment? "Centavos" are here!

Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste
Autoridade Bancária no Pagamentu Timor-Leste ninian

MOEDAS METÁLICAS DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Comprei estas coisas com as nossas novas moedas, que são bonitas fáceis de usar!

 	 	 	 	 
1 centavo Nautilus	5 centavos Arroz	10 centavos Galo	25 centavos Beiro	50 centavos Café
				

Duas das fotos originais das moedas timorenses de circulação corrente: as das moedas de 25 e de 10 centavos
Two of the original photos used on the design of the “centavos” coins: coins of 25 and 10 “centavos”



O primeiro camião a sair da sede da ABP para distribuir as moedas pelos distritos; construção da “casa” (o cofre-forte) das novas moedas.

The first truck leaving BPA headquarters to distribute coins in the districts; building the new “house” (safe) for the coins

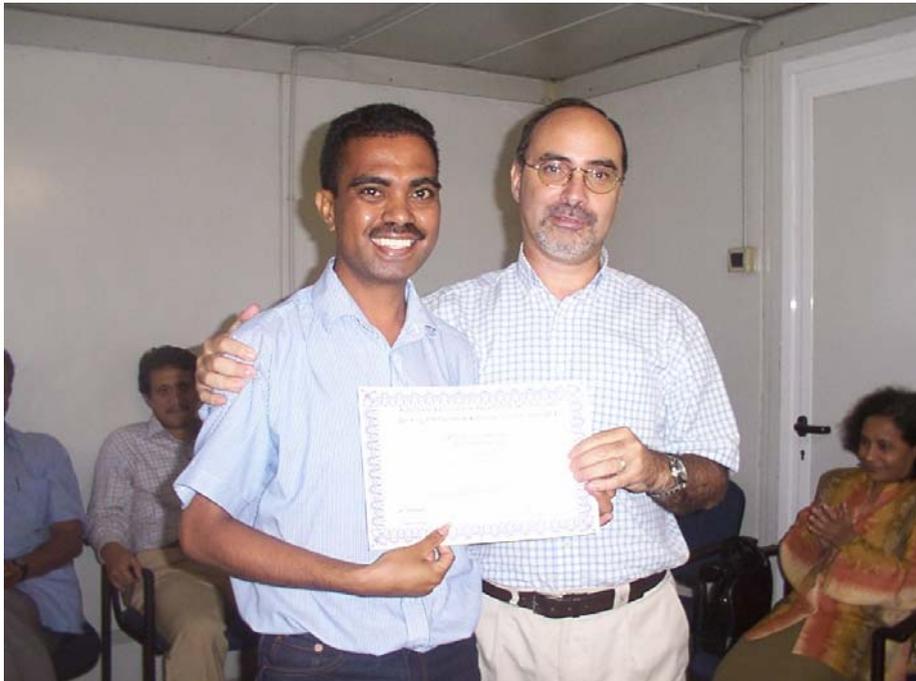


O momento da entrega das primeiras moedas ao primeiro cliente da ABP, o actual DG da mesma. O relógio mostra a hora do acontecimento: cerca das 9h19m de 10 de Novembro de 2003

The moment when the first coins were delivered to the first client: the now BPA General Manager. The watch shows the exact moment: about 9h19m of November, 10th 2003



Formação *in-house* de quadros da ABP
In house training of BPA staff



Informando o público sobre o uso das notas e as suas características para lutar contra a aceitação de notas falsas

Training the Timorese to use the national currency and to distinguish good from fake banknotes



Ações de formação do público para trocar notas em mau estado de conservação por notas novas

Campaigning to change old banknotes to new ones



Visitas de trabalho a unidades produtivas para melhor conhecer a realidade da economia nacional
Visiting Timorese companies to better know how the national economy works



Visitando os mercados tradicionais de Díli para controlar a evolução dos preços
Visiting traditional markets in Díli to check prices evolution



Atividades lúdicas do pessoal da ABP
Off duty BPA staff activities



Equipa de futebol /*Football team*

Equipa feminina de voleibol/*Volleyball team*



Assinatura de acordos com várias entidades bancárias e financeiras.



Assinando um acordo com a CGD/BNU
Signing an agreement with CGD/BNU

Acordo com o JPMorgan, o banco de custódia do Fundo Petrolífero
Agreement with JPMorgan, custodian bank for the Petroleum Fund

Acordo com a firma Schroder para gerir parte do Fundo Petrolífero
Agreement with Schroder to manage part of the Petroleum Fund



Acordo com a Autoridade Monetária de Macau
Agreement with the Macao Monetary Authority



Participação em reuniões internacionais: encontro dos supervisores de seguros de língua portuguesa em Macau
Participation in international conferences: Here the meeting of the securities supervisors of Portuguese speaking countries in Macao

Gestão operacional do Fundo Petrolífero



Reunião do Comité de Assessoria do Investimento

Meeting of the Investment Advisory Board



Gestão da ABP

O primeiro Comité de Administração
The first Management Committee



Participando numa sessão da Comissão “C” do Parlamento Nacional
Participating in a meeting of the “Economics Commission” of the National Parliament

VALORES INSTITUCIONAIS DA ABP

Transparência

- Somos um exemplo para a sociedade e para as instituições, os nossos procedimentos e regulamentações são aplicados interna e externamente de forma universal, consistente e rigorosa.

Integridade

- Exercemos a nossa actividade com honestidade e altos padrões ético-morais, respeitando a confidencialidade e legalidade em todas as decisões que envolvem os nossos interesses e recursos.

Mobilização

- Movemo-nos para prestar o melhor serviço à comunidade de Timor-Leste, através da nossa determinação e empenho para ouvir, aprender e assessorar.

Obrigaçã

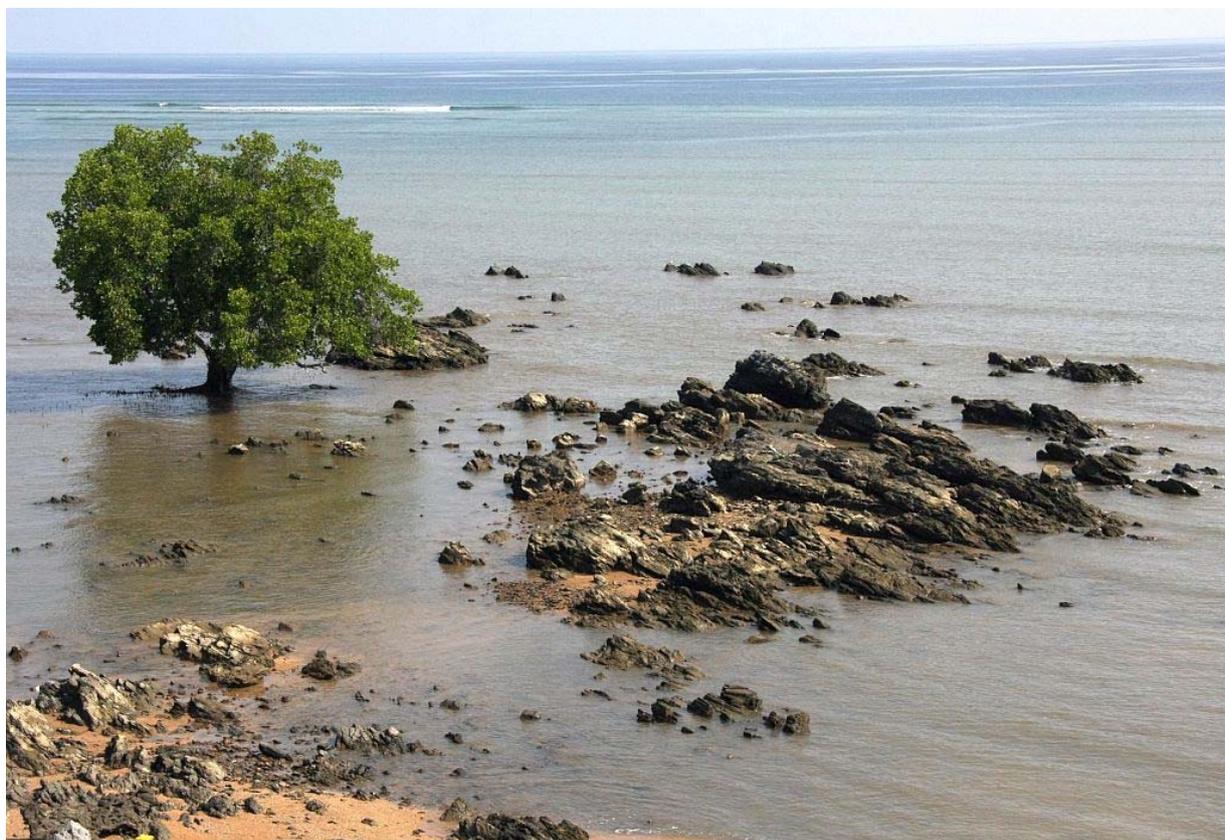
- Demonstramos um sentimento de pertença e envolvimento, estabelecendo como prioridade os objectivos da instituição e exibindo disponibilidade para desempenhar tarefas para lá do que nos é pedido.

Responsabilidade

- Investimos no desenvolvimento das nossas capacidades técnico-profissionais, cumprimos com as responsabilidades que nos são atribuídas e que proactivamente procuramos, através da permanente monitorização das consequências das nossas decisões e acções.



Uma das atividades económicas mais importantes nas zonas costeiras do país é a pesca, praticada por meios artesanais



Paisagem costeira na Estrada de Dili para Batugadé, na fronteira com Timor Ocidental (Indonésia)

Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste
Banking and Payments Authority of Timor-Leste

Avenida Bispo Medeiros, CxPostal 59, Dili, Timor-Leste

**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SOBRE O EXERCÍCIO
TERMINADO EM 30 DE JUNHO DE 2010**

26 de Outubro de 2010

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE.....	65
BALANÇO	66
CONTA DE EXPLORAÇÃO	67
DECLARAÇÃO SOBRE ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	68
QUADRO DE <i>CASHFLOW</i>	69
DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	70
NOTAS AO RELATÓRIO FINANCEIRO FAZENDO PARTE DO MESMO)	77
.....	
1. Natureza e extensão das actividades	
2. Gestão do risco financeiro	
3. Decisões críticas na aplicação da política contabilística da Autoridade	
4. Segmentação da informação reportada	
5. Dinheiro e seus equivalentes	
6. Títulos negociáveis	
7. Activos e responsabilidades financeiras	
8. Instituições Financeiras Internacionais	
9. Propriedade, instalações e equipamento	
10. Outros activos	
11. Depósitos do Governo	
12. Outros depósitos	
13. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	
14. Outras responsabilidades	
15. Responsabilidades quanto aos Direitos de Saque Especiais	
16. Capital e reservas	
17. Responsabilidades contingentes	
18. Rendimento líquido sob a forma de juros	
19. Rendimento de taxas e de comissões cobradas	
20. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	
21. Despesas com o pessoal	
22. Despesas de administração	
23. Fundo Petrolífero de Timor-Leste	
24. Transacções com partes com relações com a Autoridade	
25. Acontecimentos relevantes posteriores à data do balanço	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	93

AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Financeiras das páginas 54 (cinquenta e quatro) a 57 (cinquenta e sete) e as Notas com elas relacionadas, fazendo parte delas, e que constam das páginas 65 (sessenta e cinco) a 80 (oitenta) foram preparadas pela Administração da ABP e aprovadas pelo Conselho de Administração da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste.

Declaro que estas Informações Financeiras estão de acordo com os requisitos do Regulamento 2001/30 e que representam, de uma forma fiel, a verdadeira situação financeira e o desempenho da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste à data de 30 de Junho de 2010.

Dili, 26 de Outubro de 2010

Abraão de Vasconcelos
Director-Geral

BALANÇO

da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste

referido a
30 DE JUNHO DE 2010

	Notas	2010 Mil USD	2009 Mil USD
ACTIVO			
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	5	34.686	31.042
Títulos negociáveis	6	145.881	172.854
Investimentos	8, 15	23.773	12.728
Propriedade, edifícios e equipamentos	9	897	863
Outros activos	10	8.447	4.651
Total dos activos		213.684	222.139
PASSIVO			
Depósitos do Governo	11	139.964	159.221
Outros depósitos	12, 15	40.684	32.464
Provisão para transferência de excedente para o Governo	13	71	69
Outros Passivos	14	9.920	7.803
Moeda emitida		3.045	2.564
Total do passivo		193.684	202.121
Capital		20.000	20.019
Total do Passivo e do Capital		213.684	222.139

As notas das páginas 77 a 92 fazem parte integrante desta declaração

AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE

CONTA DE EXPLORAÇÃO

Para o ano terminado em 30 de Junho de 2010

	Notas	2010 Mil USD	2009 Mil USD
PROVEITOS DE OPERAÇÕES			
<i>Rendimentos de investimentos</i>			
Juros recebidos	18	309	1.408
Ganhos (perdas) registadas		65	97
<i>Despesas com as responsabilidades financeiras</i>			
Despesas com juros	18	-97	-310
		277	1.195
Rendimento líquido do investimento			
Taxas e comissões	19	612	604
Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	20	3.586	1.454
Outros Rendimentos		43	-118
Proveitos totais		4.518	3.136
Custos			
Despesas com Pessoal	21	872	930
Despesas com a circulação monetária		510	490
Despesas Administrativas	22	2.956	1.502
Depreciação do Imobilizado	9	151	145
CUSTOS TOTAIS		4.489	3.067
RESULTADO LÍQUIDO		29	69

As notas das páginas 77 a 92 fazem parte integrante desta declaração

AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL DURANTE O ANO FISCAL TERMINADO EM 30 DE JUNHO DE 2010

	2010	2009
	Mil USD	Mil USD
CAPITAL SOCIAL		
Capital inicial	20.000	20.000
Subscrição, em dinheiro, pelo Governo	0	0
	20.000	20.000
CONTA DE RESERVA GERAL		
Saldo inicial	0	0
Transferência para a Conta de Capital	0	0
Transferência para/de Ganhos retidos	69	0
Saldo final	69	0
Reserva segundo os valores estimados de mercado (“fair value”)		
Saldo inicial	18	-11
Alteração líquida do valor	-45	29
Saldo final	-27	18
Apropriação do Rendimento Líquido		
Rendimento líquido do período	29	69
Transferência para/da Reserva Geral	0	0
Provisão para a transferência do saldo para o Governo	-71	-69
	-42	0
TOTAL DO CAPITAL	20.000	20.018
	16	

As notas das páginas 77 a 92 fazem parte integrante desta declaração

AUTORIDADE BANCÁRIA E DE PAGAMENTOS DE TIMOR-LESTE**QUADRO DE CASHFLOW**

Para o ano terminado em 30 de Junho de 2010

	2010	2009
	Mil USD	Mil USD
ACTIVIDADE OPERACIONAIS		
Lucro operacional	29	69
Depreciação	151	145
Rendimento líquido de juros	-277	-1.195
	-97	-980
Alteração nos recebíveis, prepagamentos e stock	-3.796	-4.173
Alteração nos Depósitos do Governo	-19.257	99.850
Alterações nos outros Depósitos	8.220	3.115
Alteração nos Outros Passivos	2.117	6.483
	-12.715	104.294
Juros recebidos	374	1.506
Juros pagos	-97	-310
Resultado líquido das actividades operacionais	277	105.490
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alterações nos Investimentos	-11.046	667
Títulos do Governo dos Estados Unidos	26.973	-120.064
Aquisição de activos fixos e equipamento	-184	-114
Cash Flow das actividades de investimento	15.743	-119.511
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Moeda emitida	481	362
Transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	-45	-1.559
Cash Flow das actividades de financiamento	436	-1.197
AUMENTOS EM 'CAIXA' E SEUS EQUIVALENTES		
	3.644	-15.217
'Caixa' e seus equivalentes no início do ano	31.042	46.260
'CAIXA' E SEUS EQUIVALENTES NO FINAL DO ANO	34.686	31.042

As notas das páginas 77 a 92 fazem parte integrante desta declaração

DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1. Entidade relatora e base estatutária

Estas são as declarações financeiras da Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP) de Timor-Leste, uma entidade pública autónoma e distinta legalmente estabelecida pelo Regulamento 2001/30 da UNTAET-United Nations Transitional Administration of East Timor.

O endereço oficial da sede da ABP é Avenida Bispo Medeiros, Dili, Timor-Leste.

As declarações financeiras da Autoridade Bancária e de Pagamentos são relativos ao ano financeiro terminado em 30 de Junho de 2009 e, de acordo com o estabelecido no Artº 53º do Regulamento da ABP, as contas e registos são elaborados de acordo com os padrões contabilísticos internacionais.

O principal objectivo da Autoridade é alcançar e manter a estabilidade dos preços internos. Os outros objectivos são os de assegurar a liquidez e solvência de um sistema bancário e financeiro estável e baseado no mercado, executar a política cambial de Timor-Leste e promover um sistema de pagamentos seguro, sólido e eficiente.

2. Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

Estas declarações financeiras foram preparadas de acordo com os *IFRS-International Financial Reporting Standards* tal como emitidos pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A sua publicação foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de Outubro de 2010.

(b) Adopção dos *International Financial Reporting Standards*

As presentes contas da ABP obedecem aos *International Financial Reporting Standards* em vigor em 30 de Junho de 2010. Antes da data de referência não foram adoptados os *standards*.

(c) Unidade de conta

As declarações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos excepto quanto aos activos considerados disponíveis para venda e que foram avaliados segundo uma estimativa realista do seu valor de mercado para esse efeito.

(d) Moeda funcional e de apresentação

Estas declarações financeiras são apresentadas em dólares dos Estados Unidos (USD), a moeda oficial de Timor-Leste e moeda funcional e de apresentação de contas da Autoridade. A informação apresentada em USD arredondados para o milhar mais próximo salvo indicação noutro sentido. Esta prática pode resultar em ligeiras diferenças entre as contas tal como apresentadas no relatório sobre os rendimentos, o balanço e as notas detalhadas de apoio às contas.

(e) Uso de estimativas e de julgamentos

A preparação de declarações financeiras exige à gestão efectuar julgamentos e tomar decisões sobre situações, fazer estimativas e adoptar pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e dos valores reportados quanto aos activos, os passivos/responsabilidade, o rendimento e as despesas/custos.

As estimativas e pressupostos estão sujeitos a um processo de escrutínio e de revisão permanente.

As revisões das estimativas contabilísticas são repercutidas na contabilidade no período em que elas são revistas e em todos os períodos futuros igualmente afectados. Em particular, disponibiliza-se na nota 3 informação acerca das principais áreas de incerteza das estimativas e julgamentos/decisões críticas sobre a aplicação das políticas contabilísticas e que se reflectem sobre os montantes constantes das declarações financeiras.

(f) Montantes comparativos

De modo a assegurar consistência com o ano aqui relatado, apresentam-se números relativos a outros períodos sempre que julgado apropriado. Foram introduzidas algumas alterações na forma anterior de apresentação das declarações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas abaixo foram aplicadas de uma forma consistente a todos os períodos apresentados nestas declarações financeiras.

a) Taxas de câmbio

Transações envolvendo moeda externa (não – USD) foram convertidas em USD às taxas de câmbio prevalecentes nas datas de transação. Ativos e passivos monetários nestas moedas foram contabilizados utilizando as taxas de câmbio *spot* praticadas na data de referência do balanço, o dia 30 de Junho de 2010.

Os ganhos ou perdas em itens monetários são a diferença entre o custo de amortização na moeda funcional no início do período --- ajustado com o juro efectivo e os pagamentos durante o período --- e o custo de amortização em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do período.

Ativos e passivos não-monetários denominados em moeda estrangeira que são medidas ao preço estimado de mercado são convertidos na moeda funcional à taxa de câmbio *spot* da data em que o referido valor estimado foi calculado.

As taxas de câmbio relevantes utilizadas para efeitos de determinação dos valores dos principais ativos e passivos destas declarações financeiras foram as seguintes:

	2010	2009
Dólares australianos (AUD)	1,1762	1,2416
Direitos de Saque Especiais (DSE)	0,6761	0,6442
Euro (EUR)	0,8208	0,7090

b) Juros

O rendimento e as despesas em juros são apresentados na declaração sobre rendimentos utilizando o método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos e receitas futuros em dinheiro ao longo da vida esperada dos activos ou passivos financeiros (ou, quando apropriado, um período mais curto) para o valor de balanço dos activos ou passivos. Ao calcular a taxa de juro efectiva a Autoridade estima os fluxos futuros de dinheiro

tomando em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro em causa mas não as perdas futuras de créditos.

O cálculo da taxa de juro efetiva inclui todos as taxas e pontos pagos ou custos de transação e todos os descontos ou prémios que são parte integral da taxa de juro. Os custos de transação são custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

O rendimento e as despesas de juros apresentadas na conta de ganhos e perdas incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros ao custo de amortização e numa base de taxa de juro efetiva
- Juros de títulos de investimento comercializáveis numa base de taxa de juro efectiva

c) **Taxas**

O rendimento de taxas, incluindo taxas de serviço de contas bancárias, distribuição de dinheiro e de gestão de investimentos são contabilizadas quando os respetivos serviços são prestados. O rendimento de taxas pagas pelo governo é reconhecido após a aprovação pelo Parlamento Nacional e amortizado durante o período durante o qual os serviços são prestados.

As taxas e comissões pagas dizem respeito principalmente a taxas de transações e prestação de serviços que são gastas à medida que os correspondentes serviços são recebidos.

d) **Lucro operacional**

O lucro operacional compreende os ganhos menos as perdas relacionadas com as transações de ativos e passivos e inclui todas as alterações, verificadas ou não, do valor estimado (com a exceção das alterações estimadas dos valores relativos a ativos comercializáveis).

e) **Impostos**

A ABP está isenta de imposto sobre o seu rendimento de acordo com o disposto no Artº 61º do Regulamento nº 2001/30

f) **Ativos e passivos financeiros**

(i) *reconhecimento*

A Autoridade reconhece e contabiliza empréstimos, adiantamentos e depósitos na data em que são constituídos. Os outros ativos financeiros (incluindo os que são considerados negociáveis) são inicialmente contabilizados na data de liquidação e em que o pagamento é feito e o título recebido de acordo com as condições contratualmente estabelecidas.

Um ativo ou responsabilidade financeira é inicialmente medido ao seu valor de mercado mais (para os itens não posteriormente medido ao preço de mercado por ganhos ou perdas) os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A Autoridade efetua transações quando adquire ativos mas não assume todos os riscos e recompensas dos ativos ou parte deles. Tais ativos, incluindo os adquiridos em ligação com a gestão do Fundo Petrolífero pela Autoridade, não são contabilizados no balanço.

(ii) *Classificação*

Ver o nº 3 g) e h) de “políticas contabilísticas” acima

(iii) *Eliminação dos registos contabilísticos*

A Autoridade elimina dos seus registos um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de dinheiro expira ou na data em que é transferido o direito legal a receber o dinheiro relativo ao ativo financeiro.

O mesmo acontece quanto às responsabilidades financeiras, que são canceladas quando as obrigações contratuais delas resultantes desaparecem ou são canceladas.

(iv) *Offsetting*

O valor dos ativos e passivos financeiros somente serão alvo de compensação e o respetivo valor líquido expresso no balanço quando e somente quando a Autoridade tiver a prerrogativa legalmente estabelecida de proceder a essa compensação e tenciona ou proceder ao *settlement* pelo seu valor líquido, ou proceder simultaneamente à realização do ativo e ao *settlement* do passivo.

(v) *Medição da amortização dos custos*

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante ao qual o ativo financeiro é avaliado no momento do seu reconhecimento inicial menos os pagamentos do principal (capital), mais ou menos a amortização acumulada usando o método do juro efetivo ou qualquer outra diferença entre o montante inicial contabilizado e o montante na maturidade menos qualquer redução por prejuízo.

(iv) *Medição do valor justo de mercado*

A determinação do valor justo de mercado para os ativos financeiros é baseado nas cotações para os respetivos instrumentos financeiros em mercados ativos. Um mercado é considerado como ativo se as cotações nele verificadas estão regularmente acessíveis e representam um panorama sistematicamente atualizado das transações nele efetuadas.

A manifestação mais evidente do preço justo de mercado de um instrumento financeiro no momento do seu registo contabilístico inicial é o preço da sua transação, i.e., o valor pago ou recebido, a não ser que o valor justo de mercado do referido instrumento resulte da comparação com outras transações de mercado do mesmo instrumento (i.e., sem modificação ou alterações das suas características) ou baseado numa técnica de avaliação do valor que inclua, como variáveis, apenas informações de mercados analisáveis.

(v) *Identificação e medição de prejuízos*

Em cada data do balanço a Autoridade avalia se há ou não evidência objetiva se os ativos financeiros não levado a valor justo apresentam prejuízo. Um ativo financeiro apresenta prejuízo quando evidência objetiva demonstra que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do ativo nos registos da Autoridade e que esse prejuízo tem um impacto nos futuros *cash flows* do ativo e pode ser estimado com confiança.

A Autoridade toma em consideração evidências de prejuízo de títulos de investimento quer a nível individual de cada ativo específico quer a nível coletivo. Todos os ativos a deter até à maturidade individualmente significativos são avaliados para determinação de eventuais prejuízos. Todos os ativos deste tipo que não são considerados como registando prejuízo são depois avaliados em conjunto para determinar eventuais prejuízos que possam ter ocorrido mas que não tenham sido identificados. Os ativos que não são individualmente significativos são então avaliados coletivamente para saber se houve prejuízo associando ativos financeiros com características de risco semelhantes.

Perdas por prejuízos em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidos contabilisticamente medindo a diferença entre o valor do ativo e o valor presente atualizado dos futuros *cash flows* à taxa de juro efetiva. As perdas são reconhecidas nos ganhos e perdas e refletidas numa conta contra prejuízos. Os juros sobre ativos com prejuízo continuam a ser contabilizados até ao desaparecimento do prejuízo. Quando um acontecimento subsequente fizer com que o montante do prejuízo num título negociável diminua, a perda é revertida através de ganhos e perdas.

As perdas em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidas contabilisticamente transferindo o valor acumulado da perda que foi contabilizada diretamente de capital para ganhos ou perdas. O valor acumulado de perda que é retirado do capital e contabilizado em ganhos e perdas é a diferença entre o preço de aquisição (líquido de qualquer amortização de capital e amortização) e o valor presente de mercado menos qualquer prejuízo previamente já registado em ganhos e perdas. Alterações nas provisões atribuíveis ao valor do tempo são refletidas nas contas como uma componente do rendimento em juros.

g) **Dinheiro [cash] e equivalentes**

O conceito de dinheiro e equivalentes inclui notas e moedas, saldos disponíveis sem restrições junto de outros bancos que estejam sujeitos a riscos insignificantes de alteração de valor e que são usados pela Autoridade na gestão das suas responsabilidades de curto prazo, incluindo a manutenção da oferta de dinheiro dos Estados Unidos de modo a assegurar uma oferta adequada de notas de banco e de moedas para a realização de transações em Timor-Leste.

O dinheiro e os seus equivalentes são contabilizados no balanço ao seu custo amortizado.

h) **Títulos de investimento**

Os títulos de investimento são inicialmente contabilizados ao seu valor de mercado mais os custos de transação e subsequentemente de acordo com a sua classificação em “a reter até à maturidade”, valor de mercado com ganhos ou perdas ou título negociável [*available-for-sale*].

1) “*A manter até à maturidade*”

Este tipo de investimentos são “não-derivados” com pagamentos fixos ou determináveis e data fixa de maturidade que a Autoridade tem a intenção e a capacidade de manter até à maturidade e que não são classificados por esta nem como “valor de mercado com ganhos ou perdas” ou como títulos negociáveis.

Estes investimentos são contabilizados ao seu custo de amortização usando o método do juro efetivo.

2) *Valor de mercado com lucros ou perdas*

Investimentos deste tipo são avaliados ao valor estimado de mercado através de ganhos e perdas quando:

- Os ativos são geridos, avaliados e reportados internamente numa base de preço estimado com os dados do mercado; ou
- A classificação elimina ou reduz significativamente um desencontro contabilístico que resultaria de fosse adotado outro procedimento; ou
- Os ativos contêm uma componente de “derivado” que modifica significativamente os *cash flows* que de outra forma resultariam de acordo com o contrato.

Alterações do valor de mercado desta classe de investimentos são levadas a “ganhos e perdas”.

3) *negociáveis*

Investimentos deste tipo são instrumentos não-derivados que são classificados como disponíveis para venda ou que não são incluídos noutras categorias de ativos financeiros

São contabilizados ao seu valor estimado de mercado.

O seu rendimento de juros é levado a ganhos e perdas utilizando o método do juro efetivo. Os ganhos ou perdas em câmbios nestes instrumentos são levados a ganhos e perdas.

Outras alterações do valor estimado de acordo com o mercado são diretamente contabilizadas no capital até que o investimento seja vendido e o saldo no capital seja reconhecido em ganhos e perdas.

(i) Transações do mercado *overnight*

A Autoridade estabelece acordos no mercado *overnight* no quadro das suas atividades de gestão das suas disponibilidades de caixa. Estas transações são registadas no balanço como dinheiro e seus equivalentes e o seu rendimento é contabilizado em lucros e perdas na data da transação.

(j) Outros ativos e responsabilidades

O dinheiro em moeda local ou estrangeira, depósitos e as contas a receber e a pagar são valoradas na data em que se efetua a transação, adicionados os eventuais juros.

As contas a receber são registadas na data em que se espera realizar o valor correspondente após devida provisão para dívidas de cobrança duvidosa.

Os stocks de moeda não entrada em circulação são registados como existências ao custo da sua aquisição e registadas como despesa aquando da sua entrada em circulação. São registados ao valor mais baixo do custo ou do valor líquido realizável. O custo é calculado numa base de média ponderada.

(k) Propriedade, instalações e equipamento

i) Reconhecimento e medição

Items de propriedade, instalações e equipamento são medidos ao seu custo menos as amortizações acumuladas e os eventuais prejuízos.

O custo inclui despesas que sejam razoavelmente atribuíveis à aquisição do activo. Software adquirido para funcionamento em determinados equipamentos e que são essenciais à sua utilização é considerado como sendo parte daquele equipamento.

Quando partes de um elemento da propriedade, instalações ou equipamento têm diferentes vidas úteis são contabilizados como elementos separados (caso das maiores componentes) da propriedade, instalações e equipamento.

O terreno e o edifício da sede da Autoridade é registado na contabilidade ao custo de aquisição em 2000 (zero) e assim continuará a ser até que seja possível no futuro determinar um preço justo a partir do funcionamento em Timor-Leste do mercado de terras e de propriedades em bases sólidas e quando avaliações objetivas possam ser definidas a partir das transacções nele realizadas.

ii) *custos subsequentes*

O custo de substituição de uma parte da propriedade, instalações ou equipamento é reconhecido nas contas pelo montante sobranante do valor do item se se entender que é provável que os benefícios económicos nele incorporados beneficiarão a Autoridade e que os seus custos podem ser medidos de uma forma fiável. Os custos de manutenção da propriedade, das instalações e do equipamento são levados à conta de ganhos e perdas à medida que ocorrem.

iii) *Amortização*

As depreciações são contabilizadas na conta de ganhos e perdas numa base de taxa de depreciação constante ao longo do tempo durante a vida útil dos itens de propriedade, instalações e equipamento. A terra não é amortizada.

A Autoridade divide os seus ativos em grandes grupos de itens e amortiza-os de acordo com as suas vidas úteis indicativas referidas no quadro abaixo:

	2010	2009
Edifícios e benfeitorias	20 anos	20 anos
Instalações	5 anos	5 anos
Equipamento de escritório	8 anos	8 anos
Computadores e equipamento eletrónico	4 anos	4 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são todos referidos à data do fecho do balanço.

iv) *Prejuízos*

Os valores a transitar dos ativos fixos da Autoridade são revistos na data do balanço para determinar se há alguma indicação de prejuízo. Se tal indicação existir utiliza-se na contabilidade o valor estimado recuperável. Regista-se um prejuízo quando o valor a transitar de um ativo exceder o valor recuperável. As perdas por prejuízos são contabilizadas em ganhos e perdas.

I) Moeda em circulação

A moeda emitida pela Autoridade sob a forma de moedas de centavos (que são legalmente sub-unidades do dólar dos Estados Unidos utilizadas apenas em Timor-Leste) representa uma responsabilidade para a Autoridade a favor dos seus detentores. A responsabilidade pelo valor da moeda em circulação é registada ao valor facial no balanço da Autoridade.

A Autoridade também emite moedas de coleção. Embora seja pouco provável que montantes significativos desta moeda sejam devolvidas para sua substituição por moeda corrente a Autoridade contabiliza o valor facial das moedas de coleção vendidas como se de moeda em circulação se tratasse.

(m) Benefícios dos empregados

i. *Benefícios de curto prazo do pessoal*

Os benefícios de curto prazo dos empregados da ABP incluem o montante total dos rendimentos auferidos pelo pessoal da instituição, nomeadamente salários e suplementos

vários. Os acréscimos (*accruals*) de custos de pessoal são registados no balanço como contas a pagar.

As obrigações com os benefícios a curto prazo dos empregados são medidas numa base não-actualizada e são pagos à medida que os serviços correspondentes são prestados pelos empregados à Autoridade.

ii. Benefícios dos empregados no longo prazo

Os empregados da Autoridade têm o direito a receberem um benefício em dinheiro pagável após a conclusão de um determinado número de anos de serviço com início no décimo quinto ano de serviço. Com esta finalidade é mensalmente posta de parte, pela Autoridade, uma percentagem de 5% do salário base que é contabilizada na conta de ganhos e perdas como uma despesa de pessoal com a contrapartida responsabilidade sendo reconhecida no balanço e registada como “outros passivos”. Na hipótese de um empregado abandonar a instituição antes de decorrido o prazo para ter direito ao benefício em causa o montante previamente acumulado para tal empregado é creditado às despesas de pessoal na data em que a obrigação da Autoridade para com o empregado cessa.

Não há um esquema de pensões para os funcionários da Autoridade.

Notas ao Relatório Financeiro

1. Natureza e extensão das atividades

O papel da Autoridade Bancária e de Pagamentos é funcionar como o banco central de Timor-Leste, o que determina a natureza e extensão das suas atividades em relação a instrumentos financeiros. O papel da Autoridade é definido no Regulamento 2001/30 sobre a Autoridade Bancária e de Pagamentos e outras leis e inclui as seguintes funções:

- recomendar ao governo grandes linhas de política em áreas da responsabilidade da Autoridade;
- emitir moedas chamadas centavos que têm, em conjunto com o dólar dos Estados Unidos da América, o estatuto de moeda corrente no país;
- formular e implementar medidas, e supervisionar e regular, os sistemas de liquidação e de pagamentos de transações em moeda corrente doméstica e estrangeira em Timor-Leste;
- possuir, operar ou participar em um ou mais sistemas de pagamento;
- agir como banqueiro do governo e agências dele dependentes;
- agir como agente fiscal do governo e agências dele dependentes;
- deter e administrar todos os recursos financeiros públicos, inclusive as reservas oficiais de moedas estrangeiras;
- assegurar a administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste;
- deter os depósitos em moeda corrente estrangeira dos Bancos comerciais;
- assegurar uma provisão adequada de notas e moedas necessárias à realização das transações em dinheiro no país;
- manter uma caixa forte que mantenha em segurança os stocks de moeda e outros valores à sua guarda;
- licenciar, supervisionar e regular a atividade de bancos comerciais;
- autorizar, supervisionar e regular a atividade de câmbio de moedas;
- autorizar, supervisionar e regular companhias de seguros e intermediários; e

- levar a cabo, com regularidade, a análise económica e monetária da economia de Timor-Leste, tornar públicos os resultados das mesmas e submeter propostas e medidas ao governo com base em tais análises.

2. Gestão do Risco Financeiro

(a) Introdução e síntese

A Autoridade Bancária e de Pagamentos tem exposição aos riscos seguintes derivados do seu uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Riscos de mercado
- Riscos operacionais

Esta nota apresenta informação sobre a exposição da Autoridade para cada dos riscos acima, os objectivos da Autoridade, suas políticas e procedimentos para medir e gerir o risco e a administração do capital pela Autoridade.

(b) Quadro geral da gestão do risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão do quadro geral de gestão do risco pela Autoridade.

O Conselho de Administração é guiado pela Lei que estabelece a Autoridade (Regulamento 2001/30), a qual estabelece diretivas genéricas para a gestão do risco, inclusive as seguintes:

- O Artº 48 exige que os objectivos primários na seleção de ativos em moeda estrangeira deverão ser a segurança do capital e o nível de liquidez desses ativos. Sujeito a estes objectivos, serão selecionados os ativos que permitam maximizar os ganhos.
- O mesmo Artº permite à Autoridade deter no seu balanço e administrar ouro, moeda estrangeira sob a forma de notas e moedas detidas em Timor-Leste ou saldos bancários em moeda estrangeira no exterior em bancos cujas responsabilidades a curto prazo sejam avaliadas em um das duas categorias mais altas através de agências de avaliação de crédito internacionalmente reconhecidas, e títulos de dívida emitidos ou garantidos pelos Estados Unidos cuja maturidade seja inferior a 180 dias e que seja denominados e pagáveis em dólares dos Estados Unidos..
- O Artº 59.1 proíbe a Autoridade de conceder crédito, exercer atividade comercial, comprar ações de qualquer empresa ou companhia --- incluindo de qualquer Instituição Financeira ---, ou, seja a que título for, ter um interesse de propriedade em qualquer empreendimento financeiro, comercial, agrícola, industrial ou outro ou adquirir através de compra, aluguer ou qualquer outra forma quaisquer direitos reais em propriedade imóvel, excluindo a que for considerada necessária para a realização do seu expediente e condução das atividades da sua administração e operações.
- O Artº 64 autoriza a Autoridade a abrir e manter nos seus livros *trust accounts* contanto que os ativos e passivos sejam separados dos ativos e passivos da Autoridade.

A Autoridade estabeleceu um Gabinete de Auditoria Interna, cujos deveres incluem os de, de uma forma regular ou *ad hoc*, levar a cabo revisões do controlo e procedimentos de gestão do risco cujos resultados são reportados ao Diretor Geral e, se assim o entender o Auditor Interno, ao Conselho de Administração.

(c) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de perda financeira da Autoridade se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro falharem no cumprimento das suas obrigações contratuais e surge principalmente relacionado com o investimento e atividades bancárias da Autoridade.

Como referido acima, este risco é gerido em obediência a um requisito legal que proíbe a colocação de fundos sem ser em bancos cujas responsabilidades a curto prazo são avaliadas numa das duas categorias mais altas por agências de avaliação de crédito internacionalmente reconhecidas e em títulos de dívida emitidos ou garantidos pelos Estados Unidos.

Todos os investimentos acima de USD 1 milhão exigem a autorização do Diretor Geral. O Auditor Interno realiza auditorias regulares das divisões responsáveis pelo investimento de fundos.

O Auditor Interno audita regularmente as divisões da ABP responsáveis pelo investimento de fundos da mesma.

A exposição da Autoridade ao risco de crédito, baseado nas avaliações realizadas por Fitch Rating, é como segue:

<i>Mil United States dollars</i>	Rating*	2010	2009
Dinheiro e depósitos			
Dinheiro	AAA	26.924	20.827
Depósitos em bancos centrais	AAA	3.754	5.821
Depósitos em bancos em território nacional	Baa3	3.942	4.070
Idem, no estrangeiro	Aa2	66	325
		34.686	31.042
Títulos comercializáveis			
United States Treasury Bills	AAA	145.881	172.854
Investimentos			
International Monetary Fund	N/A	23.773	12.728
Ativos fixos e outros	N/A	9.344	5.515
ATIVOS TOTAIS		213.684	222.139
SUMÁRIO POR TIPO DE RATING			
		2010	2009
AAA		82,63%	89,81%
Aa2		0,03%	0,15%
Baa3		1,84%	1,83%
Não aplicável		15,50%	8,21%
ACTIVOS TOTAIS		100,00%	100,00%
		213.684	222.139

*Quando um Banco Central não tem rating usou-se o *rating* do país

À data do balanço não havia nenhuma perda por prejuízos.

O montante registado destes ativos aproxima-se do seu valor estimado de mercado [*fair value*].

(d) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Autoridade encontrar dificuldades no cumprindo das obrigações resultantes das suas responsabilidades financeiras. O risco de liquidez é também o risco de a Autoridade ter de vender rapidamente um ativo financeiro por um valor muito inferior ao justo valor.

A Autoridade é responsável para administrar a liquidez diária do sistema bancário. Este papel inclui a administração do sistema de compensação [*clearing*]. A Autoridade está proibida pelo seu Estatuto de avançar fundos ao sistema bancário.

O *approach* da Autoridade quanto à administração do risco de liquidez é o de assegurar, até onde for possível, que ela sempre terá a liquidez suficiente para responder às suas responsabilidades quando devidas, quer seja em condições normais quer especiais, e sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a sua reputação.

O regulamento 2001/30 sobre a ABP define um enquadramento para a gestão da liquidez, nomeadamente o de que os investimentos de mercado devem ter uma maturidade inferior a 180 dias.

A função de administração de investimento considera os fluxos monetários observados historicamente nas contas de depósito do governo e dos bancos comerciais. A partir desta informação são tomadas decisões sobre a dimensão das disponibilidades físicas em dinheiro detidas em Timor-Leste, a quantidade de dinheiro a ser mantido em contas em bancos correspondentes e a natureza dos investimentos a ser feito em títulos de curto prazo do Tesouro dos Estados Unidos --- para os quais existe um mercado com grande grau de liquidez --- de tal modo a que existam sempre títulos perto de maturidade que podem ser vendidos se necessário sem correr o risco de sofrer uma perda de mercado significativa.

Os quadros seguintes mostram a análise de maturidade do balanço da Autoridade para os anos de 2010 e, para comparação, 2009.

Em mil USD	Total 2010	Sem maturidade e fixa	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	34.686		34.686	
Títulos negociáveis	145.881		145.881	
Investimentos	23.774			23.774
Outros activos	8.447		8.447	
TOTAL dos ativos	212.788	-	189.014	23.774
Depósitos do Governo	139.964		139.964	
Outros depósitos	40.684		16.454	24.230
Provisão para transferência excedentária	71		71	
Outras responsabilidades	9.920		9.920	
Moeda emitida	3.045	3.045		
TOTAL das responsabilidades	193.684	3.045	166.409	24.230
Diferença líquida	19.103	-3.045	22.604	-456

Em mil USD	Total 2009	Sem maturidade fixa	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	31.043		31.043	
Títulos negociáveis	172.854		172.854	
Investimentos	12.728			12.728
Outros ativos	4.652		4.652	
TOTAL dos ativos	221.277	-	208.549	12.728
Depósitos do Governo	159.221		159.221	
Outros depósitos	32.464		19.736	12.728
Provisão para transferência excedentária	69		69	
Outras responsabilidades	7.803		7.803	
Moeda emitida	2.564	2.564		
TOTAL das responsabilidades	202.121	2.564	186.829	12.728
Diferença líquida	19.156	(2.564)	21.720	0

e) *Risco de Mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado de preços como a taxa de juro, de capital, de moeda estrangeira e *spreads* de crédito (não atribuíveis a alterações da classificação de crédito dos que os emitiram) afetem o rendimento da Autoridade ou o valor dos seus investimentos em instrumentos financeiros. O objectivo da gestão do risco de mercado é administrar e controlar a exposição ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo que maximiza o retorno do risco.

A forma como a Autoridade entende a administração de riscos de mercado é fortemente guiada pelo seu quadro legal, o qual exige que os seus investimentos sejam efetuados em instrumentos financeiros de elevada qualidade de curta duração.

A Autoridade mede e administra a sua exposição ao risco de mercado em termos de risco de taxa de juros e risco de câmbio de moeda estrangeira corrente e nas secções seguintes prestam-se informações sobre estes dois riscos.

(i) *Risco de Taxa de juro*

Risco de taxa de juros é o risco de prejuízos resultantes de eventuais alterações das taxas de juros.

A administração de risco de taxa de juros pela Autoridade é determinada parcialmente pelo quadro legal esboçado acima e em parte por uma política de administração de procurar articular os períodos de reavaliação dos seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos da Autoridade atingirão a sua maturidade ou são reavaliados nos seguintes períodos:

Mil USD	Total 2010	Não sensível à taxa de juro	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	34.686		34.686	
Títulos negociáveis	145.881		172.854	
Investimentos	23.774	23.774		
Outros ativos	8.447	8.447		
TOTAL dos ativos	212.788	32.221	207.540	-
Depósitos do Governo	139.964		139.964	
Outros depósitos	40.684	24.230	16.454	
Provisão para transferência excedentária	71	71		
Outras responsabilidades	9.920	9.920		
Moeda emitida	3.045	3.045		
TOTAL das responsabilidades	193.684	37.267	156.417	-
Diferença líquida Quanto à sensibilidade à taxa de juro	19.103	-5.046	51.122	-

Mil USD	Total 2009	Não sensível à taxa de juro	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	31.043		31.043	
Títulos negociáveis	172.854		172.854	
Investimentos	12.728	12.728		
Outros ativos	4.652	4.652		
TOTAL dos ativos	221.277	17.381	203.897	-
Depósitos do Governo	159.221		159.221	
Outros depósitos	32.464	12.728	19.736	
Provisão para transferência excedentária	69	69		
Outras responsabilidades	7.803	7.803		
Moeda emitida	2.564	2.564		
TOTAL das responsabilidades	202.121	23.164	178.956	-
Diferença líquida Quanto à sensibilidade à taxa de juro	19.156	(5.784)	24.940	-

ii) *Análise de sensibilidade*

Ao gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro e de taxa de câmbio a Autoridade tem como objectivo principal reduzir o impacto das flutuações de curto prazo no seu rendimento líquido. A 30 de Junho de 2010 estimava-se que um subida generalizada das taxas de juro em 1 ponto percentual aumenta os lucros da Autoridade em cerca de 166 mil USD (1.052 mil USD em 2009).

(iii) *Risco de Câmbio de Moeda Estrangeira*

O risco cambial de moeda estrangeira é o risco de se registar um prejuízo resultante de alterações nas taxas de câmbio.

A administração da Autoridade mantém uma baixa exposição a moedas estrangeiras, as quais são mantidas apenas a um nível que seja suficiente para cumprir com as obrigações operacionais de liquidação de dívidas. A Autoridade não se envolve em atividades de intervenção nos câmbios de moedas estrangeiras.

A 30 de Junho de 2010 a exposição líquida da Autoridade às principais moedas era a seguinte:

Mil USD	Total 2009	United States Dollars	Dollars Austrália	IMF SDR	Euro
Dinheiro e equivalentes	34.686	34.606	14		66
Títulos negociáveis	145.881	145.881			
Investimentos	23.774	-		23.774	
Outros ativos	8.447	8.447			
TOTAL dos ativos	212.788	188.933	14	23.774	66
Depósitos do Governo	139.964	139.964			
Outros depósitos	40.684	16.910		23.774	
Provisão para transferência excedentária	71	71			
Outras responsabilidades	9.920	9.920			
Moeda emitida	3.045	3.045			
TOTAL das responsabilidades	193.684	169.910		23.774	
Exposição líquida às moedas estrangeiras	19.103	19.023	14	-	66

Para comparação registem-se os resultados em 2009:

Mil USD	Total 2009	United States Dollars	Dollars Austrália	IMF SDR	Euro
Dinheiro e equivalentes	31.043	30.681	93		89
Títulos negociáveis	172.854	172.854			
Investimentos	12.728	-		12.728	
Outros ativos	4.652	4.652			
TOTAL dos ativos	221.277	29.793	93	12.728	89
Depósitos do Governo	159.221	159.221			
Outros depósitos	32.464	19.736		12.728	
Provisão para transferência excedentária	69	69			
Outras responsabilidades	7.803	7.803			
Moeda emitida	2.564	2.564			
TOTAL das responsabilidades	202.121	189.393	-	12.728	-
Exposição líquida às moedas estrangeiras	19.156	18.974	93	-	89

(f) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de perda direta ou indireta resultante de uma grande variedade de causas associadas com os procedimentos da Autoridade, o seu pessoal, tecnologia e infra-estruturas utilizadas na sua atividade e de factores externos diferentes dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, tais como os resultantes de exigências legais ou acontecimentos adversos na comunidade em geral. Riscos operacionais surgem em todas as operações desenvolvidas pela Autoridade e são enfrentados por quaisquer entidades empresariais.

O objectivo da Autoridade é gerir o risco operacional de modo a assegurar um equilíbrio entre o evitar de perdas financeiras e danos à reputação da Autoridade com a eficácia global dos custos suportados e evitar procedimentos de controlo que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade de desenvolver e implementar controlos que façam face ao risco operacional pertence ao topo da administração de cada área de atividade da ABP. Esta responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões para a gestão do risco operacional nas áreas seguintes:

- Exigências para a separação de deveres, incluindo autorizações independentes para as transações;
- Exigências para a oportuna reconciliação e monitorização das transações;
- Cumprimento escrupuloso das exigências legais e outras existentes;
- Documentação escrita de todos os procedimentos operacionais principais;
- Exigências para a avaliação periódica dos riscos operacionais que a Autoridade defronta e a adequação de controlos e procedimentos para fazer face aos riscos identificados;
- Exigência de informar sobre as perdas operacionais verificadas e o desenvolvimento de acções que ajudem a remediar a situação;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Contínuo desenvolvimento de capacidades e de desenvolvimento profissional;
- Estabelecimento de padrões éticos de comportamento; e
- Mitigação do risco, incluindo através da realização de seguros para as operações de mais elevado risco.

O cumprimento destes padrões é apoiado por um programa de revisões periódicas baseadas no risco levadas a cabo pela Auditoria Interna. Os resultados destas são discutidos com os responsáveis das áreas de atividade a que dizem respeito, com todos os resultados submetidos mensalmente ao Diretor Geral e um resumo do trabalho empreendido submetido trimestralmente ao Conselho de Administração.

(g) Administração do Capital

A administração do capital da Autoridade está sujeita ao Regulamento nº 2001/30 sobre a Autoridade Bancária e de Pagamentos. Em particular, a Lei estipula as exigências seguintes:

- O capital mínimo será USD 20.000.000
- Uma conta de reserva geral será estabelecida para deter a diferença entre cinco por cento da quantia agregada dos saldos de crédito de todas as contas mantidas nos livros da Autoridade por titulares de conta registados no balanço da Autoridade no fim de cada ano fiscal e USD 20.000.000.
- O capital da Autoridade não poderá servir de garantia nem ser penhorado.

Na sequência do completar da realização do seu capital de USD 20.000.000 pelo governo em Julho de 2005 a Autoridade estabeleceu todas as provisões a que estava obrigada durante o ano.

Não houve nenhuma mudança material na administração do capital da Autoridade durante o período.

A afetação de capital entre operações e atividades específicas é, em larga medida, ditada pela necessidade para prover liquidez aos sistemas financeiro e económico de Timor-Leste. No mesmo sentido,

uma proporção significativa de capital é afetada à manutenção de montantes físicos de moeda corrente em Timor-Leste, os quais não ganham nenhum juro, e em contas à ordem em bancos correspondentes.

3. Decisões críticas quanto à aplicação da política contabilística da Autoridade

Decisões contabilísticas críticas quanto à aplicação da política contabilística da Autoridade incluíram a seguinte:

Embora o Art.º 64 do Regulamento 2001/30 estabeleça que a Autoridade é autorizada a abrir e manter *trust accounts* nos seus livros desde que os respetivos ativos e passivos sejam separados dos ativos e passivos da Autoridade, a administração da Autoridade, tendo solicitado conselho sobre o estabelecido na Lei do Fundo Petrolífero e nas IFRS, determinou que as responsabilidades e ativos do Fundo Petrolífero geridos e registados em nome da Autoridade não devem, para efeitos de reporte, serem apresentados no balanço da Autoridade.

4. Segmentação da informação reportada

A função primária da Autoridade é agir como o banco central de uma área geográfica única - Timor-Leste. O capital da Autoridade não é comercializado publicamente e não há nenhuma intenção que o venha a ser. Assim sendo, à Autoridade não é exigida a apresentação de informação segmentada.

5. Dinheiro e seus equivalentes

Mil USD	2010	2009
Dinheiro	26.924	20.827
Depósitos em bancos centrais	3.754	5.820
Bancos no país	3.942	4.070
Bancos-não residentes	66	325
TOTAL	34.686	31.042

6. Títulos negociáveis

	2010	2009
Títulos do Tesouro dos Estados Unidos	145.881	172.854
TOTAL	145.881	172.854

7. Ativos e responsabilidades financeiras

O quadro abaixo apresenta a classificação que a Autoridade atribui a cada classe de activos e de responsabilidades, identificando a natureza e montantes dos activos e responsabilidades financeiras, com os seus valores estimados de mercado (excluindo os juros adicionados).

2010						
Mil USD	Comerciali- zável	Dinheiro e depósitos	Custo amortizado	Outros	Total a transitar	Valor de mercado
Dinheiro e depósitos		34.686			34.686	34.686
Títulos negociáveis	145.881				145.881	145.881
Investimentos			23.774		23.774	23.774
Outros activos				8.447	8.447	8.447
Total dos ACTIVOS	<u>145.881</u>	<u>34.686</u>	<u>23.774</u>	<u>8.447</u>	<u>212.788</u>	<u>212.788</u>
Depósitos do Governo			139.964		139.964	139.964
Outros depósitos			40.684		40.684	40.684
Provisões para transferência			9.920	71	71	71
Moeda emitida			3.045		3.045	3.045
TOTAL das responsabilidades	-	--	<u>193.613</u>	<u>71</u>	<u>193.684</u>	<u>193.684</u>

2009						
Mil USD	Comerciali- zável	Dinheiro e depósitos	Custo amortizado	Outros	Total a transitar	Valor de mercado
Dinheiro e depósitos		31.043			31.043	31.043
Títulos negociáveis	172.854				172.854	172.854
Investimentos			12.728		12.728	12.728
Outros activos				4.652	4.652	4.652
Total dos ATIVOS	<u>172.854</u>	<u>31.043</u>	<u>12.728</u>	<u>4.652</u>	<u>221.277</u>	<u>221.277</u>
Depósitos do Governo			159.221		159.221	159.221
Outros depósitos			32.464		32.464	32.464
Provisões para transferência			7.803	69	69	69
Moeda emitida			2.564		2.564	2.564
TOTAL das responsabilidades	-	-	<u>202.052</u>	<u>69</u>	<u>202.121</u>	<u>202.121</u>

8. Instituições Financeiras Internacionais

(A) International Monetary Fund

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro do FMI em 23 de Julho de 2002. A ABP/BPA foi designada como o depositário oficial de acordo com o Artigo XIII dos Estatutos do FMI. De acordo com práticas contabilísticas geralmente aceites nos Bancos Centrais, a ABP/BPA inscreveu a quota de subscrição de Timor-Leste como um activo no seu balanço mas simultaneamente reconhece os depósitos do Fundo (numerário e títulos) como sua responsabilidade

Em consequência, os saldos das contas do Fundo (denominadas em Direitos de Saque Especiais) são como segue

Subscrição da quota do FMI (ativo)	SDR	8.200.000
Conta em Numerário do FMI (passivo)	SDR	21.500
Conta de títulos do FMI (passivo)	SDR	8.178.500

A conta de títulos do FMI reflete o valor de uma Nota Promissória em custódia na ABP/BPA a favor do FMI. O balanço regista o valor equivalente em USD dos SDR à taxa de câmbio SDR/USD aplicável.

Mil United States dollars	2010	2009
Fundo Monetário Internacional		
IMF No 1 Account	31	32
IMF No 2 Account	1	1
IMF Securities Account	12.095	12.695
Total	12.127	12.728

(B) The World Bank Group

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro de três instituições que compõem o chamado “Grupo do Banco Mundial” em 23 de Julho de 2002. Ao abrigo das disposições relevantes dos Estatutos destas instituições, a ABP/BPA foi designada como depositária oficial. De acordo com a prática generalizada, a Autoridade regista os saldos existentes com os membros do Grupo Banco Mundial numa base de responsabilidades líquidas. Os montantes subscritos denominam-se em dólares dos Estados Unidos e são como segue:

International Bank for Reconstruction and Development

Timor-Leste subscreveu 267 partes do capital social num valor global de USD 32.209.545, dos quais 539.315 USD (o mesmo valor de 2009) foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada na ABP/BPA.

International Development Association

Timor-Leste subscreveu USD 349.842, dos quais USD 314.858 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada na ABP/BPA.

Multilateral Investment Guarantee Agency

Timor-Leste subscreveu 50 partes com um valor global de USD 541.000, dos quais USD 54.100 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada na ABP/BPA.

(C) Asian Development Bank

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro do Banco Asiático de Desenvolvimento em 24 de Julho de 2002. De acordo com os Estatutos de Associação, a ABP/BPA foi designada como entidade depositária oficial. De acordo com a prática comum, a Autoridade regista os saldos existentes com este banco numa base de responsabilidades líquidas. A subscrição de Timor-Leste no capital do Banco Asiático de Desenvolvimento é de 350 acções, num valor total de USD 4.222.225, representados parcialmente por uma Nota Promissória de USD 171.904,88 depositada na ABP/BPA.

9. Propriedade, instalações e equipamento

Custo						Mil USD
	Terreno e edifícios	Instalações	Equipamento de escritório	Computadores, etc	Veículos	TOTAL
Balanço em 1 Julho 2008	889	156	230	395	194	1.864
Aquisições	-	4	21	89	-	114
Balanço em 30 Junho 2009	889	160	251	484	194	1.978
Balanço em 1 Julho 2009						
Aquisições	889	160	251	484	194	1.978
Balanço 30 Junho 2010	0	99	64	21	0	184

Depreciação	Terreno e edifícios	Instalações	Equipamento de escritório	Computadores, etc	Veículos	TOTAL
Balanço em 1 Julho 2008	265	130	111	318	144	969
Depreciação no período	44	8	29	44	20	145
Balanço em 30 Junho 2009	309	138	140	362	164	1.114
Balanço em 1 Julho 2009	309	138	140	362	164	1.114
Depreciação no período	44	18	32	49	8	151
Balanço em 30 Junho 2010	354	156	172	411	172	1.265

Valores a transitar	Terreno e edifícios	Instalações	Equipamento de escritório	Computadores, etc	Veículos	TOTAL
Balanço em 1/Jul/08	624	26	119	77	50	895
Idem, 30/Jun/09	580	22	111	122	30	864
Idem, 30/Jun/10	535	103	143	94	22	897

Devido à inexistência de um sistema de registo de propriedade em Timor-Leste e do início de um mercado imobiliário no qual seja possível estabelecer, graças aos preços no mercado, o valor de estabelecimentos comerciais e outros tipos de propriedade, o Conselho de Administração mostrou-se incapaz de estabelecer um valor justo para o terreno e as instalações da sede da Autoridade.

Em resultado, o custo original da terra e dos edifícios foi considerado nulo, não tendo sido posteriormente feita qualquer avaliação dos mesmos.

Na data do balanço não havia prejuízos a registar.

10. Outros ativos

Outros ativos compreendem os seguintes:

	Mil USD	2010	2009
Contas a receber		8.208	4.494
Juros a receber		2	0
Pré-pagamentos		148	5
Existências		89	152
TOTAL		8.447	4.651

As existências compreendem o custo de moedas de centavos ainda não emitidas mas existentes nos cofres da Autoridade. À data do balanço não havia a registar quaisquer prejuízos nestes ativos.

11. Depósitos do Governo

	Mil USD	2010	2009
Fundo consolidado (OGE)		139,964	159,221
TOTAL		139,964	159,221

12 . Outros depósitos

	Mil USD	2010	2009
Instituições financeiras nacionais		16.910	19.196
Idem, internacionais (líquido)		12.127	13.268
TOTAL		29.037	32.464

13. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste

O Artº 13 do Regulamento 2001/30 sobre a Autoridade Bancária e de Pagamentos requer que o lucro líquido da Autoridade, depois das deduções estatutárias para a Conta de Reserva Geral e a Conta de Reserva Adicional, seja transferido para o Governo de Timor-Leste.

Como não é exigido que seja mantido nenhum saldo na conta de Reserva Geral (veja nota 15) e na Conta de Reserva Adicional, a transferência para o Governo será feita como segue:

	Mil USD	2010	2009
Balanço da Conta Geral de Reserva		42	-
Lucro líquido do ano terminado em 30/Jun/10		29	69
TOTAL		71	69

14. Outras responsabilidades

	Mil USD	2010	2009
Outras contas pagáveis		558	114
Impostos retidos a pagar		6	2
Provisão para a conta de serviço prolongado		81	48
Letras de crédito		8.484	6.768
Contas operacionais		791	872
TOTAL		9.920	7,803

15. Obrigações em relação aos Direitos de Saque Especiais

Este item refere-se à responsabilidade em relação à parte de Timor-Leste dos Direitos de Saque Especiais (*Special Drawing Rights*) no Fundo Monetário Internacional de 7.727.928 DSE. A responsabilidade montava a 11.647.021 USD à data de 30 de Junho de 2010 (2009: 0) utilizando a taxa de câmbio do USD em relação aos DSE. O montante é um passivo de longo prazo da Autoridade

16. Capital e reservas

O capital da Autoridade está fixado em USD 20.000.000

A lei estabelece as seguintes reservas:

- Uma Conta de Reserva Geral para reter quantias que assegurem que a soma da Conta de capital e a Conta de Reserva Geral não sejam inferiores a cinco por cento da quantia agregada dos saldos a crédito de todas as contas mantidas nos livros da Autoridade por titulares de conta integradas no balanço da Autoridade no fim de cada ano fiscal.

- Uma Conta de Reserva Adicional para reter quantias que assegurem que a soma das contas de Capital, de Reserva Geral e de Reserva Adicional são iguais a sete por cento da quantia agregado dos saldos a crédito de todas as contas mantidas nos livros do BPA por titulares de conta integradas no balanço da ABP no fim de cada ano fiscal.

Além disso, é estabelecida a reserva seguinte como consequência da detenção de activos reconhecidos nas contas da ABP como susceptíveis de serem negociados:

- Uma Reserva de Valor que retenha as alterações líquidas das alterações no valor estimado de mercado de investimentos suscetíveis de serem comercializados até que eles deixem de constar dos ativos da instituição ou apresentem prejuízo.

17. Responsabilidades contingentes

À data do balanço (30 de Junho de 2010) havia cartas de crédito pendentes no valor de 8.484 mil USD (2009: 6.770 mil)).

18. Rendimento líquido sob a forma de juros

	Mil USD	2010	2009
Rendimento de juros de activos financeiros			
Juros de depósitos em outros bancos centrais		28	184
Juros de investimentos negociáveis		334	1,262
Juros de depósitos em bancos no país		12	60
TOTAL do rendimento em juros		374	1,506
Juros pagos às responsabilidades financeiras			
Juros pagos aos depósitos do Governo		96	277
Juros pagos aos depósitos de bancos comerciais		1	30
TOTAL das despesas em juros		97	307

Não foi contabilizado nenhum juro em ativos que registaram prejuízo.

19. Rendimentos de Taxas e de Comissões cobradas

	Mil USD	2010	2009
Taxas e comissões cobradas			
Taxas por levantamento de notas/moedas		53	192
Taxas de licenciamento e supervisão		59	42
Taxas de gestão da conta do Governo		500	370
TOTAL das taxas e comissões		612	604

20. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero

De acordo com o previsto na Lei do Fundo Petrolífero N° 9/2005 a Autoridade é autorizada a cobrar uma taxa pela administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste que represente razoavelmente o custo de administrar o referido Fundo. O saldo do Fundo Petrolífero em 30 de Junho de 2010 era de 6.299 milhões de USD (2009 – 4,9 milhões USD) e a taxa de administração estabelecida foi de 3,2 milhões (2009: 1,4 milhões USD), ou 5,0 (2009: 6) pontos base quando medidos em relação ao saldo médio dos fundos administrados durante o ano.

21 - Despesas com o pessoal

Mil USD	2010	2009
Despesas com pessoal		
Salários e outras remunerações equivalentes	605	533
Pagamentos para o bem-estar dos funcionários	43	53
Despesas com a formação do pessoal	115	260
Representação em conferências e similares	109	84
TOTAL das despesas com pessoal	872	930

22. Despesas de administração

Mil USD	2010	2009
Despesas de administração		
Despesas de manutenção dos ativos	23	34
Comunicações	34	48
Sistemas de Informação	56	84
Seguros	85	58
Despesas gerais	0	
Despesas de expediente	72	68
Comissões a profissionais	649	748
Taxas de serviços financeiros externos do Fundo Petrolífero	1.938	336
Segurança	28	39
Viagens	4	6
Veículos	29	30
Água e eletricidade	38	51
TOTAL das despesas de administração	2.956	1.502

23. Fundo Petrolífero de Timor-Leste

A Autoridade é responsável pela administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste conforme a Lei 9/2005 sobre o Fundo Petrolífero de Timor-Leste e um Acordo de Administração Operacional assinados entre a Autoridade e o Ministro do Plano e das Finanças.

No quadro desses arranjos legislativos, a Autoridade estabeleceu os seguintes mecanismos para a realização da referida administração:

1. Foi aberta pela Autoridade, em seu próprio nome e no Banco de Reserva Federal de Nova Iorque, uma conta destinada especificamente e apenas a receber todos os pagamentos de outros relativos a receitas de petróleo.
2. Os investimentos do Fundo Petrolífero e os acordos de custódia com eles relacionados são efetuados em nome da Autoridade.
3. A Autoridade não é responsável por perdas que surjam das operações do Fundo Petrolífero a não ser que tais perdas surjam de negligência da Autoridade ou seus empregados.

Tomando em consideração normas estabelecidas nos padrões internacionais de contabilidade os ativos e passivos do Fundo Petrolífero não são incluídos no balanço da Autoridade.

Os ativos e passivos do Fundo Petrolífero a 30 de Junho de 2010 eram como segue:

Mil USD	2010	2009
Ativos do Fundo Petrolífero		
Dinheiro e depósitos	7.684	3.174
Títulos representativos de dívida	6.204.137	4.869.590
Recebíveis e outros ativos	131.695	28.761
MENOS: títulos com compra pendente	-44.387	0
Total dos ativos	6.299.129	4.901.525
Capital		
Capital	6.299.129	4.901.525

24 - Transações com partes com relações com a Autoridade

Controlador em última instância

O capital da Autoridade é detido pela República Democrática de Timor-Leste e não inclui outros direitos de voto ou controlo que não os desta. A Autoridade encontra-se legalmente estabelecida como entidade pública distinta e autónoma, responsável perante o Governo, com controlo sobre as políticas financeiras e operacionais distribuídas entre o Conselho de Administração e o Director-Geral. O Artº 4.2 do Regulamento 2001/30 dá à Autoridade completa autonomia legal, operacional, administrativa e financeira relativamente a qualquer outra pessoa ou entidade, incluindo o governo e quaisquer das suas agências e órgãos ou entidades subsidiárias.

Conselho de Administração

Durante o ano fiscal a que este relatório diz respeito nenhum dos membros do Conselho de Administração era exterior aos quadros de gestores de topo da Instituição, cujas remunerações são divulgadas abaixo.

Pessoal de topo da Administração

A administração da Autoridade é exercida por um Comité de Gestão que inclui o Director-Geral e cinco dos membros de categoria mais elevada do pessoal.

Mil USD	2010	2009
Remunerações da Administração		
Benefícios de curto prazo (remunerações)	81	81
Benefícios de longo prazo	4	4
TOTAL das despesas com a Administração	85	85

25 - Acontecimentos relevantes posteriores à data do balanço

Estas declarações financeiras foram autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Autoridade em 26 de outubro de 2010. Até esta data não ocorreram acontecimentos que afectassem o balanço.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

18 Smith Street
Darwin NT 0800

GPO Box 1616
Darwin NT 0800
Australia

ABN: 30 692 879 009
Telephone: +61 8 8982 9000
Facsimile: +61 8 8941 0238
www.kpmg.com.au

**INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE GOVERNING BOARD OF
BANKING AND PAYMENTS AUTHORITY OF TIMOR-LESTE****Report on the Financial Statements**

We have audited the accompanying financial statements of Banking and Payments Authority of Timor Leste (BPA), which comprises the balance sheet as at 30 June 2010, profit and loss statement, statement of changes in equity and statement of cash flows for the year then ended, and a summary of significant accounting policies and other explanatory notes as set out on pages 2 to 34.

Management's Responsibility for the Financial Statements

Management is responsible for the preparation and fair presentation of these financial statements in accordance with the International Financial Reporting Standards and in accordance with the Regulation No. 2001/30 'on the Banking and Payments Authority of Timor-Leste'. This responsibility includes; designing, implementing and maintaining internal control relevant to the preparation and fair presentation of financial statements that are free from material misstatements, whether due to fraud or error; selecting and applying appropriate accounting policies; and making accounting estimates that are reasonable in the circumstances.

Auditor's responsibility

Our responsibility is to express an opinion to the members of the Governing Board of BPA on these financial statements based on our audit. We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing. Those standards require that we comply with ethical requirements and plan and perform the audit to obtain reasonable assurance whether the financial statements are free from material misstatements.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the financial statements. The procedures selected depend on the auditor's judgement, including the assessment of the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the entity's preparation and fair presentation of the financial statements in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the entity's internal control. An audit also includes evaluating the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates made by management, as well as evaluating the overall presentation of the financial statements.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.

35



Opinion

In our opinion, the financial statements give a true and fair view of the financial position of Banking and Payment Authority of Timor-Leste as of 30 June 2010 and of its financial performance and its cash flows for the year then ended in accordance with;

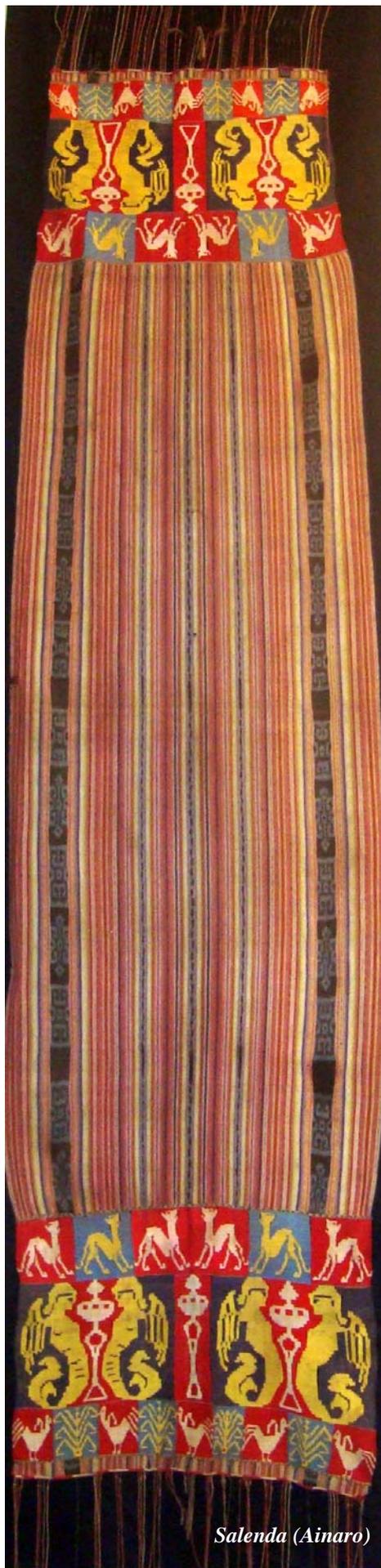
- (a) the Regulation No. 2001/30 'on the Banking and Payments Authority of Timor-Leste' and
- (b) the International Financial Reporting Standards and other mandatory financial reporting requirements in Timor-Leste

KPMG

Clive Garland
Partner

Darwin

27 October 2010



Salenda (Ainaro)

Conselho de Administração

*Abraão de Vasconcelos
Maria José Sarmento
Nur Aini Alkatiri*

Comité de Gestão

Diretor-Geral

Abraão de Vasconcelos

Diretor-Geral Adjunto

para a Área da Supervisão

Maria José Sarmento

Diretor-Geral Adjunto

para a Área de Pagamentos

Nur Aini Alkatiri

Diretor Administrativo

Raquel Gonçalves da Costa

Diretor da Contabilidade

Fernando Carvalho

Diretor Executivo do Fundo Petrolífero

Venâncio Alves Maria

Contactos:

**Autoridade Bancária e de Pagamentos de
Timor-Leste**

*Autoridade Bankaria no Pagamentu
Timor-Leste nian*

Av^a Bispo Medeiros
Caixa Postal 59
Dili
Timor-Leste

Telf: (++670) 331 37 18

Fax: (++670) 331 37 16

e-mail: info@bancocentral.tl

URL: www.bancocentral.tl

